



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
ICPD**

VIVIANI REITER ALVES DA CRUZ

**ANÁLISE DOS TEMAS DOS GÊNEROS DO DISCURSO “RECURSOS
JUDICIAIS” NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM
UM ESTUDO BAKHTINIANO**

**Brasília
2011**

VIVIANI REITER ALVES DA CRUZ

**ANÁLISE DOS TEMAS DOS GÊNEROS DO DISCURSO “RECURSOS
JUDICIAIS” NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM
UM ESTUDO BAKHTINIANO**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito
para a obtenção de Certificado de
Conclusão de Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu na área de Revisão de
Texto. Gramática, Linguagem e a
Construção / Reconstrução do
Significado.

Orientadora Dra. Josenia Antunes Vieira

**Brasília
2011**

VIVIANI REITER ALVES DA CRUZ

**ANÁLISE DOS TEMAS DOS GÊNEROS DO DISCURSO “RECURSOS
JUDICIAIS” NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM
UM ESTUDO BAKHTINIANO**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UnICEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de
Revisão de Texto: Gramática, Linguagem
e a Construção / Reconstrução do
Significado.

Orientadora Dra. Josenia Antunes Vieira

Brasília, _____ de _____ de 2011.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Josenia Antunes Vieira

Profa. Dra. Tânia Cristina S. Cruz

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

DEDICATÓRIA

In memoriam

A meu pai, Valdomiro Pilon Alves, que forjou em meu espírito o amor aos estudos como valor essencial de meu ser. Valor-bússola que orienta minhas escolhas e me fortalece para viver compreensiva e responsavelmente as que eu faço. Valor-força que me faz capaz de superar as dificuldades que surgem com convicção do objetivo que quero alcançar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao meu amor, Miguel, por existir em minha vida, por sua paciência diante da minha ausência para que eu pudesse estudar.

À minha mãe, Clara, por sua dedicação e apoio, que nunca me faltaram, e sem os quais não teria as vitórias que já alcancei.

Às minhas filhas, Ivana Gabriela, Amanda e Sofia, que me deram plenitude ao ser mãe e impulsionam-me a novas conquistas a fim de lhes dar exemplos de contínua superação.

À minha orientadora, Profa. Josenia Antunes, que me enriqueceu com seu duto saber e inspirou-me a buscar o meu melhor.

Aos tantos amigos que me apoiaram no estudo do Direito, Naly, Leila, Carlos Orlando, Andréa, Carlos Ribamar, Jihan, e, em especial, a generosidade do espírito de Marcelo da Silva Santos, cujos ensinamentos foram essenciais para a realização deste trabalho.

Obrigada, Pai amado. Obrigada.

RESUMO

A teoria dialógica da linguagem é a episteme dos processos de produção de sentidos, que permite a compreensão do enunciado em suas várias dimensões, na realidade viva da língua (o discurso), na irrepetibilidade da palavra, materializados em textos e nos gêneros do discurso, sistemas históricos de dizer e de constituir a realidade e os sujeitos do discurso em suas interações dialógicas. O tema, para o Círculo de Bakhtin, é o sentido do enunciado, o signo ideológico que dá expressividade a um signo linguístico, que, por natureza, é neutro em sua abstração linguística. Mas também é o tema, conjuntamente com o estilo e a forma composicional, o elemento constituinte do gênero discursivo. Em face do acentuado insucesso dos recursos judiciais que circulam no Superior Tribunal de Justiça - STJ, este trabalho tem como objetivo compreender se o estudo desses gêneros na perspectiva dialógica da linguagem pode contribuir para a compreensibilidade desse fenômeno. Para isso, empreende-se um estudo de perfil compreensivo responsivo a fim de delimitar o tema de cada um dos gêneros discursivos “recursos judiciais” escolhidos. Determinado o tema do gênero e o sentido nele implicado para as interações dialógicas que se desenvolvem entre os sujeitos-discursivos julgador-STJ e parte-recorrente nas suas atividades jurídico-discursivas, este trabalho faz o confronto com as marcas discursivas encontradas nos textos das decisões judiciais, o *corpus* desta pesquisa. Desse dialogismo, este trabalho busca saber se a inabilidade no trato desses gêneros discursivos pode ser responsável pelo insucesso de parte dos recursos interpostos junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-Chave:

Dialogismo. Gêneros do discurso. Discursos jurídicos. Tema. Compreensão responsiva ativa.

ABSTRACT

The dialogic theory of language is the episteme of the processes of meaning production, that it allows to realize the utterance in its various dimensions, the language in its living reality (discourse), in the unrepeatable word, materializes in texts and in genres of discourse, historical systems of speech and to constitute the reality and the subjects of discourse in their dialogic interactions. The theme for the Bakhtin Circle is the meaning of the utterance, the ideological sign that gives expression to a linguistic sign, which by nature is neutral in its language abstraction. But, also, it is the theme, together with the style and compositional form, a constituent element of the discursive genres. In the face of pronounced failure of judicial recourses that circulate in the Superior Court of Justice, this work aims to understanding if the study of those genres of discourse by dialogic theory of language can contribute to the comprehensibility of that phenomenon. Therefore, it undertakes a comprehensive responsive study to define the theme of each genre of speech “recourses judicial” chosen. Set the theme and the implicated meaning to the dialogical interactions that are developed between the discursive-subjects judge-STJ and part-recurring, in their legal-discursive activities, this work does the confrontation with the discursive marks found in the judicial decisions texts, the *corpus* of this research. From this dialogism, this work seeks to know if the inability to lead with those genres of discourse may be responsible for the failure of part of the judicial reviews pursued by the Superior Court of Justice.

Keywords:

Dialogism. Genres of discourse. Juridical discourses. Theme. Active responsive comprehension.

SUMÁRIO

Parte I – Introdução	11
1 AS BASES GERAIS QUE CONSTITUEM O ESTUDO DESTA MONOGRAFIA	15
1.1 Fenômeno, hipóteses e objetivo	15
1.2 A formação do <i>corpus</i>	20
1.3 Objetivos específicos	25
1.4 Metodologia e procedimentos de análise	27
Parte II – Plataforma epistemológica	29
2 A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS	29
2.1 A arquitetura do ato ético e o dialogismo	29
2.2 Dialogia ou dialogismo	36
2.3 Dialogismo e discurso	38
2.4 Dialogia, discurso e jurisprudência	39
2.5 Gêneros do discurso – a prática discursiva que constitui realidades sociais	42
2.6 A gênese dos gêneros	46
3 SENTIDO DO ENUNCIADO E A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA	49
3.1 Enunciados: a língua, a palavra, o texto e o gênero do discurso	49
3.2 Elementos para uma compreensão responsiva ativa de um enunciado	50
3.2.1 Alternância dos sujeitos do discurso	50
3.2.2 Conclusibilidade do enunciado	52
3.2.3 Expressividade e estilo	54
3.4 Tema do enunciado	56
2.4.1 Temas da palavra “provimento”	58
3.5 A compreensão responsiva perante um texto	60
3.5.1 O texto além do texto	60
3.5.2 Texto – materialidade do enunciado e fenômeno sócio-discursivo	62
4 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SEU DOMÍNIO DISCURSIVO	65
4.1 O Superior Tribunal de Justiça - STJ	65
4.2 O discurso jurídico-social atribuído ao STJ pelo art. 105, III, “a”, “b”	67

e “c”, da Constituição Federal: sua competência recursal	
4.2.1 Prequestionamento	68
4.2.2 O discurso do art. 535 do CPC	69
4.2.2.1 Gênero discursivo “recursal”	69
4.2.2.2 Discurso temático	69
4.3 Enunciados sumulares ou simplesmente súmulas	70
4.3.1 Súmula 7/STJ	70
4.3.2 Súmula 182/STJ	71
4.3.3 Súmula 211/STJ	71
4.3.4 Súmula 284/STF	73
4.4 A dinâmica dialógica das relações processuais no STJ	73
5 O DOMÍNIO DE SENTIDO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS RECURSAIS	77
5.1 Tema do gênero: modelo de compreensão desse constituinte	77
5.2 Modelo de compreensão para definir o tema dos gêneros do discurso “recursos judiciais” no âmbito do Superior Tribunal de Justiça: parâmetros metodológicos	88
5.2.1 Análise temática de alguns “gêneros recursais” no âmbito do STJ	91
5.2.1.1 Recurso de agravo de instrumento em recurso especial	92
5.2.1.2 Recurso de embargos de declaração	95
5.2.1.3 Recurso agravo interno ou agravo regimental	97
5.2.1.4 Recurso especial	99
5.3 A petição judicial em tiras de quadrinhos: retomando a discussão	101
6 O DISCURSO JURISPRUDENCIAL: ANÁLISE NO CORPUS	107
6.1 As ementas de acórdãos e as decisões monocráticas – apresentação da forma composicional do <i>corpus</i>	107
6.2 Análise no <i>corpus</i> : a compreensão e o sentido das marcas dialógico-discursivas das decisões judiciais	108
6.2.1 Súmula 182/STJ	108
6.2.2 Súmula 211/STJ	113
6.2.3 Súmula 284/STF	118
6.2.4 Artigo 535, II, do CPC – a alegação de omissão discursiva	122
6.2.5 Alegação de violação de normas constitucionais em “sede de especial”	127

6.2.6 Súmula 7/STJ	129
6.2.7 Princípio da fungibilidade recursal	135
Parte III - Conclusão	139
Bibliografia	140

SIGLAS

Ag – Agravo de instrumento

AgRg – Agravo regimental

AgRg no Ag – Agravo regimental no agravo de instrumento

Agrg no REsp – Agravo regimental no recurso especial

AREsp – Agravo de instrumento no recurso especial

EDcl – Embargos de declaração

EDcl no Ag – Embargos de declaração no agravo de instrumento

EDcl no AgRg no Ag – Embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento

EDcl no AgRg no REsp – Embargos de declaração no agravo regimental no recurso especial

EDcl no REsp – Embargos de declaração no recurso especial

RCDESP no Ag – Pedido de reconsideração no agravo de instrumento

Rel. - relator

REsp – Recurso especial

Parte I

Introdução

O que o estudo dos gêneros do discurso, na perspectiva da teoria dialógica da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin, pode contribuir para melhorar a eficácia social dos recursos jurídicos interpostos junto ao Superior Tribunal da Justiça - STJ?

O Boletim Estatístico do Superior Tribunal de Justiça¹ referente a março de 2011 divulgou que do total de julgados (27.725), a 22,84% foi dado provimento, a 61,41%, negado, 9,71% não foram conhecidos e 6,04% encontram-se na categoria “outros” (homologação de desistência/acordo, decisões proferidas em conflitos de competência, entre outras decisões). Desse total (27.725), 7.181 referem-se a Recurso Especial (a 42,45% foi dado provimento, a 48,93%, negado, 6,07% não foram conhecidos e 2,55% incluem-se na categoria “outros”), e 8.355 correspondem a Agravo de Instrumento (a 16,26% foi dado provimento, a 60,62%, negado, 15,63% não foram conhecidos e 7,49% incluem-se na categoria “outros”). Especificamente quanto aos Agravos Regimentais, foram decididos 4.042, dos quais a 9,42% foi dado provimento, a 80,48%, negado, 9,38% não foram conhecidos e em 0,72% proferidas outras decisões. E no que diz respeito aos Embargos de Declaração, foram apreciados 2.205, dos quais a 17,82% foi dado provimento, a 75,55%, negado, 5,90%, não conhecidos e em 0,73%, proferidas outras decisões. Esses dados espelham um padrão que se repete nos últimos 5 anos², no mínimo, e refratam uma realidade discursiva que motivou este estudo.

A pergunta que se faz: é possível identificar nesse conjunto expressivo de recursos não providos e não conhecidos alguma conexão com a teoria dos gêneros do discurso da perspectiva bakhtiniana, estruturada sob o olhar visionário do Círculo quanto à natureza dialógica da linguagem, que permita compreender o insucesso de parcela desses recursos?

Essa questão para ser respondida impõe uma investigação interativa entre a teoria adotada e a realidade jurídica que se desnuda. Assim, apresenta-se o

¹ Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=483&vPortalArea=483&vPortalAreaRaiz=334>> Acesso em: 3 de maio de 2011.

² Idem.

contexto jurídico próprio que constitui o campo ideológico em que as atividades referentes ao processamento dos recursos judiciais (ambiência enunciativa) se realizam mediante a prática dos gêneros discursivos “recursos judiciais” em interação com os gêneros discursivos “decisões judiciais”, sendo possível visualizar em toda essa dinâmica dialógica da relação processual o confronto de discursos e a força da ideologia jurídica regente (dialogismo) nas marcas jurídico-discursivas textualizadas nos enunciados decisórios (marcas do dialogismo). E é da análise especializada de cada tema dos gêneros “recursos judiciais” associada (portanto, dialógico) às marcas discursivas encontradas nos textos das decisões judiciais (enunciados concretos, que compõem o *corpus*) que se pode compreender se a relação (outro dialogismo) entre competência metagenérica e o insucesso de dado recurso judicial tem sua pertinência.

Essa compreensão é credencial para concluir se a inabilidade no trato dos gêneros do discurso, conforme leciona a teoria bakhtiniana, é uma das razões de insucesso dos recursos judiciais que circulam no STJ; e, como consequência dessa constatação, proporcionar por um raciocínio metalinguístico um caminho teórico que auxilie a quem tem de produzir os enunciados recursais de maneira que seja possível a redução da ocorrência de recursos não conhecidos ou não providos que poderiam resultar tanto da falta de entendimento do discurso regido pelo tema próprio de cada gênero (recursos) como pelo discurso regido pelo tema do campo social (STJ) em que essas atividades se processam.

A língua, antes exclusivamente percebida como sistema abstrato, passa a ser concebida como ação social realizada nas relações dialógicas travadas entre sujeitos sociais e historicamente situados na construção de seus discursos, o que a faz *per se* discurso. A realidade da linguagem é, portanto, o fato social da interação verbal, fenômeno ideológico por natureza, o que a torna processo sócio-histórico contínuo de produção de sentidos, “o espaço privilegiado de manifestação e confronto das diversas ‘vozes’ que constituem a sociedade: ou seja, o caráter interativo do intercâmbio social está intrinsecamente integrado à própria estrutura da linguagem e é o seu elemento definidor” (SOBRAL, 2006, p. 141).

O discurso é construído em forma de enunciados materializados em textos (orais, escritos, midiáticos, gestuais etc), que se realizam por meio de gêneros

organizados dentro das esferas sociais a que pertencem, com vistas a tornar efetivo o ato comunicacional pretendido, a atividade humana desempenhada. Os gêneros são entidades sócio-discursivas, que estabelecem a interconexão da linguagem com a vida social, e, por sua natureza de construto social, torna a vontade discursiva do falante socialmente previsível, bem como orienta a valoração dos destinatários quanto ao enunciado por ele produzido em dado gênero de discurso. A recepção pelo destinatário é feita com olhos no gênero do discurso.

Bakhtin distingue os gêneros em primários e secundários. Enquanto nos primários inserem-se os gêneros próprios das formas de diálogo de natureza espontânea, nos secundários, estão as práticas sociais nas quais se observam as manifestações de processo histórico e de complexificação por qual passam as esferas ideológicas de dada sociedade. Estes gêneros por estarem incorporados em atividades discursivas institucionalizadas são por natureza uma força centrípeta atuante nas interações sociais, seja na linguagem, como força mantenedora para sua prática padronizada nas interações entre os sujeitos discursivos, seja na coesão da ideologia da esfera discursiva, direcionando as formas de dizer por meios dos gêneros instituídos a tanto. É dentro dessa categoria de gêneros complexos que se inserem os recursos judiciais, bem como as decisões judiciais, como gêneros do discurso

É o dialogismo, visto na teoria dialógica da linguagem e em sua predecessora, a concepção filosófica do ato ético, a orientação epistêmica fundante deste trabalho e no qual integram a elaboração das bases da argumentação para o desenvolvimento da análise proposta as abordagens teóricas de Sobral (2006, 2009, 2010), Brait (2009, 2010), Faraco (2009, 2010), Fiorin (2008, 2009, 2010), Grillo (2009, 2010), Rojo (2005), Machado (2005), Marcuschi (2008, 2010), Koch (2008, 2009, 2010), Souza (2002), entre outros.

Os capítulos encontram-se assim distribuídos:

O capítulo 1 apresenta os parâmetros da base desta pesquisa: hipóteses, objetivos, metodologia, constituição do *corpus*.

O capítulo 2 trabalha a concepção filosófica do ato ético bakhtiniano e adentra a teoria dialógica perpassando os conceitos de linguagem, discurso, jurisprudência como discurso, e os gêneros do discurso.

O capítulo 3 especializa a abordagem da construção dos sentidos do enunciado, em seus vários aspectos, língua, palavra, texto e gênero do discurso, em sua compreensão responsiva ativa e no seu elemento tema, sem incursionar o tema dos gêneros.

O capítulo 4 apresenta o Superior Tribunal de Justiça e seu domínio discursivo, o processo das relações entre os gêneros discursivos, o sentido das marcas discursivas escolhidas para análise.

O capítulo 5 constitui o domínio de sentido dos gêneros discursivos recursais e apresenta os critérios adotados como modelo de compreensão para uma elaboração conceitual teórica (provisória) do constituinte “tema” desses gêneros.

O capítulo 6 procede a uma análise compreensiva no *corpus*.

A conclusão, por fim, valora a análise.

Capítulo 1 - As bases gerais que constituem o estudo desta monografia

1.1 Fenômeno, hipóteses e objetivo

Os boletins e relatórios estatísticos do Superior Tribunal de Justiça divulgam em seus números que o insucesso (recursos não conhecidos e os não providos) de vários recursos judiciais interpostos junto a esse tribunal, espécies recurso especial, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração, é uma realidade que persiste há vários anos.

O Relatório Estatístico do Superior Tribunal de Justiça³ referente ao ano de 2010 divulgou que do total de julgados (330.283), a 21,32% foi dado provimento, a 60,11%, negado, 13,98% não foram conhecidos e 4,59% encontram-se na categoria “outros” (homologação de desistência/acordo, decisões proferidas em conflitos de competência, entre outras decisões). Desse total (330.283), 69.797 referem-se a Recurso Especial (a 39,37% foi dado provimento, a 48,01%, negado, 6,31% não foram conhecidos e 6,31% incluem-se na categoria “outros”), e 131.379 correspondem a Agravo de Instrumento (a 14,77% foi dado provimento, a 57,65%, negado, 25,18% não foram conhecidos e 2,40% incluem-se na categoria “outros”). Especificamente quanto aos Agravos Regimentais, foram decididos 55.904, dos quais a 11,20% foi dado provimento, a 78,75%, negado, 8,99% não foram conhecidos e em 1,06% proferidas outras decisões. E no que diz respeito aos Embargos de Declaração, foram apreciados 25.754, dos quais a 19,63% foi dado provimento, a 73,98%, negado, 5,57%, não conhecidos e em 0,82%, proferidas outras decisões.

Para uma ideia mais concreta do que seria esse conjunto de recursos não conhecidos, não providos e os que foram providos⁴ em face do total julgado, apresentam-se, em forma de gráficos, os dados recolhidos nos Relatórios Anuais de

³ Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=483&vPortalArea=483&vPortalAreaRaiz=334>>
Acesso em: 3 de maio de 2011.

⁴ Há uma generalização desses termos na nomenclatura utilizada nos relatórios aplicada aos termos jurídicos próprios dos embargos de declaração; portanto “não provido” em vez de “rejeitados”, e “provido” em vez de “acolhidos”

Estatística do STJ⁵, anos 2006 a 2010⁶, utilizando-se como unidade de referência a relação de porcentagem do total dos recursos julgados.

Gráfico 1 – Recurso Especial

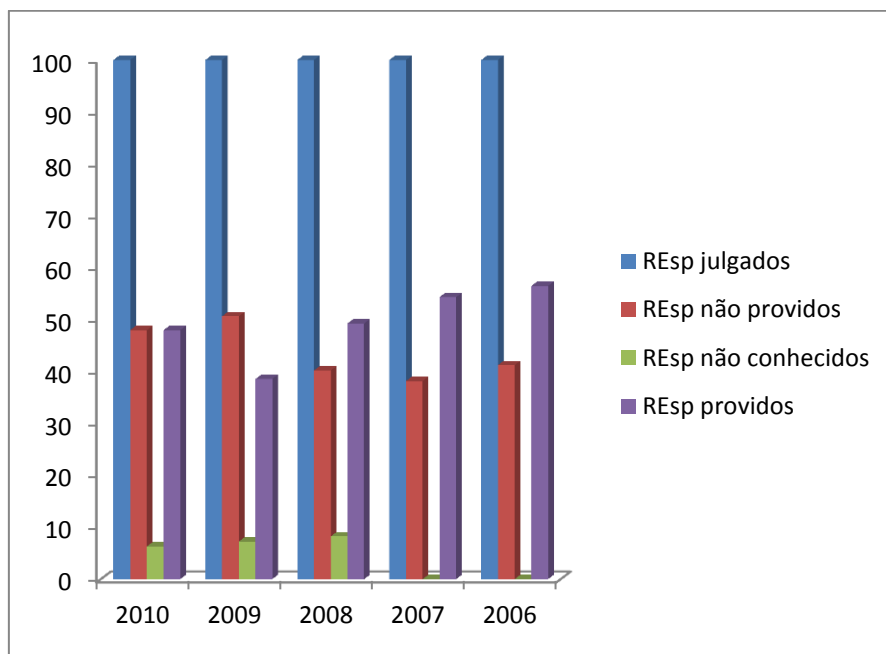
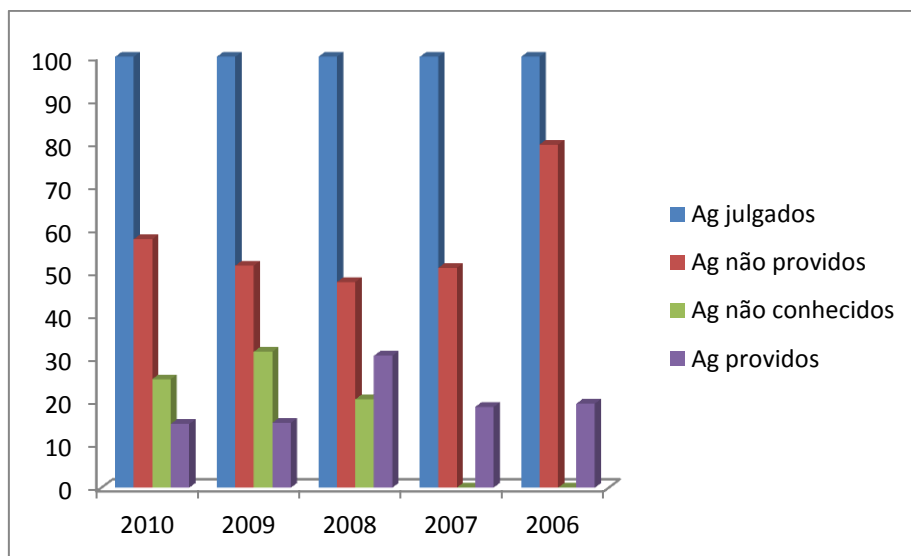
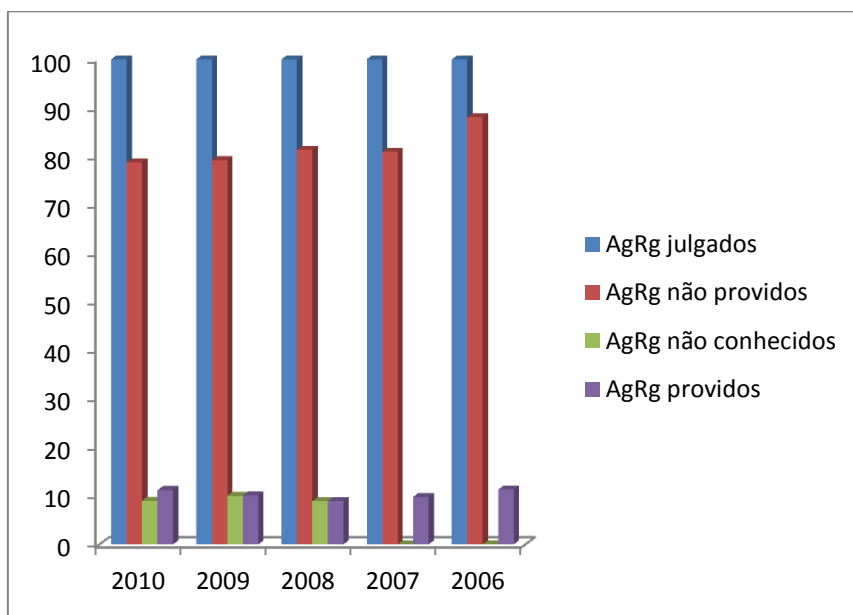
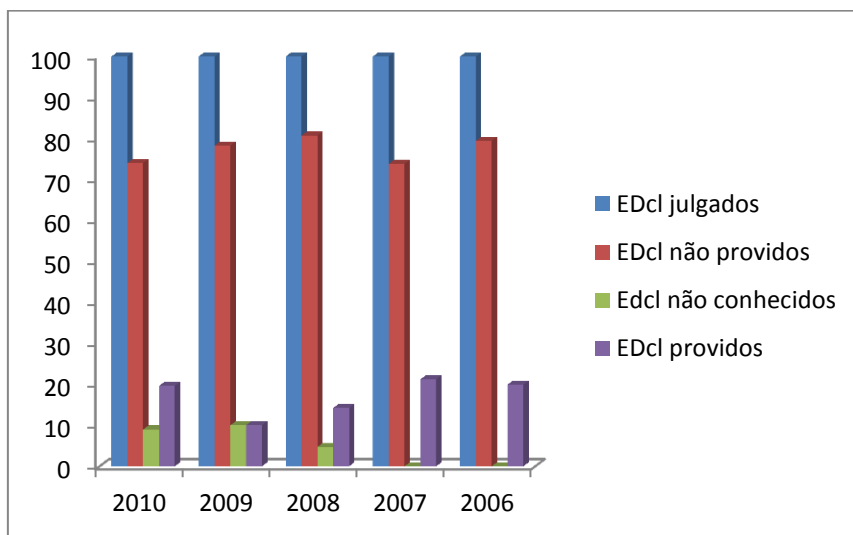


Gráfico 2 – Agravo de Instrumento



⁵ Disponível em <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=483&vPortalArea=483&vPortalAreaRaiz=334>> Acesso em: 3 de maio de 2011.

⁶ Não constam dados relativos a recursos não conhecidos nos boletins dos anos de 2006 e 2007. Em todos os anos constam dados quanto a julgados na categoria "outros" aqui não repassada.

Gráfico 3: Agravo Regimental**Gráfico 4 – Embargos de Declaração**

Esses dados espelham um padrão que se repete todos os anos⁷ e refratam uma realidade discursiva que motivou este estudo: o fenômeno do

⁷ Disponível em <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/?vPortalAreaPai=483&vPortalArea=483&vPortalAreaRaiz=334>> Acesso em: 3 de maio de 2011.

insucesso dos recursos judiciais que circulam no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Mas os números para terem algum sentido precisam ser analisados sob uma ótica de valor escolhida por seu interpretante. Neste caso, a ótica é a do discurso jurídico produzido nas interações dialógicas dos sujeitos discursivos que exercem suas atividades no campo social do STJ.

Sendo cada um desses recursos um gênero discursivo, as perguntas que se formulam respeitam saber quanto à viabilidade da referência epistêmica adotada, teoria dialógica do discurso, para o fenômeno que se pretende estudar dentro da abordagem escolhida, gêneros do discurso, tendo em vistas as respostas que se busca obter: a) o que o estudo dos gêneros do discurso, na perspectiva dialógica da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin, pode contribuir para melhorar a eficácia social dos recursos jurídicos interpostos junto ao Superior Tribunal da Justiça - STJ? mas b) como do estudo da teoria dos gêneros do discurso estruturada sob o olhar visionário do Círculo quanto à natureza dialógica da linguagem, ou seja, discurso, e consequentemente com as noções de ato ético, sentido e compreensão do discurso seria possível compreender que parcela do insucesso desses recursos se encontra associada à inabilidade no trato do recurso como gênero discursivo? e, por fim, c) qual o percurso investigativo a ser trilhado com a opção epistêmica feita?

No caso específico do discurso jurídico-judiciário, pode-se visualizá-lo como produto das interações dialógicas entre discursos constituídos ideologicamente na esfera social regente com o do campo social nas atividades que neste são desenvolvidas, que, no caso do STJ, refere-se a dada atuação jurisdicional concreta e real em sua interação com o discurso produzido pela parte em uma petição recursal; enunciado este que em si é um discurso somente possível por uma prática social institucionalizada em forma de gênero discursivo. Todas as atividades discursivas de qualquer campo social necessitam para sua concretização de práticas sociais específicas instituídas por um mundo inteligível, que são os gêneros do discurso, e, portanto, também discurso, cuja prática possibilita ao sujeito discursivo buscar a validação do seu discurso enunciado na petição nesse campo social; daí concluir que a falta de domínio do gênero escolhido pode comprometer

irremediavelmente a produção dos sentidos que a vontade discursiva do sujeito buscava alcançar.

Nessa rede de interações, uma decisão judicial sempre traz um discurso em que é possível identificar qual a interação dialógica discursiva envolvida para sua produção. Da interação dialógica entre campo social, esfera social e o caso concreto, “discursivizado” na petição recursal, cita-se como exemplo, entre muitos outros existentes, a produção do discurso da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que é fundamento utilizado recorrentemente nas decisões de recursos no STJ. Este estudo identifica assim alguns desses discursos que implicam o insucesso do recurso judicial na perspectiva aqui abordada (inabilidade nas práticas sociais institucionalizadas de dizer: gêneros do discurso), sinalizando com confiança um panorama fático cujas proporções merecem ser estudadas.

Para ter uma ideia, em todos os recursos de agravo de instrumento e de agravo regimental que em sua decisão seja aplicada a Súmula 182/STJ são recursos da categoria dos não conhecidos. Todos. Isso é muito significativo, pois, tomando-se os dois últimos anos 2010 e 2009, têm-se respectivamente a relação de 25,18% e 31,54 de recursos que não foram conhecidos diante do total julgado. Claro que há outras circunstâncias jurídicas que partilham o bolo do não conhecimento desses recursos; mas, apesar de não poder apresentar uma repartição tão específica (se isso fosse possível), ainda assim é possível reconhecer sua importância no conjunto desses resultados. Um recurso especial julgado monocraticamente que tenha por fundamentação apenas a aplicação da Súmula 7/STJ também cai na vala dos recursos não conhecidos ou a que foram negados seguimento. Qualquer recurso cujo fundamento da decisão venha a ser apenas a aplicação da Súmula 284/STJ será não conhecido ou não provido. Se a fundamentação se restringir à aplicação da Súmula 211/STJ, a decisão será de não provimento.

Em geral, tanto as decisões quanto os acórdãos recebem uma série de fundamentações específicas para atender à análise das múltiplas alegações formuladas pelos recorrentes, podendo ocorrer que em algum ponto o recorrente tenha razão, em outro não, e, aí, pode haver recursos parcialmente providos; parcialmente conhecidos e nesse ponto serem providos ou não.

Problematizado o fenômeno do insucesso dos recursos judiciais, a busca por um caminho teórico que ajudasse a entendê-lo foi iniciada. Os compêndios tradicionais dedicados à linguagem do Direito até então lidos não se mostravam suficientes para responder o que se presenciava, sabia-se o que se presenciava, mas não se conseguia compreender teoricamente. Somente com o estudo dos gêneros textuais inicialmente nas obras de Marcuschi e Koch e depois com o estudo dos gêneros do discurso exclusivamente sob a ótica bakhtiniana, e daí, portanto à teoria dialógica da linguagem, pode-se reconhecer nessa base epistêmica um caminho para uma construção teórica de sentido pelo desenvolvimento de uma compreensão responsiva ativa.

Tornando-se então o discurso como o foco a ser investigado nos gêneros discursivos “recursos judiciais” praticados, a atenção volta-se para seus constituintes: tema, forma composicional e estilo. Desses três elementos, antevê-se a necessidade de compreender o elemento tema desses recursos, não por meio do estudo das petições recursais, mas pelo estudo das decisões judiciais, como o caminho para identificar o domínio de sentido desses gêneros do discurso do mundo jurídico, práticas sociais essas afetas para a realização de dadas atividades próprias ao campo de atuação do Superior Tribunal de Justiça.

É, pois, o objetivo deste trabalho, para saber se a inabilidade na prática dos gêneros discursivos “recursos judiciais” pode representar uma parcela do insucesso dos recursos que circulam no âmbito do STJ, identificar, em termos de domínio de sentido, o tema dos gêneros do discurso recursos judiciais, espécies recursos especial, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração, tendo por objeto de investigação as marcas discursivas enunciadas nos textos das decisões judiciais, como produto da interação dialógica entre o discurso do julgador-STJ e o discurso da parte-recorrente construído mediante práticas sociais do discurso, que são os gêneros.

1.2 A formação do *corpus*

Neste ponto, foi importante a contribuição da análise do conteúdo na orientação geral de Bardin (2009, 121-128) quanto às regras para a organização dos documentos do *corpus* (regras da exaustividade, da representatividade, da

homogeneidade, da pertinência) associada aos parâmetros da visão de Krippendorff (1990 apud FONSECA JÚNIOR, p. 287), que considera como marcos de referência para a “análise de conteúdo”: i. os dados, tais como se apresentam; ii. o contexto dos dados; iii. o referencial teórico, a base epistêmica afiliada para o tratamento teórico do objeto pesquisado; iv. a delineação do objetivo geral e dos objetivos específicos em razão da finalidade da pesquisa; v. compreensão social inferida; vi. validação da conclusão alcançada;

O *corpus* se compõe de decisões monocráticas e de ementas de acórdãos do STJ prolatadas em face da interposição desses recursos judiciais, que já tenham se tornado documentos públicos e estejam disponíveis para acesso por qualquer pessoa no sítio eletrônico do STJ, no *link* de pesquisa da jurisprudência. Os julgados para a composição do *corpus* constituem uma amostragem representativa, homogênea e pertinente de um conjunto muito amplo inserido num universo mais abrangente ainda (total dos julgados do STJ), exaustivamente buscado com base em critérios de seleção⁸ elaborados para identificá-los em face dos objetivos propostos neste trabalho.

O *corpus* considerado neste estudo refere-se a julgados que tenham atendido ao seguinte critério de seleção:

1. É composto por decisões e acórdão exarados pelo Superior Tribunal de Justiça, que já se encontram publicados e, portanto, com acesso disponível ao público em geral.
2. Trata-se de decisões e votos cujo resultado do julgamento tenha sido “recurso x não conhecido” ou “recurso x não provido”.
3. Estão excluídos para efeito desse grupo recursos que não tenham sido conhecidos por falta de peça, falta de assinatura de procurador, por intempestividade, enfim critérios conhecidos como “requisitos extrínsecos de admissibilidade”.
4. Os julgados estudados compreendem por período: um do ano de 1997; um do ano de 2006; três do ano de 2007; um do ano de 2008; dois do ano de 2009; um do ano de 2010; e dezoito do ano de 2011; fez-se a opção

⁸ Análise do *corpus* no capítulo 6 desta monografia.

pela escolha dos mais recentes para integrar o *corpus*, pois a intenção é demonstrar a contemporaneidade do problema observado.

5. Analisam-se decisões e acórdãos em que os ministros tenham aplicado determinados entendimentos jurídicos para não conhecer do recurso ou a ele não dar provimento, em geral associados com a incidência das Súmulas 7, 182 e 211 do STJ e 284 do STF, em razão de:
 - a. Falta de prequestionamento do dispositivo legal alegado contrariado;
 - b. Alegação do vício de omissão com base no art. 535, II, do CPC de forma considerada deficiente pelo STJ;
 - c. Pretensão de análise do conteúdo fático-probatório;
 - d. Não especificação de qual norma legal teria sido contrariada pelo tribunal de origem;
 - e. Alegação de contrariedade a norma constitucional;
 - f. Falta de impugnação aos fundamentos da decisão anterior da qual se recorre.

Integram o conjunto investigativo desta monografia todos os julgados disponibilizados pelo STJ que tenham tido como fundamento ou como um dos fundamentos os discursos descritos nos critérios de seleção. Desse universo tão abrangente, conforme a sequência trabalhada no Capítulo 5, os julgados que compõem o *corpus* desta monografia, no total de 28 (vinte e oito), seguem abaixo relacionados, discriminando-se antes a ordem dos dados que formam sua identificação.

No caso de acórdão: sigla do recurso, número de autuação seguido da sigla do estado de origem, ministro relator, turma julgadora, data do julgamento, data da publicação e citação, se houver a outros julgados. No caso de decisão monocrática: sigla do recurso, número de autuação seguido da sigla do estado de origem, expressão: “decisão monocrática de relatoria do Ministro(a) X, publicada em dia/mês/nome”, e citação, se houver a outros julgados.

1. **AgRg no Ag 1.362.896/MG** Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 14/4/2011, DJe 19/4/2011.

2. **AgRg no Ag 1.169.734/RJ**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 3/11/2009, DJe 30/11/2009. Citação: AgRg no Ag 682.965/DF, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 18/12/2008, DJe 23/3/2009
3. **AgRg no Ag 1.359.806/SP**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 12/4/2011. Citação: AgRg no Ag 682.965/DF, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 18/12/2008, DJe 23/3/2009.
4. **AgRg no Ag 445.731/RJ**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 14/12/2007.
5. **AgRg no Ag 716.054/RS**, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006.
6. **Ag 924.002/SP** – decisão monocrática de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 5/5/2011. Citação: REsp 648.997/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ de 26/9/2005; REsp 587.635/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 28/2/2005.
7. **AgRg no REsp 506.979/SC**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 14/12/2007.
8. **AgRg no Ag 938.571/SP**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 18/12/2007.
9. **Ag 1.388.759/RS** – decisão monocrática do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 6/6/2011.
10. **AgRg no REsp 1.153.690/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 5/4/2011, DJe 11/4/2011.
11. **Ag 1.368.197//RS** – decisão monocrática de relatoria do Min. Luis Felipe Salomão, publicada em 22/2/2011.
12. **AgRg no REsp 1.102.687/RS**, Rel. Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), Quarta Turma, julgado em 24/11/2009, DJe 7/12/2009.
13. **REsp 57.653/RS**, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 8/4/1997, DJ 12/5/1997.

14. **REsp 1.256.584/SC**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 4/8/2011, DJe 15/8/2011.
15. **REsp 984.954/RJ**, Rel. Ministra Eliana Calmon, rel. p/ acórdão Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 15/6/2010, DJe 27/4/2011.
16. **EDcl no AgRg no Ag 1.302.235/RJ**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 14/4/2011, DJe 19/4/2011.
17. **EDcl no AgRg no REsp 1.201.860/RJ**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 27/4/2011. Citação: REsp 763.983/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 28/11/2005.
18. **EDcl no AgRg no Ag 1.207.351/BA**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16/8/2011, DJe 19/8/2011. Citação: EREsp 583.125/RS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 15/8/2005; ADC 18 QO3-MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-110; Rcl 3632 AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 18/8/2006.
19. **AgRg no Ag 1.102.726/PA**, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 28/4/2011.
20. **Ag 1.300.457/MS** – decisão monocrática do Ministro Massami Uyeda, publicada em 6/5/2011.
21. **Ag 1.323.535/MG** – decisão monocrática do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 22/2/2011.
22. **REsp 1.035.864/MG** – decisão monocrática do Ministro José Delgado, publicada em 20/6/2008.
23. **REsp 1.239.650/RJ** – decisão monocrática do Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), publicada em 25/8/2011.
24. **EDcl no REsp 1.012.886/PR**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 9/8/2011, DJe 16/8/2011.

25. RCDESP no Ag 133.9467/RS, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 19/4/2011.

26. EDcl no Ag 1.382.069/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 18/4/2011.

27. EDcl no AgRg no Ag 1.135.339/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 5/4/2011, DJe 19/4/2011.

1.3 Objetivos específicos

Dado o objetivo geral⁹, tornam-se obrigatórios alguns objetivos específicos a serem alcançados:

1. Desenvolver o conceito de dialogismo para a construção dos sentidos, particularmente nos enunciados.
2. Situar o campo sócio-discursivo da instituição Superior Tribunal de Justiça – STJ, no contexto da nova ordem político-administrativa do Estado brasileiro organizado com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o domínio discursivo atinente à sua competência jurisdicional talhada no artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, para o julgamento dos “recursos especiais”.
3. Com foco na competência jurisdicional do STJ no âmbito recursal, pormenorizar aquilo que mais acima foi denominado “marcas discursivas”, cujo sentido aqui é associado a discursos particularizados e que constituem fundamentos de decisão. Assim, busca-se entender dentro do sistema ideológico jurídico pertinente ao campo social STJ, quando em interação com as partes recorrentes sempre que atua a jurisdição dentro de sua competência recursal, a relação de sentido que esses discursos refratam e qual a repercussão social, em termos de resultado de julgamento do recurso interposto pela parte. As marcas discursivas aqui estudadas são os discursos do: a) artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal; b)

⁹ É, pois, o objetivo deste trabalho, para saber se a inabilidade na prática dos gêneros discursivos “recursos judiciais” pode representar uma parcela do insucesso dos recursos que circulam no âmbito do STJ, identificar, em termos de domínio de sentido, o tema dos gêneros do discurso recursos judiciais, espécies recursos especial, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração, tendo por objeto de investigação as marcas discursivas enunciadas nos textos das decisões judiciais, como produto da interação dialógica entre o discurso do julgador-STJ e o discurso da parte-recorrente construído mediante práticas sociais do discurso, que são os gêneros. (Capítulo 1, último enunciado da Seção 1.1, desta monografia).

prequestionamento das normas; c) o vício da omissão do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil – CPC; d) o teor dos enunciados sumulares 7, 182 e 211 do Superior Tribunal de Justiça e 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Desenhar o percurso dialógico de um processo no momento em que a parte decide apresentar um recurso cujo julgamento se dá no STJ e, com isso, visualizar a interação dos sujeitos discursivos STJ e parte recorrente acontecendo por meio das práticas sociais próprias de cada um: o STJ, por meio de seus gêneros discursivos que são as decisões e os acórdãos; a parte-recorrente, pelos seus gêneros discursivos que são os recursos judiciais.

5. Com base no conteúdo trabalhado nos capítulos 2 e 3, a estrutura teórica bakhtiniana do dialogismo, e no capítulo 4, o domínio do discurso do STJ em sua atuação jurisdicional no âmbito recursal, desenvolver uma noção de sentido para o elemento “tema”, traçando, por fim, um conceito “provisório” de referência. Para tanto, reprisam-se fatores que implicam o tema de um enunciado concreto; trazem-se para confronto e auxílio nessa construção os argumentos de dois artigos especializados a respeito; organiza-se de forma dedutivo-dialética, ou no melhor sentido bakhtiniano, por meio de procedimento dedutivo-dialógico, com base nos fatores de produção de sentido (o que implica o tema), perquirições quanto a temas de alguns gêneros midiáticos e de uma petição judicial endereçada a um juízo de primeira instância em uma forma composicional de “tiras de quadrinhos”.

6. Definir os elementos que servirão para estabelecer um modelo teórico para definir o tema dos gêneros discursivos “recursos judiciais”. Utilizando-se do método argumentativo dedutivo-dialógico, organizar a compreensão de cada um desses critérios em todos os gêneros discursivos estudados, construindo assim o domínio de sentido do tema de cada um dos recursos judiciais. Com base nessa compreensão confrontar com o caso da petição em “tiras de quadrinhos” para verificar se esse modelo teórico mantém uma linha de coerência que o justifique.

7. Tendo em mãos uma posição teórica do tema de cada um desses recursos, proceder à análise do *corpus*, organizando-o em face das marcas

discursivas, porque o entendimento aqui adotado é de que, por cada um desses discursos particularizados construídos nas interações dialógicas entre os sujeitos discursivos STJ e parte-recorrente em confronto com o domínio do sentido do elemento tema de dado do gênero discursivo, torna-se possível verificar se o projeto discursivo do recorrente enunciado em sua petição recursal foi realizado com a habilidade discursiva exigida ou permitida no gênero discursivo escolhido, cuja orientação axiológica advém do domínio de sentido do elemento tema, e, conseqüentemente, testificar o quanto a competência metagenérica pode ser determinante para o sucesso ou insucesso dos recursos judiciais estudados.

1.4 Metodologia e procedimentos de análise

A metodologia definida para a construção dos objetivos específicos traçados em razão do objetivo geral a ser alcançado obedeceu aos seguintes parâmetros:

1. Com base nos critérios definidos para pré-análise dos julgados, selecionar, com variedade, decisões e acórdãos de referências para aplicação do estudo proposto.
2. Desenvolver de forma interativa um estudo do Direito particularizado na análise dos recursos judiciais que circulam no âmbito do STJ com base na teoria dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, apresentado na obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, edição 2006, comumente apresentado como de autoria dupla de Bakhtin e Voloshinov, e na proposta de gêneros do discurso e de enunciado como unidade da comunicação discursiva desenvolvida por Mikhail Bakhtin em artigo constante no livro “Estética da Criação Verbal”, edição 2010.
3. Analisar as interações entre os sujeitos discursivos e delas a produção dos discursos que permeiam dado campo social (STJ) em dadas atividades nele desenvolvidas (julgamento de recursos judiciais), concretizadas em enunciados (textos das decisões e dos acórdãos) mediante práticas sociais específicas (gêneros do discurso), as quais refratam a orientação axiológica

(tema dos gêneros) da esfera social regente (discurso jurídico-judiciário construído com base no discurso instituidor da Constituição Federal).

4. Vivenciar enunciativamente, na medida em que são tecidos os elementos teóricos do Dialogismo, um diálogo entre esses conceitos e algumas realidades discursivas para a construção de uma concretude de sentido do constituinte tema.
5. A terminologia empregada no desenvolvimento do eixo epistemológico procura ser o mais fiel possível à de Bakhtin no artigo “Gêneros do discurso”, da obra “Estética da criação verbal”, bem como à de Bakhtin/Voloshinov, na obra “Marxismo e a filosofia da linguagem”.
6. A linguagem utilizada quando se adentra as atividades discursivas da esfera jurídica procura isentar-se ao máximo do uso de jargões jurídicos, adaptando as explicações às noções conceituais do eixo teórico. Somente se recorre a explicativas especializadas do discurso jurídico quando forem pertinentes, não enfronhando este trabalho com aportes sem utilidade discursiva à finalidade desta monografia. Essa opção é feita no intuito de proporcionar uma compreensão acessível, sem tecnicismo desnecessário, a quem não detém conhecimentos jurídicos de maneira que o leitor se sinta mais próximo da expressividade tão peculiar da esfera jurídica.

Parte II – Plataforma epistemológica

Capítulo 2 – A construção dos sentidos

2.1 A arquitetura do ato ético e o dialogismo

Antes de iniciar a jornada para o conhecimento a que este trabalho se propõe para alcançar, delimitar o elemento “tema” (parte repetível) dos gêneros discursivos “recursos judiciais” que circulam no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, faz-se necessário, mesmo que de forma sintética, delinear o pensamento filosófico do grande teórico para que o domínio dos sentidos de sua formulação epistêmica se construa, ao longo deste estudo, de forma mais sólida e abrangente, a permitir uma compreensão responsiva ativa mais consistente por quem venha a lê-la.

Importa avisar ser impossível revelar de forma íntegra a riqueza e a amplitude de toda a filosofia bakhtiniana; por isso, opta-se por uma abordagem que, ao mesmo tempo em que se ampliam os horizontes do leitor quanto à magnitude da produção desse pensador, contribui para uma compreensão da teoria dialógica menos reducionista, não raramente confundida como sinônimo de dialética, pois para o Círculo dialogismo é continente, enquanto dialética é-lhe conteúdo.

Referido por Machado (2010, p.203) como “o incansável pensador das fronteiras”, Mikhail Bakhtin traz com o conceito da “arquitetônica” uma contraposição ao mundo da mecânica, com o intuito de “ser uma alternativa teórica para se pensar o mundo dos sentidos”, isto é, o mundo do homem.

Arquitetônica em Bakhtin refere-se ao “*processo de formação de totalidades, ou todo harmônico*, a partir de uma articulação de partes constituintes que as dota de uma unidade de sentido, em vez de limitar-se a ligá-las ou justapô-las mecanicamente” (SOBRAL, 2010, p.109).

A arquitetura volta-se para a diversidade das interações humanas, entendendo-as como o espaço-ambiente, centro de diferentes tensionamentos, onde são construídas produções enunciativas mediante embates ideológicos travados em um *continuum* dialógico, em que a resposta de hoje à indagação formulada ontem

dá azo à réplica de amanhã que posteriormente receberá outra resposta, não se atingindo um modelo final e absoluto de acabamento sobre o objeto debatido, pois todo novo acabamento que um novo ponto de vista dá ao objeto sempre advém de uma visão inacabada, imersa em uma experiência que se vive de forma única e irrepetível, isto é, dentro de uma concretude histórica. Para Bakhtin, entender a dimensão desse movimento de interação, nas suas mais diferentes ocorrências mostra que a profundidade da compreensão respondente é “fundamental para a construção dos sentidos” (MACHADO, 2010, p. 205). Não se pode separar, sob pena de incorrer na falta de sentidos, o conteúdo (resultado) de um ato do seu processo de formação realizado pela interação de sujeitos sociais historicamente situados em contextos ideológicos pertencentes às diversas esferas sociais imbricadas nesse resultado.

Em sua obra “Para uma filosofia do ato”, Bakhtin desenvolve os conceitos de ato individual e ato especial e respectivas responsabilidades, moral e especial para existir um ato concreto e vivo, um evento no Ser, o seu ato ético, pensamento esse fundante de todo o seu trabalho e, portanto, da teoria dialógica da linguagem.

Para ele, todo ato irrepetível do ser em sua unicidade, inteiramente individualizado num momento e em condições determinadas, contém uma responsabilidade moral e irrevogável de cada indivíduo; enquanto o ato produzido por determinada cultura, teorizado por alguma esfera social, a responsabilidade é especial. O primeiro é o ato individual (também referido ato-ação), o segundo, ato especial, a generalização daquele, isto é, sua teorização em dada área do saber. O primeiro é processo, o segundo é produto.

O ato-ação se reveste de um valor dado pelo sujeito que age (não de forma isolada, porque a valoração do ato pelo agente se forma nas interações dialógicas com outros sujeitos, entenda-se nestes outros o mundo da cultura), dado tratar de um indivíduo historicamente situado, um partícipe ativo na construção dos sentidos. Essa participação na construção dos sentidos é de cunho ético e ao mesmo tempo é um ato *per se* de “responsabilidade”, sendo possível aferir a dimensão compreensiva responsiva do sujeito respondente. O Círculo não concebe o sujeito como ser assujeitado ao social nem a este sobreposto. Em se concernindo que o ato feito é de cunho moral, e por isso um ato responsivo, pois, devido a sua

natureza dialógica, sempre que se está falando com alguém (seja esse alguém material, virtual, individual, coletivo, identificado ou presumido) inexoravelmente àquele falante retorna uma atitude respondente desse interlocutor, o que traz, de forma indissociável, uma responsabilidade moral para o agente perante esse(s) outro(s). Bakhtin assinala que a tentativa do agente que, ao adotar por álibi os valores sociais dominantes como forma de se esconder, busca evadir-se de sua responsabilidade, configura uma forma de impostura própria de quem renuncia à sua singularidade para viver uma passividade (SOBRAL, 2010, p. 20-22). Neste ponto, Bakhtin traz o conceito do “não álibi”, isto é, nem o determinismo cultural ou histórico é capaz de isentar qualquer um da responsabilidade proveniente dos atos praticados, porque uma posição qualquer é sempre exercida por um sujeito historicamente situado no mundo, o que o torna responsável pelos atos que realiza no lugar que só ele ocupa em suas diversas interações com o(s) outro(s) em face de sua condição concreta e única (AMORIM, 2009, p. 36). Sendo vã a tentativa de se esconder com o véu do social aceito, o ato não se desnatura de seu caráter ético.

Ao ato especial, deve se entender aquele que se tornou uma abstração no mundo da cultura. É a norma, a teoria, o tratamento social generalizante, uma objetivação dos atos praticados no mundo da vida pelo ser humano em experiências vividas de forma única e irrepetível. O ato-ação (ato individual) adentra o domínio da cultura como produto dessa objetivação, ocorrendo uma separação abstrata do conteúdo-sentido de uma experiência vivida e real (ato pensado e experienciado, dotado de uma carga volitivo-emocional do agente em um momento único) para adquirir um conteúdo-sentido abstratamente construído ao se tornar um juízo universalmente válido, cuja responsabilidade Bakhtin denomina especial, ocorrendo um despojamento da irrepetibilidade própria do ato individual e revestindo-se de uma repetibilidade atinente aos juízos generalizantes.

Bakhtin entende que tanto o ato-ação quanto o ato especial são momentos constituintes de um todo dinâmico, sendo que somente em sua inteireza o ato pode ser verdadeiramente real, concreto e vivo, ou seja, um evento único no Ser. E, como afirmado por Ponzio (2009), o viés da responsabilidade do ato se apreende com a compreensão da arquitetônica da alteridade.

Isso porque mesmo um ato individual, em face de sua responsabilidade moral, requer um momento constituído por um juízo social, avaliação essa necessária para a validade desse ato-ação em dada esfera social. Já a responsabilidade especial requer que ato teórico não seja concebido no mundo da cultura sem conexão com os atos da vida real e experienciada. Também o ato de responsabilidade especial deve entrar “em comunhão com a responsabilidade moral única e unitária como um momento constituinte dela”, para que então a veridicidade desse juízo construído no mundo da cultura seja validado por um sujeito situado em um contexto histórico-social determinado.

Assim se expressa Bakhtin (p. 20-22, 92):

Um ato de nossa atividade, de nossa real experiência, é como um Jano bifronte. Ele olha em duas direções opostas: ele olha para a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a unicidade da vida realmente vivida e experimentada. Mas não há um plano unitário e único onde ambas as faces poderiam mutuamente se determinar com relação a uma única e singular unidade. É apenas o evento único do Ser no processo de realização que pode constituir essa unidade única; tudo que é teórico ou estético deve ser determinado como um momento constituinte do evento único do Ser, embora no mais, é claro, em termos teóricos ou estéticos. Um ato deve adquirir um plano unitário singular para ser capaz de refletir-se em ambas as direções – no seu sentido ou significado e em seu ser; ele deve adquirir a unidade da dupla responsabilidade – tanto pelo seu conteúdo (responsabilidade especial) como pelo seu Ser (responsabilidade moral). E a responsabilidade especial, além disso, deve ser trazida (deve entrar) em comunhão com a responsabilidade moral e única como um momento constituinte dela. Esse é o único meio pelo qual a perniciosa divisão e não interpenetração entre cultura e vida poderia ser superada.

[...]

O dever é capaz de fundar a presença real de um juízo dado na minha consciência sob dadas condições, isto é, a concretude histórica de um fato individual, mas não a teórica veridicidade em si do juízo. O momento da veridicidade teórica é necessário, mas não suficiente, para fazer de um juízo um juízo de dever para mim; que um juízo seja verdadeiro não é suficiente para transformá-lo num ato de dever [*postupok*] do pensamento.

O ato ético confirma a responsabilidade moral do sujeito-agente e o grau de responsabilidade ativada nos outros sujeitos-responentes, o que permite inferir a profundidade da compreensão responsiva ativa desse ato, isto é seu sentido. Esse ato praticado pelo sujeito é uma decisão volitiva desse agente por ele valorada em uma situação de interação com outros sujeitos sociais, o que torna esse

ato passível de por estes ser avaliada¹⁰, possibilitando uma atitude “responsível” ativa.

O ato teorizado, aquele que dada esfera social constrói a fim de organizar as experiências humanas, é ato criado pelo mundo da cultura (também referenciado como mundo criado, mundo postulado) na tentativa de generalizar experiências reais por aquilo que elas têm em comum a ponto de assentar uma valoração universal marcada pela repetibilidade. Já o ato individual, aquele próprio das experiências humanas, é único e irrepetível, e respeita ao mundo dado, ao mundo sensível. E esses atos, a despeito de se referirem a planos distintos, só adquirem sentido quando se articulam mutuamente em um processo que se vai construindo na alteridade¹¹.

Todo ato ético é um ato concreto só possível quando vivido participativamente por uma consciência real e encerra uma responsabilidade ética para seu agente em face de suas interações com o outro, e o seu sentido só pode ser avaliado dentro do processo que se desenrola para sua realização, com a compreensão da realidade vivida pelos sujeitos e das normas culturais a ela associadas.

“A arquitetônica real do mundo realmente experimentado da vida é o próprio mundo da consciência participante e realizadora” afirma Bakhtin¹², que completa:

O mais alto princípio arquitetônico do mundo real do ato realizado ou ação é a contraposição concreta e arquitetonicamente válida ou operativa entre eu e o outro. A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro; e é em torno desses centros que todos os momentos concretos do Ser se distribuem e se arranjam.
[...]

¹⁰ O sujeito une em seus atos éticos, em suas decisões éticas, o mundo dado (*dan*), mundo natural, e o mundo postulado (*zadan*), social e histórico, objetivado, ou “interpretado”, por uma coletividade, mas o faz em seus próprios termos da situação do sujeito, entre a materialidade concreta e a “simbolização” coletiva dessa materialidade. Trata-se de uma mediação que depende da “interpretação” (apropriação) específica que cada sujeito, singular que é, faz pessoalmente da “interpretação” (objetivação) coletiva do mundo dado (SOBRAL, 2009, p. 31).

¹¹ O ponto alto da proposta de Bakhtin é alegar que a validade das decisões éticas depende não de abstrações, mas da articulação, junção, entre regras éticas (se assim se pode dizer) e as circunstâncias concretas da vida concreta, do processo situado de decisão, do agente: o sujeito, ao agir, deixa por assim dizer uma “assinatura” em seu ato e por isso tem de responsabilizar-se pessoalmente por seu ato e se responsabiliza por ele perante a coletividade de que faz parte (e, em última análise, perante a humanidade como um todo!). (SOBRAL, 2009, p. 30)

¹² “Para uma Filosofia do Ato” – texto completo da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*, (Austin: Universitu os Texas Press, 1993) traduzido por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico.

Essa divisão valorativa arquitetônica do mundo entre mim e aqueles que são todos outros para mim não é passiva nem fortuita, mas ativa e de dever. Essa arquitetônica é tanto alguma coisa dada como alguma coisa a-ser-realizada, porque é a arquitetônica de um evento. Ela não é uma arquitetônica encerrada e enrijecida, na qual eu estou colocado passivamente. É o plano ainda-por-ser-realizado da minha orientação no Ser-evento ou uma arquitetônica que se realiza incessantemente e ativamente através de minha ação responsável, construído pela minha ação e possuindo estabilidade na responsabilidade da minha ação. O dever concreto é um dever arquitetônico: o dever de realizar o lugar único o no Ser-evento único. E ele é determinado antes a acima de tudo como uma contraposição entre o eu e o outro. (p. 91-92)

Quanto à formação do ato, Bakhtin desnuda que todo ato [seja ele conteúdo (entenda-se aqui: um resultado, uma teorização, uma criação do coletivo) seja ele processo (aquele experienciado e vivido por um indivíduo em dado momento histórico-social)] é sempre um ato em processo de realização¹³; é ato que “tanto é pressuposto como pressupõe seu produto [ato teórico] ainda não realizado”.

Uma situação qualquer de vida em que um sujeito se sinta lesado em seus direitos e resolve buscar um advogado para que ajuíze uma ação junto ao Poder Judiciário a fim de alcançar tutela jurisdicional que proteja o que está convencido ser seu direito é um processo a ser realizado para atingir o resultado, que nesta hipótese vem a ser o ajuizamento da ação.

Essa situação da vida, por exemplo, ter sido agredido por outro, é uma experiência real e vivida. A indignação (não o medo, a raiva, a dor, o ódio) do sujeito quanto à atitude do outrem que o agrediu é um valor socialmente construído em associação com o mundo da cultura, que rejeita toda forma de agressão e garante ao ofendido a possibilidade de ser indenizado pelo dano sofrido, de o outrem receber uma condenação, que é o valor de reprovação da sociedade. Ao buscar um advogado, existe nesse sujeito a consciência de que o mundo da cultura criou essa figura social no Direito para não só representá-lo junto ao Poder Judiciário como a qualquer outro, mesmo que por outros motivos, a fim de reivindicar seus interesses, pois a ele é proibido fazer justiça pelas próprias mãos. Ao relatar sua experiência ao

¹³ Essa arquitetônica é tanto alguma coisa dada como alguma coisa a-ser-realizada, porque é a arquitetônica de um evento. Ela não é uma arquitetônica encerrada e enrijecida, na qual eu estou colocado passivamente. É o plano ainda-por-ser-realizado da minha orientação no Ser-evento ou uma arquitetônica que se realiza incessantemente e ativamente através de minha ação responsável, construído pela minha ação e possuindo estabilidade na responsabilidade da minha ação. O dever concreto é um dever arquitetônico: o dever de realizar o lugar único o no Ser-evento único. E ele é determinado antes a acima de tudo como uma contraposição entre o eu e o outro. (BAKHTIN, M. *Para a filosofia do ato*. p. 92).

advogado, este, ao mesmo tempo em que toma ciência dessa realidade única vivida pelo seu cliente associa-a ao ato teorizado, juridicizado, aquele que alberga para essa situação um juízo valorado socialmente para elaborar sua petição, também busca em sua mente experiência a semelhante em que atuou e que serve de referência para sua atuação nesse novo caso.

Todos os momentos vividos pelos sujeitos de nossa estorinha, inclusive os que se situam na esfera do pensamento, são atos em si únicos e irrepetíveis. Os momentos visualizados possíveis de serem vividos por outras pessoas em situações semelhantes tangem aos atos repetíveis. Em todo o processo de formação do ato conteúdo (petição judicial), visualiza-se um processo constituído por vários atos éticos, em que individual e coletivo se comungam, experiência real e única e juízos abstratos generalizados pelo mundo da cultura se completam dando sentido para a prática daquele ato. Pode haver um ato ético que em si mesmo seja um ato conteúdo, mas, em uma perspectiva mais abrangente do contexto relacionado, pode-se identificar que, ao mesmo tempo em que todos aqueles atos que em si mesmos são um resultado também são atos processos para outro ato em processo de realização¹⁴; aquele que vai ser outro ato resultado. Isso torna clara a afirmação de Bakhtin de que ato “tanto é pressuposto como pressupõe seu produto ainda não realizado”.

Bakhtin mostra insistentemente que a produção de tudo que faz sentido para o homem somente é possível mediante interações dialógicas, fenômeno próprio da natureza humana. Os diversos processos de interação do eu com o outro, sejam eles imediatos ou mediatos, com o que existe, com o que já é passado e até mesmo com o que se crê que venha a existir, ou mesmo com o que possa determinar as motivações e implicar preferências e pontos de vista presumíveis configuram ambiências discursivas nas quais ideologias se erguem, realidades se constroem, e sujeitos são socialmente reconhecidos mediante a legitimação de seus discursos,

¹⁴ O ato realizado concentra, correlaciona e resolve dentro de um contexto unitário e único, e, desta vez, *contexto final*, tanto o sentido como o fato, o universal e o individual, o real e o ideal, porque tudo entra na composição de sua motivação responsável. O ato realizado constitui uma passagem, de uma vez por todas, do interior da possibilidade como tal, para o que ocorre uma única vez. [...] O evento em processo pode ser claro e distinto, em todos os seus momentos constituintes, para um participante do ato ou ação que ele mesmo desempenha. Isso significa que ele o compreenda logicamente? (BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato*, p.46 e 48).

demonstrando que a identidade do “eu” se constitui na alteridade com o outro e vice-versa¹⁵.

2.2 Dialogia ou dialogismo

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2010, p. 348).

O princípio unificador da obra de Mikhail Bakhtin é a concepção dialógica da linguagem, e por ela a língua em sua “totalidade concreta e viva” somente se realiza em seu uso real e não como sistema linguístico, em seu aspecto abstrato.

O dialogismo não se circunscreve às relações lógicas e semânticas das palavras, da estrutura sintática da língua, mas às relações travadas entre os sujeitos sociais, um processo dinâmico de interação dialógica do qual se produzem discursos pelos quais deixam entrever suas posições, seus pontos de vista da realidade (FIORIN, 2005, p. 218-233). A relação dialógica é uma relação que se estabelece entre enunciados que se imbricam no plano do sentido.

¹⁵ A revolução de Bakhtin caracteriza-se por haver mudado o ponto de referência da fenomenologia, que já não se coloca no horizonte do “Eu”, mas no horizonte do “Outro”. Uma mudança que não só põe em discussão toda a direção da filosofia ocidental, mas também a visão de mundo dominante em nossa cultura. Em primeiro lugar, é importante sublinhar que, segundo Bakhtin, nosso encontro com o outro não se realiza com base no respeito ou na tolerância, que são iniciativas do eu. O outro impõe sua alteridade irreduzível sobre o eu, independentemente das iniciativas deste último. Ao contrário, é o eu que se constitui e tem que abrir caminho em um espaço que já pertence a outros. Isso é evidente no nível linguístico e também no nível de nossa própria consciência. Bakhtin já havia insistido nesse aspecto desde seu livro de 1927, *O freudismo* (publicado com o nome de Voloshinov), que sustenta que a consciência é constituída de linguagem e, portanto, de relações sociais, concordando com o Marx da Ideologia alemã e das Teses sobre Feuerbach (deste último ensaio, Bakhtin tira a epígrafe de *O freudismo*). Nossas palavras nós tomamos, diz Bakhtin, da boca dos demais. “Nossas” palavras são sempre “em parte dos demais”. Já estão configuradas com intenções alheias, antes que nós as usemos (admitindo que sejamos capazes de fazê-lo) como materiais e instrumentos de nossas interações. Por esse motivo, todos os nossos discursos interiores, isto é, nossos pensamentos, são inevitavelmente diálogos: o diálogo não é uma proposta, uma concessão, um convite do eu, mas uma necessidade, uma imposição, em um mundo que já pertence a outros. O diálogo não é um compromisso entre o eu, que já existe como tal, e o outro; ao contrário, o diálogo é o compromisso que dá lugar ao eu: o eu é esse compromisso, o eu é um compromisso dialógico – em sentido substancial, e não formal – e, como tal, o eu é, desde suas origens, algo híbrido, um cruzamento, um bastardo. A identidade é um enxerto. O que dissemos a propósito da identidade individual pode ser aplicado também à identidade de um grupo social, à identidade linguística de uma determinada comunidade e à identidade de todo um sistema cultural.

[...]

Mas o que nos interesse destacar aqui é que, como Bakhtin demonstra, a questão do sentido do homem deve ser tratada sob a categoria do outro e não do eu. Do ponto de vista da identidade (de um indivíduo, de um grupo, de uma nação, de uma língua, de um sistema cultural, de uma vasta comunidade, como a europeia, ou de todo o mundo ocidental), não se pode descobrir o sentido do homem, apenas, falsificá-lo. [...] A alteridade coloca o problema do sentido do homem no que Bakhtin chama de o “tempo grande”. Tal colocação nos permite ver esta questão desde um ponto de vista novo e criativo da exotopia, desde o ponto de vista de um cronotopo, que é o outro em relação ao contemporâneo. Em torno desses dois centros de valor da própria vida que se constitui a arquitetônica do ato responsável. O viés da responsabilidade do ato se apreende com a compreensão da arquitetônica da alteridade. Aqui Bakhtin articula os conceitos de evento (ato individual ou ato concreto), aquele cujo valor e unidade o torna singular e irrepetível, e de ato teorizado ou ato/atividade, que retira a unicidade do ato vivido individualmente, dotando-o de valor geral. Um ato concreto e único do mundo da vida torna-se objeto do mundo articulado de dada cultura. (PONZIO, 2009, p. 11,26)

Os homens não têm acesso direto à realidade, pois nossa relação com ela é sempre mediada pela linguagem. Afirma Bakhtin que “não se pode realmente ter a experiência do dado puro” (Bakhtin, 1993, p. 32). Isso quer dizer que o real se apresenta para nós semioticamente, o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Essa relação entre os discursos é o dialogismo. (FIORIN, 2010, p. 167).

Foi o olhar o mundo de um ponto de vista extraposto¹⁶, que possibilitou a Bakhtin captar a pluralidade e a diversidade dos fenômenos a sua volta e definiu a orientação de seu sistema teórico fundado no dialogismo (MACHADO, 2005, p. 131).

O olhar extraposto vem a ser o fundamento do conceito de exotopia¹⁷, a qual se refere à atividade criadora em geral, que cuida expressar, quando se tenta captar o olhar do outro, entender esse olhar na perspectiva do outro, os seus valores, e a sua problemática, a diferença e a tensão que emergem desses dois olhares (o de quem é visto e o de quem o vê), em face de dois pontos de vista, dois horizontes sociais que se entrecruzam. Nesse exercício “exotópico” cria-se o outro em si, constrói-se-lhe uma imagem, dá-se-lhe um acabamento (não no sentido de aprisionamento, mas como ato generoso de quem “dá de si”), que somente é possível vislumbrar e entender dada a posição daquele que o vê.

O conceito de exotopia designa

Uma relação de tensão entre pelo menos dois lugares: o do sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando de fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro. A criação estética ou de pesquisa implica sempre um movimento duplo: o de tentar enxergar com os olhos do outro e o de retornar à sua exterioridade para fazer intervir seu próprio olhar: sua posição singular e única num dado contexto e os valores que ali afirma (AMORIM, 2010, p. 103).

¹⁶ excedente de visão – [...] O conceito de excedente de visão não ocorre em Bakhtin apenas no contexto de sua estética. Vale também para suas reflexões sobre a vida e participa, assim, de uma articulação de coordenadas que fundamentam sua filosofia geral: a singularidade, a alteridade, a interação. Na vida, cada um ocupa um lugar único, isto é, um lugar irreduzível ao ocupado por qualquer outra pessoa. Desse modo, quando uma pessoa é contemplada por outra situada fora e diante de si, os horizontes concretos de ambas jamais coincidem. Isso porque, em qualquer situação ou proximidade em que o contemplado possa estar em relação a quem contempla, este verá e saberá algo que o contemplado, de sua posição fora e diante de si, não pode ver [...]. Obviamente, correlacionada com esse excedente de visão, há uma certa carência, porque o contemplador vê predominantemente no outro aquilo que esse outro não pode ver de si mesmo. Essa tensão entre o excedente e a carência impede a fusão de horizontes, ou seja, a anulação da singularidade de um no outro. Ao mesmo tempo, ela impele inexoravelmente para a interação: é o excedente de visão dos outros que responde às carências; a alteridade tem um papel fundamental na constituição do eu – o “eu-para-mim” se constrói a partir do “eu-para-os-outros” (Dicionário de Linguística, p. 117).

¹⁷ “O conceito de exotopia é também muito importante para o trabalho de pesquisa em Ciências humanas. As Ciências Humanas são entendidas por Bakhtin como ciências do texto, pois o que há de fundamentalmente humano no homem é o fato de ser um sujeito falante, produtor de textos” (AMORIM, 2010, p. 98).

Para Bakhtin, “ninguém é herói de sua própria vida”, pois é do olhar extraposto do outro, pelo discurso do outro que “o um” pode ser constituído como herói. O outro não tem acesso a uma visão também de si que somente é visto pelo outro. Ora, nesse sentido, então, aquele que vê também não consegue se apreender em sua totalidade, não consegue ter uma visão completa também de si, pois somente aquele outro pode construir o todo que o define (AMORIM, 2010, p. 96).

Partindo da perspectiva exotópica para os estudos fenomênicos, tomou corpo o fato de que os discursos somente se realizam em forma de enunciados que nascem nas inter-relações com outros enunciados. Dessa relação dialógica, novas produções enunciativas são criadas, não como mero reflexo, mas como uma nova orientação valorativa. É do que já existe como dado e acabado (que podem ser as palavras utilizadas pelo outro e a sua expressividade para o sentido do enunciado, a estruturação textual, o conteúdo temático, posicionamento ideológico), e somente a partir dele, que o criado se orienta para ressignificações em um novo contexto de enunciação. É nesse diálogo que um novo falar, pode se contrapor para a elaboração de outras enunciações; é do dado que o novo discurso a ser construído vai encontrar sua validação na esfera social em que circula.

2.3 Dialogismo e discurso

A linguagem é um processo sócio-histórico contínuo de produção de sentido e é ela o espaço privilegiado de manifestação e confronto das diversas “vozes” que constituem a sociedade. O discurso deve ser entendido como uma abstração, uma posição social vista como uma identidade, uma realidade concebida pelos falantes, que existe na forma de enunciados, materializado em alguma espécie textual, mediante interações sociais complexas (SOBRAL, 2006, p. 160).

De natureza dialógica e ideológica, todo discurso é atravessado, pelo discurso de outrem (interdiscurso), diante do qual o falante enuncia uma posição axiológica quanto ao tema tratado (conteúdo objetual-semântico), podendo dar-lhe um acento valorativo distinto a singularizá-lo, com previsão dos seus possíveis interlocutores (reais ou virtuais), historicamente situados (espaço e tempo definidos), e que se concretiza por meio de dado gênero discursivo próprio da atividade humana de certa esfera social¹⁸ para seu propósito comunicativo.

¹⁸ Dicionário de Linguística da enunciação. Maria José Bocorny Finatto (Org.), Valdir do Nascimento Flores (Org.), Marlene Teixeira (Org.), Leci Borges Barbisan (Org.) São Paulo: Contexto, 2009. p. 84.

O dialogismo sempre é entre discursos, não entre interlocutores. É sim o embate dos discursos desses interlocutores.

Constitutivamente dialógico, ideológico e histórico, é o discurso um

[...] fenômeno social complexo, multifacetado, que nasce a partir do diálogo entre discursos diversos. Constitui-se no âmbito do já-dito e, ao mesmo tempo, é orientado para o discurso-resposta que é solicitado a seguir. Todo discurso responde a outros dizeres e, por conseguinte, é tecido heterogeneamente por uma diversidade de vozes (posições sociais, pontos de vista) mais ou menos aparentes. Entre discurso e o objeto, entre o discurso e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, muitas vezes difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos alheios sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. O discurso, desse modo, configura-se a partir de um entrelaçamento de interações sociais complexas, pois em todos seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa¹⁹.

É o discurso tecido a partir do discurso do outro, sobre o “já dito”, sendo este o seu exterior constitutivo. Isso quer dizer que o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre discursos alheios, com a realidade neles constituída. A natureza dialógica, ideológica e histórica dos discursos se reflete no uso da língua, e torna a linguagem empregada fundamentalmente heterogênea, pois sob a palavra de quem fala sempre há outras palavras, sob a voz do locutor há outras vozes; afinal, a palavra do outro, a voz de outrem, é condição de constituição de qualquer discurso.

2.4 Dialogia, discurso e jurisprudência

A jurisprudência, representada pelas ementas dos acórdãos, permite conhecer como os Tribunais estão se posicionando quanto à interpretação das normas jurídicas e sua aplicação aos casos concretos para a solução das controvérsias sociais. Elas se realizam como argumento de autoridade dentro da dinâmica discursiva do mundo jurídico. A produção jurisprudencial é fonte do direito, pois a conformação ideológica dada pelo Judiciário na sua prática do ordenamento jurídico constitui a realidade jurídica que vai reger as relações sociais concretas que se desenvolvem nos mais diversos confrontos sociais em que se buscam ou garantir direitos ou cobrar deveres.

¹⁹ Dicionário de Linguística da Enunciação.

Nosso direito por sua tradição é positivado, isto é, as regras do direito encontram-se escritas. É a língua, em sua realidade viva e concreta, quando em ato discursivo que constitui o direito. A percepção da língua como instrumento do direito é conceito que se supera ao estudar o fenômeno da dialogia. O direito só se constitui quando a língua-discurso é verbalizada em enunciados, que, por sua vez, materializam-se nos textos que formam o complexo de leis e códigos positivados encontrados no ordenamento jurídico. E o que ainda não está materializado textualmente nos *Codex* mantém-se discurso ao se agir a linguagem, orientando a solução jurídica que se constrói pela jurisprudência para pacificar os embates entre as várias posições ideológicas dos sujeitos-discursivos em suas relações dialógicas. E, então, o discurso se constitui direito, que se positiva pela atuação do Judiciário, justificando o entendimento da jurisprudência como fonte do direito.

A jurisprudência é um construto ideológico, portanto é discurso, e como tal só existe por ser um fenômeno dialógico. O embate dialógico que cerca a construção de uma jurisprudência é perpassado por muitas vozes sociais, sujeitos-discursivos partícipes tanto do tempo histórico contemporâneo aos eventos discursivos quanto por aqueles que eternizaram seus discursos ao refletirem e refratarem ideologias passadas e ainda sobrevivem apesar de tantas mudanças sócio-discursivas.

A trajetória para a formação da jurisprudência é a dialogia: sem o fenômeno dialógico não há discurso, e, por consequência, não há jurisprudência.

Qualquer decisão judicial pode ser uma jurisprudência, mas a jurisprudência isolada, que, em algum momento não começa a reunir em torno de seu discurso outros que a ela convergem por sua força ideológica, é palavra ao vento e não se firma como argumento de autoridade. O mesmo se diga para aquelas jurisprudências cujo sentido se encontra ultrapassado, pois outro se construiu tomando-lhe o lugar.

A jurisprudência que aqui se refere é aquela que é o resultado do diálogo de muitos discursos. É nomeadamente o construto ideológico conformado de dado campo social alcançado pela interação dialógica entre muitas decisões que, em situações fáticas e de direito semelhantes, antes chegavam a soluções jurídicas expressando valores e interpretações contrastantes entre si, mas amadurecem com

o tempo e convergem para um sentido mais uniforme, mesmo que não se torne unanimidade.

Nesse diálogo atravessam, entre outros possíveis, os pontos de vista defendidos pelas partes quanto ao objeto em litígio, a situação concreta, as posições valoradas dos doutrinadores, a expressão do corpo social leigo, o direcionamento da vontade política envolvida, embates naturais das forças dos discursos dos vários segmentos sociais em dado momento histórico, próprios de um aqui-agora com todo pensamento jurídico relativamente estabilizado dentro de um processo histórico-social-político que remonta desde a antiga Roma aos dias atuais, compondo a formação jurídico-axiológica do jurista julgador.

Formação essa que é um construto ideológico que sempre está em eterno devir. A construção de nossa identidade jurídica é um discurso que vem sendo talhado desde os primórdios de seu nascedouro na Roma antiga, passando por sua revitalização pelo Direito Canônico, apagado no Estado Absolutista, positivado no Estado Liberal inaugurado com o Código Civil napoleônico, momento este em que se consagrou a liberdade individual com a exaltação dos direitos fundamentais individuais e o direito de propriedade de forma absoluta, para, no século XX, haver a guinada social com a política do *well-fare state* (estado do bem-estar social), com o desenvolvimento dos direitos sociais, o fortalecimento das constituições, dando-se primazia à efetividade das normas constitucionais, cujos valores nelas insculpidos, e aqui se chega às normas e regras da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, [notadamente o princípio da dignidade humana (o que implica proteção a todos que estejam em situação de vulnerabilidade ou desigualdade social, repúdio aos preconceitos de todas as espécies que firam esse princípio, direito ao meio ambiente sustentável, direito à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, enfim, busca-se um bem-estar global imprescindível à dignidade da pessoa humana)] que se tornam o grande norte para a interpretação hoje dada a todas as outras leis no momento de sua aplicação para solver a controvérsia de qualquer caso concreto que esteja sendo julgado na esfera do Poder Judiciário a fim de alcançar a pacificação social.

Sem dúvida, a jurisprudência é fonte do direito porque ela constitui o domínio de sentido do ordenamento jurídico positivado.

2.5 Gêneros do Discurso²⁰ - a prática discursiva que constitui as realidades sociais

Não se vê o mundo para então escolher um gênero, um discurso, um texto – vê-se o mundo, permite dizer Medvedev, o membro “esquecido” do Círculo de Bakhtin, com os olhos do gênero, e portanto dos discursos a ele ligados, não do texto, embora este seja a realidade imediata que o analista encontra em seu trabalho e dele deve partir, e apesar de o locutor ter como realidade imediata as coerções do texto, antes mesmo de enunciar (SOBRAL, 2006, p. 130).

“Expressamo-nos” unicamente mediante determinados gêneros discursivos no interior de certa esfera social, porque é o gênero que estabelece uma interconexão da linguagem com a vida social, organizando nossa fala, que, nada mais é, do que construções enunciativas.

Bakhtin (2010, p. 261-262) abriga para o desenvolvimento do conceito de gênero o seguinte axioma:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados ao todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação.

O teórico (2010, p. 265) parte do princípio que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua²¹”. Postula, pois, a noção da língua como atividade social, histórica e cognitiva, exercida de forma dialógica pelos sujeitos participantes, que enunciam seus discursos intercambiando suas posturas axiológicas, o que lhe faculta a capacidade de constituir uma realidade, um sentido²² em detrimento do aspecto formal e estrutural da língua vista na perspectiva do

²⁰ Mikhail Bakhtin opta pela expressão “gêneros do discurso”, pois seu foco está na natureza sócio-ideológica e discursiva dos gêneros. A terminologia adotada por Bakhtin dá-se em razão da dimensão em que exercita o gênero, isto é, como um vínculo entre uma situação social de interação típica de alguma determinada esfera social com a sua respectiva finalidade discursiva.

²¹ O postulado bakhtiniano adota o pressuposto básico de que só é possível se comunicar verbalmente pela prática de algum gênero.

²² Bakhtin não trabalha em nenhum momento com o conceito linguístico de significado (*znatchénie*), mas com o de sentido (*smisl*), chegando a empregar várias vezes a expressão “sentido significativo” (*znatchimii smisl*) ou significado do sentido (*znatchénie smisla*). Isso se deve à prevalência de que tem em seu pensamento a categoria de diálogo, do qual o sentido participa e o significado, não. Para ele, só o sentido responde a perguntas; o significado não responde e por isso está fora do diálogo. Em português não existe adjetivo para o substantivo “sentido”, por isso traduzi o adjetivo russo sentido *smislovói* por “semântico”, termo relativo a significação e, portanto, vinculado a sentido. (Estética da criação verbal, Introdução, XI, por Paulo Bezerra (tradutor)).

sistema linguístico, que a enclausura (a língua) apenas como forma de refletir a realidade. A língua é atividade constitutiva de realidades e não um instrumento de representação dos fatos.

Nesse contexto teórico, a língua é tida como uma forma de ação social e histórica que, ao dizer, também constitui a realidade, sem contudo cair num subjetivismo ou idealismo ingênuo. [...] É nesse contexto que os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo (MARCUSCHI, 2010, p. 23).

Fala-se por meio de enunciados relativamente estáveis, que são os gêneros. O sistema linguístico não é utilizado pelo falante sem que esteja associado a uma forma de enunciado para ele obrigatório e tão indispensável para a compreensão mútua quanto às formas da língua. Bakhtin, em sua construção teórico-axiológica dos gêneros do discurso, entende que:

[q]uanto melhor dominarmos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário) refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação, em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2010, p. 285).

Com efeito, Bakhtin já previra que a inabilidade no domínio do repertório de gêneros, em qualquer processo de interação comunicativa, em qualquer atividade humana, em qualquer esfera social, retira a possibilidade de se ser bem sucedido em determinada empreitada discursiva²³, comprometendo o próprio processo de compreensão e interpretação do enunciado, ou ainda, não se legitimando perante seus destinatários.

Os gêneros surgem de um consenso social em razão das necessidades discursivas de dada esfera social e contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas, sejam estas as do cotidiano comum, sejam elas as das atividades de caráter mais formal e hierarquizado. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social indispensáveis para a realização de qualquer propósito comunicativo. A natureza de construto social dos gêneros torna a vontade discursiva do falante socialmente previsível, bem como orienta a valoração dos destinatários

²³ Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Pois, como afirmou Bronckart (1999:103), "a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas", o que permite dizer que os gêneros textuais operam, em certos contextos, como forma de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual (MARCUSCHI, 2010, p. 31).

quanto ao enunciado produzido em razão do gênero de discurso escolhido para a realização dessa vontade discursiva. A recepção pelo destinatário é feita com olhos no gênero do discurso.

Enquanto o sujeito-autor diz por meio dos gêneros, o sujeito-leitor lê os gêneros.

Desse modo, ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciados para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso: estes são tão indispensáveis para a compreensão mútua quanto às formas da língua. Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante, eles têm significado normativo, não são criados por ele, mas dados a ele (BAKHTIN, 2010, p. 285).

Bakhtin descreve dois tipos macros de gêneros: os primários ou simples e os secundários ou complexos. Não identifica neles diferença funcional. O que os distingue é como surgem²⁴. O gênero primário apresenta um vínculo imediato com a realidade, são os que surgem espontaneamente no discurso oral do dia a dia, ou, mesmo se escritos, refletem uma realidade imediata entre seus interlocutores (carta de amor, bilhete, recado), enquanto os gêneros secundários são, para Bakhtin, os que

[...] surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito²⁵) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários [...] aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios [...] o processo de formação histórica dos últimos lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia) (BAKHTIN, 2010, p. 263-264).

Os sujeitos de cada esfera discursiva produzem enunciações com propósitos comunicativos específicos das atividades desempenhadas, as quais são dotadas de um estilo de linguagem característico atinente tanto à expressividade individual do sujeito-locutor quanto à expressividade própria da esfera sócio-discursiva da correspondente atividade, em formatações composicionais, que podem estar

²⁴ Da análise da exposição do autor, depreende-se que a unidade de fundamento da diferenciação é histórica, assentada na concepção socioideológica da linguagem, tendo como critério de agrupamento a diferenciação que estabelece entre as ideologias do cotidiano e as ideologias estabilizadas e formalizadas (RODRIGUES, 2005, p. 169).

²⁵ Embora o autor afirme que os gêneros secundários surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa, organizada e principalmente escrita, não é a escrita o princípio de diferenciação, pois há gêneros primários escritos, como o diário íntimo, e gêneros secundários orais, como a palestra. O papel da escrita indicado pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários (RODRIGUES, 2005: p. 169).

relativamente padronizadas. Todas essas particularidades no conjunto dos constituintes de um gênero lhe conferem a relativa estabilidade social que faz dele um enunciado concreto reconhecível de forma natural por dado corpo social.

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de dado gênero, o qual é feito diante da especificidade da atividade sócio-discursiva a ser realizada em dada esfera social, da situação concreta da comunicação discursiva, da composição dos interlocutores da relação discursiva, orientando o sujeito-enunciador²⁶ na posição ativa mais apropriada a ser adotada a fim de estimular uma atitude compreensiva responsiva em seu destinatário (um respondente determinado ou determinável, singular ou coletivo, físico ou virtual).

Esses gêneros discursos pertencem ao mundo inteligível, ao mundo postulado, criado. São atos teorizados, dotados, portanto de repetibilidade, e trazem um juízo de valor universal, pois, sendo gêneros secundários, cuidam ser uma prática social institucionalizada de dizer cujos contornos são muito bem demarcados: sobre o que se pode dizer, quais as limitações ideológicas próprias do discurso desse campo social a que se deve obediência, em que contexto social são permitidos, quem são os sujeitos que nele podem interagir. Todos esses questionamentos permitem identificar a existência de uma série de elementos necessários para o seu processo de produção, bem como conseguir esboçar uma arquitetônica de valor atribuído a esses sistemas sociais em seu plano abstrato, pontuando serem esses gêneros as práticas institucionalizadas por dada esfera ideológica para poder concretizar, com legitimação social, uma vontade para determinado agir, este sim, singular e irrepetível, vivido e experienciado de forma única, porque se trata de um ato-ação, o qual pertence ao plano da unicidade do Ser.

Deve-se, neste ponto, levar em conta que essas práticas sociais não se encontram isoladas. Na formação do seu tema, entre si dialogam-se a ideologia

²⁶ [...] aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor - isto é, sua finalidade, mas também e principalmente na apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos -, e, a partir dessa análise, buscarão as marcas linguísticas (formas de texto/enunciado e da língua - composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação. [...] Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica. Será sempre um estilo de trabalho mais "top-down" e de idas e vindas da situação ao texto e nunca um estilo "bottom-up" de descrição exhaustiva e paralela de textos, para depois, colocá-los em relação com aspectos da situação social ou de enunciação (ROJO, 2005, p.199).

regente da esfera social, as pertinentes dos seus vários campos sociais, o contexto jurídico-social particularizado em dado cronotopo, as diversas atividades que os sujeitos sociais necessitam praticar, enquanto atos únicos e irrepetíveis, nesses ambientes discursivos de forma que venham a obter uma compreensão responsiva ativa aos seus discursos, legitimando-os socialmente. Assim, a despeito de o gênero discursivo ser um ato teorizado e, portanto, associado a um produto cultural, esse produto não é acabado em sentido pelo fato de existir abstratamente, faz-se necessário que ele faça parte de um processo que, em comunhão com os atos únicos e irrepetíveis, experienciados na vida real por sujeitos reais, enunciados concretos sejam produzidos por sujeitos discursivizados, num ciclo de alteridade e dialogismo num *continuun* vir-a-ser²⁷. Processo esse que inescapavelmente se remete à filosofia do ato ético bakhtiniano.

2.6 A gênese dos gêneros

Não há limites para a criação de gêneros. Novos se desdobram de antigos, à medida que novas ações comunicativas passam a circular de maneira recorrente em ambientes específicos; situações sociais, culturais, cognitivas aflorem necessitando da criação de uma estrutura textual relativamente estabilizada.

A contemporaneidade de um gênero advém derivativamente, isto é, de outro já existente, redesenhando alguma forma obsoleta, cuja função visa a atender às necessidades sócio-discursivas emergentes²⁸, estabilizando-as em dado campo social, razão de ser de um gênero.

²⁷ O mundo tal como o entende o Círculo é um mundo de sentido em constante vir-a-ser, de estabilidade e instabilidade relativas, em que há regularidades suficientes para que se identifiquem atividades-tipo mas em que há margem para o reconhecimento de que nada se repete literalmente: a simples escolha daquilo que se repete é já uma transfiguração do repetido. Porque nada no mundo bakhtiniano se realiza por completo, o que é fonte de sofrimento para o ser humano, mas nem por isso deixa esse mundo de contar com suficiente concretude para alimentar a eterna busca do acabamento como ideal inalcançável mas não menos mobilizador. (SOBRAL, 2006, p.112).

²⁸ Hoje, em plena fase da denominada *cultura eletrônica*, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente o computador pessoal e sua aplicação mais notável, a *internet*, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. Isto é revelador do fato de que os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer (MARCUSCHI, 2010, p. 20).

O aparecimento dos gêneros²⁹ decorre das várias necessidades comunicativas que surgem constantemente ao longo da história da humanidade, e implica, por conseguinte, o desuso daqueles que se tornaram obsoletos podendo trazer seu desaparecimento, sua renovação, momento em que ganham novo sentido. As incessantes alterações que se processam nos gêneros atingem seu repertório, pois estes também estão em contínua mudança “à medida que as esferas de atividade se desenvolvem e ficam mais complexas” (FIORIN, 2008, p. 65).

Com efeito, são os gêneros meios de apreender a realidade. Ao mesmo tempo em que novos modos de ver e conceituar a realidade implicam o aparecimento e a modificação de gêneros, o aparecimento de gêneros remodelados ou novos produzem novas maneiras de ver a realidade. A aprendizagem dos modos sociais de fazer conduz indissociavelmente e imediatamente ao aprendizado dos modos sociais de dizer, que são os gêneros (FIORIN, 2008, p. 69).

Nos dias de hoje, muitas dessas necessidades estão relacionadas com a proliferação incessante de suportes tecnológicos, o que movimenta a criatividade social e, num processo renovador, faz despontar variedades de gêneros com o fito de atender às novas opções comunicativas que começam a circular na sociedade. Marcuschi (2010, p. 21-22), em excerto que se cita, posto que extenso é muito atual, pontua:

Por certo, não são propriamente as tecnologias *per se* que originam os gêneros e sim a intensidade dos usos dessas tecnologias e suas interferências nas atividades comunicativas diárias. Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, telemensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (*emails*), bate-papos virtuais (*chats*), aulas virtuais (aulas chats) e assim por diante.

Seguramente, esses novos gêneros não são inovações absolutas, quais criações *ab ovo*, sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes. O fato já fora notado por Bakhtin [1997] que falava na ‘transmutação’ dos gêneros e na assimilação de um gênero por outro gerando novos. A tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas.

²⁹ Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos (BAKHTIN, 2010, p. 268).

É, pois, característica sua a flexibilidade, a plasticidade da forma, revelando grande adaptabilidade diante das necessidades comunicativas decorrentes do surgimento de novos eventos comunicativos. Contudo, uma vez constituído o gênero, este exerce um efeito normativo sobre as interações verbais, ou mesmo não verbais, que se realizam nas diversas situações sociais de interação típica de dada esfera social, conferindo certa padronização em sua expressividade. Nesse sentido, os gêneros, em seus efeitos, podem repercutir nas relações sócio-discursivas, uma ação de força centrípeta ou de força centrífuga.

Capítulo 3 – Sentido do enunciado e a compreensão responsiva ativa

3.1 Enunciados: a língua, a palavra, o texto e o gênero do discurso

A língua em uso é prática enunciativa, não prática instrumental. O uso de uma língua é o seu funcionamento no plano da enunciação, e como discurso é “objeto de dizer”, o que toma a linguagem uma “prática linguística codificada, associada a uma prática social (sócio-institucional) historicamente situada” (COUTINHO, 2004 apud MARCUSCHI, 2010, p. 84).

Ao se trabalhar com a concepção dialógica da linguagem, introduzida pelo Círculo de Bakhtin, outro modo teórico de conceber e estudar a língua se descortina. Sem desprezar sua condição de sistema linguístico, vislumbra-se sua natureza sociointerativa (MARCUSCHI, 2008). A língua não é mais vista circunscrita a conceitos estruturais (morfologia, sintaxe, semântica, fonética); passa sim a ser entendida e estudada como atividade e acontecimento social, que se realiza na forma de enunciados, produzidos por sujeitos sociais historicamente situados mediante práticas organizadas socialmente denominadas gêneros discursivos.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Voloshinov inscrevem a língua no campo da práxis social, e mesmo que seja vista como um corpo material de um corpo social, ainda assim “transcende sua constituição como estrutura para registrar o modo de inscrição dos sentidos em diferentes ordens históricas”.

A língua, pois, em sua substância primeira, é fenômeno social de interação verbal realizada por meio de enunciados e constitui assim a sua realidade fundamental (M&FDAL apud MARCUSCHI, 2010, p. 20), ou seja, o caráter interativo do intercâmbio social é intrínseco à própria estrutura da linguagem e é ele seu elemento definidor.

Em sua integridade concreta e viva é discurso, a língua é enunciado, seja ele oral ou escrito, é concreto e único, proferido pelos integrantes de dada esfera discursiva onde se desenvolvem as diversas atividades humanas. As esferas sociais ou domínios discursivos³⁰ designam as instâncias de produção discursiva.

³⁰ (c) Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc., já que as atividades

Nasce o enunciado na inter-relação com outros enunciados e, ao mesmo tempo em que é processo de interação verbal é resultado do falar, funciona ele, em qualquer circunstância, como um elo na cadeia complexa e contínua da comunicação discursiva, sendo a língua, fora desse contexto, desprovida de uso significativo. Dessa forma, o enunciado é concebido como unidade concreta e real da atividade comunicativa, indissociável dos falantes que o produz, sujeitos sociais e historicamente situados em contextos sempre reais, e representa um evento único e irrepetível.

Um enunciado é dotado de peculiaridades que o constituem como unidade de comunicação: a alternância dos sujeitos³¹, a conclusibilidade do enunciado e a expressividade, traço constitutivo do estilo, que é uma das três dimensões intrínsecas de um gênero discursivo.

3.2 Elementos para uma compreensão responsiva ativa de um enunciado

3.2.1 Alternância dos sujeitos do discurso

Um enunciado pressupõe a existência de um sujeito que produz um discurso contextualizado, isto é social e historicamente situado, dirigido a dado interlocutor, na expectativa de que este possa ter uma atitude responsiva ativa.

Toda compreensão é de natureza ativamente responsiva, momento em que o interlocutor ao se manifestar se torna de ouvinte a falante. Assim é porque cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada por outros enunciados. Fala-se sempre para alguém e o próprio falante se organiza na expectativa da compreensão ativamente responsiva de seu interlocutor, ensejando a ocorrência da réplica.

O discurso está sempre fundido em forma de enunciado pertencente a determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir (BAKHTIN,

jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhes são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas (MARCUSCHI, 2010, p. 24-25).

³¹ a) a alternância dos sujeitos do discurso: cada enunciado, como unidade, possui um início e um fim absolutos, que o delimitam dos outros enunciados. As fronteiras de cada enunciado se delimitam pela alternância dos sujeitos do discurso, que, numa situação específica, dentro de seus propósitos discursivos, constituem-se pelo fato de que o falante concluiu o que objetivava dizer (*dixi* conclusivo), termina seu enunciado, para passar a palavra ao outro, para dar lugar a sua compreensão ativa, a sua postura de resposta (verbal ou não, imediata, retardada, silenciosa, etc.) (RODRIGUES, 2005, p. 161).

2010, p. 274). A compreensão plena de um enunciado vincula-se à atitude responsiva ativa do ouvinte, e por ela o falante está precisamente determinado, permitindo que se estabeleça entre eles uma relação dialógica, que se realiza com a alternância dos sujeitos do discurso mediante as respostas e réplicas que travam entre si, refletindo as ideologias dos participantes, o que até mesmo pode, por consequência, projetar uma nova conformação de valores em face do objeto discursivo.

Bakhtin explica que a alternância dos sujeitos do discurso fixa os limites do enunciado, precisando no discurso o enunciado de cada um dos sujeitos. A alternância não deve ser interpretada restritivamente, supondo-se apenas as conversas face a face. Ela é identificável textualmente (intertextualidade), nos movimentos sociais, no editorial de um jornal, num artigo de opinião, numa carta ao leitor, na diferentes recepções de qualquer obra por parte de seus leitores, na aceitação do público por determinado bem veiculado em matéria publicitária, na elaboração de obras científicas em que se discute a tese de obra anterior. Essa alternância pode ocorrer de forma mediata ou imediata.

O diálogo que se instaura com a relação de alternância dos sujeitos é uma ação histórica compartilhada socialmente, e por isso, entende-se que o interlocutor tenha um conhecimento enciclopédico, um conhecimento de mundo, ou técnico se for o caso, que lhe propicie uma compreensão do enunciado feito pelo locutor para atuar de forma responsivamente ativa e dele externar uma apreciação valorativa.

Isso quer dizer que, ao se iniciar uma explanação sobre a tecnologia da fibra ótica e seu impacto na economia mundial para uma criança de cinco anos, nenhuma atitude responsiva ativa dela irá surgir. Mas ao falar do “Barney e seus amigos”, com certeza, ela irá interagir de forma ativa. Ao se publicar um artigo científico em revista especializada, prevê-se um determinado leitor, aquele que atua na mesma esfera social da atividade do autor. Um texto jornalístico que venha a divulgar o conhecimento daquele mesmo artigo científico o fará em linguagem acessível para permitir a compreensão por parte de um público maior e leigo quanto ao tecnicismo da matéria.

O falante, ao ter em vista a expectativa discursiva ínsita ao seu possível interlocutor, em face da posição deste em dado contexto histórico-social e do gênero discursivo definido para a produção de seu enunciado, é capaz de interagir de forma ativa conseguindo provocar em seu destinatário uma atitude compreensiva ativa. Esse interlocutor nem sempre é um destinatário imediato, mas um cuja presença é percebida socialmente, não rigorosamente identificada, o qual Bakhtin denomina de “superdestinatário”. O superdestinatário varia conforme o grupo social a que pertença e a época e o lugar em que o evento discursivo se processa. É ele o interlocutor próprio dos enunciados sociais.

3.2.2 Conclusibilidade do enunciado

Para propiciar que o destinatário (leitor, interlocutor, ouvinte) tenha uma atitude responsiva cuida-se produzir um enunciado que porte conclusibilidade.

A compreensão³² plena de um enunciado é determinada por sua conclusibilidade, que nada mais é senão a possibilidade de o outro³³ ocupar uma posição ativamente responsiva ao que foi dito; o que revela a formação de um juízo de valor por parte do interlocutor, alimentando a relação dialógica que se desenrola entre os sujeitos do discurso.

Na *explicação* existe apenas uma consciência, um sujeito, na *compreensão*, duas consciências, dois sujeitos. Não pode haver relação dialógica com o objeto, por isso a explicação é desprovida de elementos dialógicos (além do retórico-formal). Em certa medida, a compreensão é sempre dialógica (BAKHTIN, 2010, p. 316, grifo do autor).

Não se deve relacionar, ao se falar em compreensão plena, com a existência, a formulação ou a apreensão de alguma verdade absoluta. Um escrito qualquer estará sujeito a dele se gerarem variadas compreensões por parte de todos os seus leitores, que podem, entre si, diferir em seus pontos de vista sobre o mesmo objeto discursivo. O próprio escrito é um posicionamento construído por seu autor que lança sobre seu objeto uma visão de mundo, o que o dota, por esse ângulo, de um inacabamento interior.

³² “A compreensão, para Bakhtin, é um processo ativo segundo o qual há uma orientação em relação à enunciação do outro. [...] Nessa relação, o próprio locutor não espera uma compreensão passiva, mas sim uma resposta (concordância, participação, objeção, execução etc.), que se forma ao longo de todo o processo de comunicação” (Dicionário de Linguística da Enunciação, p. 62-63).

³³ c) conclusividade: representa a manifestação da alternância dos sujeitos discursivos vista do interior do enunciado. O interlocutor toma uma postura de resposta em relação ao enunciado do outro porque percebe o *dixi* conclusivo do falante, “calculado”, a partir de três fatores interligados: o tratamento exaustivo do objeto e do sentido (o que pôde ser dito naquela situação), a intencionalidade do falante (projeto discursivo) e os gêneros do discurso (RODRIGUES, 2005, p. 161).

A compreensão não se vincula a verdades, mas à capacidade de o interlocutor, em seu próprio inacabamento interior, processar cognitivamente o objeto discursivo e sobre ele exercitar uma compreensão de natureza responsiva ativa. Está no possibilitar ao interlocutor exercer uma atitude responsiva ativa que reside o acabamento de um enunciado.

Três são os fatores que se entrelaçam perfazendo o acabamento de um enunciado e dando-lhe conclusibilidade: i) a exauribilidade semântico-objetual do tema de um enunciado; ii) um projeto de discurso tornando possível depreender do enunciado a vontade discursiva do falante (seu “objeto de dizer”); iii) a concretização desse projeto por meio de um gênero discursivo, que é a prática social de determinada esfera discursiva destinada a dada atividade humana, possibilitando aos sujeitos-discursivos interactantes a realização de seus propósitos discursivos em discursos validados socialmente.

Em qualquer situação de comunicação, seja ela uma réplica de conversas do cotidiano, seja uma obra completa, artística ou científica, a intenção discursiva ou a vontade discursiva do falante, que se depreende do enunciado formulado determina o seu todo, seu volume e suas fronteiras. Dessa ideia verbalizada é possível identificar o objeto discursivo, seus limites e a conclusibilidade do enunciado. Pela vontade discursiva, o falante define o gênero que melhor atende ao seu propósito discursivo, pelo qual construirá seu enunciado.

A exauribilidade semântico-objetual do tema de um enunciado ocorre de formas variadas conforme as situações factuais presentes nos eventos discursivos próprios de dado campo ideológico. Nos campos de criação, como o científico, a exauribilidade semântico-objetual é relativa, porque, a despeito de existirem temas objetivamente inexauríveis, ganham relativa conclusibilidade quando abordados em um enunciado, dadas as condições e a situação do problema em que definido e trabalhado por seu autor.

Exauribilidade semântico-objetual do tema de um enunciado se refere ao recorte ideológico dado ao objeto discursivo, entendido como o sentido do enunciado, isto é, o tema. Exaurível no sentido de permitir uma posição responsiva ativa do interlocutor. Esse posicionamento ideológico respeita a vontade discursiva

do falante e se refere ao acento valorativo que dá o sentido que deseja ao seu enunciado.

3.2.3 Expressividade e estilo

Diferentes orientações sociais apreciativas (acentos de valor, entoações expressivas) sobre um mesmo elemento linguístico (significação), em função da situação da enunciação (finalidade, interlocutores, lugar e tempo), exprimem temas diversos. Nesse contexto, o tema só é acessível por um ato de compreensão ativa e responsiva, na corrente da comunicação discursiva. Sob esse enfoque, compreender a enunciação de outrem significa orienta-se avaliativamente em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado em um dado contexto, fazendo corresponder outras enunciações³⁴.

A entonação expressiva pertence ao enunciado e não à palavra e é esse acento de valor um produto ideológico que determina o tema dado à palavra, o que a torna enunciado. Variadas entonações expressivas que uma mesma palavra vier a receber tantos serão os temas ínsitos na sua constituição como signo ideológico.

A expressividade é um traço constitutivo do enunciado e fora dele não existe. Isoladamente, uma palavra, ou mesmo uma oração, é destituída de carga valorativa, de entonação expressiva, o que não ocorre quando a palavra não é uma simples unidade linguística, quando operada de forma contextualizada em um enunciado, ou ainda, é ela, em si mesma, um enunciado acabado. Bakhtin (2010, p. 291) reconhece nas palavras-enunciados expressividades muito difundidas, tratando-se de

[...] gêneros valorativos de discurso que traduzem elogio, aprovação, êxtase, estímulo, insulto: “Ótimo!”, “Bravo!”, “Maravilha!”, “É uma vergonha!”, “Porcaria!”, “Uma besta!”, etc. As palavras que, em determinadas condições da vida político-social adquirem um peso específico, tornam-se enunciados exclamativos expressivos: “Paz!”, “Liberdade!”, etc. (Trata-se de um gênero de discurso político-social específico.) Em certa situação a palavra pode adquirir um sentido profundamente expressivo na forma de enunciado exclamativo: “Mar! Mar!” (Exclamam dez mil gregos em Xenofonte.)

Em todos esses casos não estamos diante de uma palavra isolada como unidade de língua nem do *significado* de tal palavra mas de um enunciado acabado e comum *sentido concreto* do conteúdo de um dado enunciado; aqui, o significado da palavra refere uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva.

A expressividade é responsável pela determinação do tema de um enunciado em razão da conformação ideológica própria de sua natureza expressiva,

³⁴ Dicionário de Linguística da Enunciação, p. 182.

o que define o alcance de sentido de dado enunciado e nele imprime a marca estilística que o faz identificável no contexto histórico-social em que se realiza.

O pensamento bakhtiniano rompe com a clássica noção de estilo associada exclusivamente a uma natureza subjetiva e a vincula à noção de estilo de natureza social, porque a atividade mental do falante se constitui em território social. A singularidade que se materializa no estilo é decorrente da confluência das inúmeras vozes que participam da constituição da consciência individual³⁵.

O elemento expressivo de um enunciado na perspectiva da posição ativa do falante é a própria relação subjetiva emocionalmente valorativa dele com o conteúdo do seu objeto e do sentido buscado (BAKHTIN, 2010, p. 289). A escolha dos recursos linguísticos – lexicais, morfológicos e sintáticos - feita em razão do aspecto expressivo do falante, determina o estilo individual que marca um enunciado.

Entende-se inexistir neutralidade em enunciado algum, pois, sendo discurso, o tratamento dado ao conteúdo objetual sempre abrigará a posição axiológica assumida [escolhida, conformada] pelo falante, cujo escopo será o de produzir uma reação em seu ouvinte.

O elemento expressivo não se detém apenas quanto à posição ativa do falante diante do objeto discursivo e do sentido buscado. Há também a expressividade própria do gênero discursivo, que condiciona determinado estilo a ser adotado na composição enunciativa; implica também a expressividade peculiar de termos, de determinadas palavras que, em razão do sentido a elas atribuído por outros discursos congêneres, são selecionadas pelo falante para compor seu enunciado, o que revela a imposição de um estilo característico de uso da linguagem por determinada esfera discursiva.

São “ecos da expressividade típica de um gênero e os ecos da expressividade dos enunciados individuais alheios” que configuram o estilo de um determinado enunciado.

³⁵ Dicionário de Linguística, p. 115.

Bakhtin se refere a essa expressividade típica do gênero como a “auréola estilística” da palavra³⁶; destacando, contudo, que a esta tal qualidade não pertence, senão ao “gênero em que dada palavra costuma funcionar, é o eco da totalidade do gênero que ecoa na palavra” (BAKHTIN, 2010, p. 293).

Segundo as especificações do gênero utilizado, pois este em sua forma detém uma expressão típica que lhe é inerente, é capaz de incutir um acento axiológico particularizado ao significado de determinada palavra, conferindo-lhe um sentido (tema) que não tem quando utilizada em outra esfera sócio-discursiva, em outro contexto de atividade social. Bakhtin confere uma abordagem discursiva à concepção dialógica do estilo, o que implica sujeitos sociais e historicamente situados em dada esfera discursiva, na realização de enunciados concretos, em que a singularidade dialoga com o coletivo e condiciona a expressividade de um indivíduo, que pode distanciar-se em maior ou menor grau das palavras colhidas do discurso alheio dando margem a estilizações.

3.4 Tema do enunciado

O conceito “tema” nas obras do Círculo de Bakhtin é expressão de uma situação histórica concreta, construída por um processo de interação verbal social entre sujeitos situados. Seu sentido, mesmo que único (singularidade característica nas palavras), não é estanque, enrijecido ou inflexível. De natureza instável, sensível às mudanças sociais, é grande a capacidade de um tema se renovar, atualizando seu sentido ou redefinindo seu uso, conformando-se às necessidades discursivas

³⁶ As palavras da língua não são de ninguém, mas ao mesmo tempo nós as ouvimos apenas em determinadas enunciações individuais, nós as lemos em determinadas obras individuais, e aí as palavras já não têm expressão apenas típica, porém expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero), determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado.

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual. Por isso, pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão.

Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras do *outro* (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas), é pleno de palavras dos outros, de um grau de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.. Desse modo, a expressividade de determinadas palavras não é uma propriedade da própria palavra como unidade da língua e não decorre imediatamente do significado dessas palavras: essa expressão ou é uma expressão típica de gênero, ou um eco de uma expressão individual alheia, que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada (BAKHTIN, 2010, p. 294-295).

típicas de outros contextos histórico-sociais que podem recepcionar seu sentido adaptando-o nos enunciados de dada esfera discursiva.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), Bakhtin/Voloshinov trazem o conceito de signo ideológico como um produto da ideologia conformada que refrata uma realidade, enfatizando o valor semiótico inerente ao signo em função de sua constituição ideológica.

Definido como “sentido da enunciação completa” Bakhtin/Voloshinov apresentam o termo “tema” como um estágio superior da significação. Enquanto significação é a capacidade potencial de construir sentido (próprio dos signos linguísticos, das formas gramaticais), o tema é o próprio sentido que esses elementos adquirem em face de um uso convencionado e reiterado em dada esfera discursiva temporalmente situada como um modo próprio de refração da estrutura social,

A significação é por natureza abstrata e o tema é a expressão de uma situação histórica concreta, o que o torna indissociável da enunciação (CEREJA, 2010, p. 202). É a substância ideologicamente valorada que dota o enunciado de irrepetibilidade, e o torna único no momento de sua manifestação, cujo sentido se faz completo apenas no contexto específico em que é produzido.

A formação do tema de um enunciado conta, de um lado, com o suporte do signo linguístico, elemento verbal e abstrato, que em sua independência linguística não tem existência concreta, mas é indissociável de sua forma, capaz de lhe conferir a estabilidade que precisa para se instituir; e, por outro lado, com os elementos extra-verbais e instáveis, próprios do contexto de produção do enunciado [os elementos “que integram a situação de produção, de recepção e de circulação” (CEREJA, 2010, p. 203).

O conceito de “tema” como sentido de um enunciado é transposto para o estudo da palavra³⁷ e, em outra dimensão, é elemento constitutivo do gênero do discurso.

³⁷ A concepção de estratificação da língua para o Círculo não se limita às forças temporais, geográficas e à classe social, mas incluem em si os gêneros e outras forças sociais significativas, como certos jornais, obras, esferas sociais, enfim, todas as visões de mundo socialmente significativas (estratificação dada pelos diferentes horizontes axiológicos); nem para a estratificação das formas gramaticais em si, pois o signo pode ser materialmente o mesmo, mas nele cruzam-se diferentes índices de valor (as refrações do signo). Por tudo isso, a língua (língua-discurso) nunca é única, mas diversificada; não é neutra, mas uma opinião pluridiscursiva, ideologicamente saturada; as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma

O tema conferido a uma “palavra da língua” em seu estado abstrato de signo linguístico decorre do acento apreciativo social (produto ideológico) que a faz em si mesma ser um enunciado, porque a língua viva em seu uso concreto só se realiza em forma de enunciado. Segundo Bakhtin, não há, pois, neutralidade na palavra, nela se encontram os outros discursivos que a utilizam, conferindo-lhe certa estabilidade, e, apesar da singularidade do seu sentido, mostra que sua formação como signo ideológico é resultado de um processo de interação social historicamente situado.

Neste sentido, longe de serem escolhidas de forma aleatória, as palavras selecionadas nem sempre o são em razão de serem dicionarizadas, de existirem na língua ao qual pertencem, pois aí, em sua condição puramente lexicográfica, ostentam a neutralidade própria do sistema linguístico. Somente o contato da língua com a realidade (o qual se dá em um enunciado), é que eclode sua expressividade. “[E]sta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós” (BAKHTIN, 2010, p. 292)

Há atentar que as palavras selecionadas para funcionar em determinado enunciado advindas de discursos alheios mantêm em maior ou menor grau “os tons e ecos [dessas] enunciações individuais”.

3.4.1 Temas da palavra “provimento”

A busca dos “constituintes” do sentido num sistema estruturado de unidades mínimas ocultou, com efeito, durante muito tempo, a seguinte evidência: a atribuição de “sentido” a um objeto (a uma palavra) não é uma operação de etiquetagem, mas sim o produto de uma relação que cada indivíduo, cada locutor ou interlocutor constrói a seu modo. Trata-se de uma operação que implica uma grande parte de subjetividade, o ponto de chegada de um processo e não de um procedimento totalmente estabelecido. (FAÏTA, 2005, p. 149-176)

Como verbete lexicográfico, seu significado geral é de abastecimento, sortimento, provisão. Na esfera jurídica, a palavra “provimento” é encontrada em duas áreas do direito que particularizam de forma diferente seu tema. No direito processual, o sentido do tema da palavra “provimento” refere-se à manifestação favorável de um tribunal a um recurso judicial contra si interposto. No direito

época, um grupo social (elas estão nos lábios de outrem) etc. e um “contexto” ou “contextos” onde vivem (Bakhtin, 1993b [1934-1935]) (RODRIGUES, 2005, p. 168).

administrativo, o sentido do tema da palavra “provimento” respeita ao “ato de designação de alguém para titularizar cargo público” (MELLO, 2008, p. 302).

O sentido geral da palavra “provimento” é o significado lexicográfico encontrado no dicionário. O fato de haver um significado geral, repetível enquanto sistema linguístico, não retira dele a possibilidade de ser discurso, um enunciado dotado de irrepetibilidade.

Imagine-se que um jornal em certo dia noticia a ocorrência de eventos climáticos que castigam certa região com chuvas torrenciais, provocando inundações que deixam toda uma população de desabrigados. Um grande apelo social começa a circular as mídias pedindo doações para socorro das pessoas vitimadas pela catástrofe climática. Passado algum tempo dessa mobilização humanitária, o jornal estampa uma manchete com a seguinte denúncia: “Os provimentos destinados aos desabrigados pelas chuvas são desviados e não chegam à região destruída”. Tem-se aqui não a palavra em seu significado abstrato e neutro, posto que dela se reconheça seu significado lexicográfico de domínio geral correspondente; mas, uma palavra que, ao ser contextualizada em enunciado situado no espaço social e em dado momento histórico da interação dialógica entre os sujeitos do discurso, é em si mesma enunciado, é por si mesma discurso. Ao significado geral da palavra “provimento” adere um complemento nominal que é o seu sentido irrepetível e único: “provimento dos recursos necessários à vida daquelas pessoas em estado de vulnerabilidade social”.

Esse mesmo raciocínio se aplica à palavra “provimento” tanto do direito processual quanto do direito administrativo. Se tomada dos compêndios doutrinários ela é significado, realizada em dado contexto espacial e historicamente situado no momento de interação discursiva entre sujeitos discursivos torna-se enunciado, é discurso.

Pode-se dizer que de uma palavra têm-se três: simples e real. Mas há falar melhor: coexistem em um mesmo signo linguístico (elemento suporte do sistema abstrato da língua) três signos ideológicos, os quais podem se multiplicar como enunciados irrepetíveis toda vez que estejam nos discursos que se produzem entre os sujeitos discursivos em suas interações dialógicas em um contexto social e histórico situado.

Assim a palavra é indissociável do discurso e, em síntese, é discurso. O tema da palavra, com as mudanças ideológicas que continuamente se operam em todas as esferas discursivas, atualiza seu sentido e sua expressividade social e, ao ser utilizada com reiterabilidade pode se sedimentar como estilo discursivo de dada esfera discursiva.

3.5 A compreensão responsiva perante um texto

3.5.1 O texto além do texto

O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial). A atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos) (BAKHTIN, 2010, p. 312).

Via de regra, ao se falar em texto, composição textual, o pensamento automaticamente se remete a textos escritos. Essa é uma orientação epistêmica que deve ser revista.

No caso de uma sala de aula, os alunos sentados em suas carteiras, o professor de pé escrevendo na lousa ou circulando pela sala enquanto desenvolve o conhecimento dos lecionando; as janelas enormes, a porta com aquele quadradinho de vidro, a mesa do educador, seu material, o dos estudantes, o posicionamento das carteiras enfileiradas. Outra situação: uma pessoa no ponto de ônibus, carros diversos passando, a vigilância para não perder a “condução”. Cada uma dessas situações é um texto. A publicidade exposta em um *outdoor* é um texto. Uma apresentação musical é um texto tanto quanto são a obra de Machado de Assis e a redação da criança do ensino fundamental.

Ao mesmo tempo em que se generaliza relativiza-se a noção de texto. Na generalização, a questão não é mais saber o que não é texto. Na relativização, a questão é entender quando um texto é texto. A constituição de um texto faz-se à medida que dele se detém alguma compreensão, seja em que dimensão for, o que é possível apenas quando seu leitor tem familiaridade com algum conhecimento contido no texto, o que permite sua interação textual pela construção de um juízo de valor. A leitura, a despeito de se dar singularmente, para sua eficácia comunicacional, necessita que o leitor tenha algum conhecimento prévio daquela

atividade discursiva. A compreensão de qualquer texto implica entender que a leitura que se lhe é feita não diz respeito tão somente a uma ação individual. Coeso a ela está um ato social, porquanto a compreensão não surge da subjetividade, antes, é um produto de outras compreensões com as quais o homem-discurso vai construindo para si, ao longo de sua existência, constituída pela vivência “dialogicizada” com outros discursos ideologicamente conformados.

Então, a resposta centra-se em saber se o leitor tem ou não compreensão do que lê. A compreensão de um texto (seja este escrito ou oral, imagético, sonoro, gestual, pictórico etc) se opera quando um leitor participa de um diálogo com o texto, não na perspectiva de estrutura linguística, mas de fenômeno sócio-discursivo, quando um enunciado textualizado produzido por um sujeito-discursivo (autor) desperta sentido e compreensão em seu destinatário. Nesse momento o autor se torna o destinatário daquele leitor, que agora assume a posição de falante-respondente com competência para tomar uma atitude responsiva ativa, isto é, produzir juízo de valor.

Na hipótese de uma pessoa que durante toda sua vida nunca conheceu a cultura e os hábitos próprios da sociedade complexa dos centros urbanos, e pela primeira vez adentrar uma sessão de julgamento de um tribunal, terá uma sensação de estranheza, pois toda aquela estrutura lhe será incompreensível. A despeito de ver e ouvir tudo quanto qualquer outro ali presencia, se a incógnita sobrepujar qualquer compreensão possível daquele ambiente, não lhe repercutindo algum sentido, bem como dele não conseguindo exercer um juízo de valor a respeito, aquilo não será para ela um texto. O mesmo ocorre se lhe for entregue uma lista telefônica. A lista é um texto para quem a conhece, sabe para o que serve e como manuseá-la, sendo sua forma composicional, seus recursos textuais a si inteligíveis; contudo não o será para quem nunca a experienciou pelo fato de a comunicação telefônica não ser uma realidade em sua cultura.

Um texto científico da área da Informática, modalidade escrita, que verse sobre “os programas simples que trabalham com herança e polimorfismo de função” pode ser “grego” para todo aquele que não tem familiaridade com a área do saber à qual aquele trabalho pertence. Ler-se-ão as palavras, as frases, e será como se nada houvesse sido lido, porque dele não se consegue ter compreensão, não há

produção de sentido. Se o sentido é um construto, não uma concepção *a priori* (KOCH; ELIAS, 2010, p. 35), é possível afirmar que o que é texto para alguns pode não o ser para outros.

Além do vínculo existente entre enunciado, sentido e texto, Fiorin (2010, p. 180) ainda anota a autonomia deste último na ordem epistemológica bakhtiniana: “O enunciado é da ordem do sentido; o texto é do domínio da manifestação. O sentido não pode construir-se senão nas relações dialógicas. Sua manifestação é o texto e este pode ser considerado como uma entidade em si”, o que permite o estudo do texto como fenômeno sócio-discursivo.

3.5.2 Texto — materialidade do enunciado e fenômeno sócio-discursivo

O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas. Um conglomerado de conhecimentos e métodos heterogêneos chamados filologia, linguística, estudos literários, metaciência, etc. Partindo do texto, eles perambulam em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da vida social, do psiquismo, da história, e os unificam por vínculos causais, ora de sentido, misturam constatações com juízo de valor (BAKHTIN, 2010, p. 319).

“[T]odo uso autêntico da língua é feito em textos produzidos por sujeitos históricos e sociais de carne e osso, que mantêm algum tipo de relação entre si e visam a algum objetivo comum” (MARCUSCHI, 2010, p. 23).

É o texto o lugar de interação dos interlocutores, onde os sujeitos dialogicamente se constroem e são construídos em uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos (KOCH, 2009, p. 17).

O homem constitui-se socialmente por meio da linguagem que se realiza mediada pelo texto. Seja este verbal, oral ou outra forma semiótica, é o texto a realidade imediata, é por ele que os sujeitos se expressam, é o dado primário, o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas (BAKHTIN, 2010, p. 319).

O texto como fenômeno linguístico empírico é a materialidade do enunciado, o dado observável. Neste particular, sua ideia é de um “objeto de figura” de um discurso (MARCUSCHI, 2010, p.84) e sugere tratar de uma configuração que pode conter desde um só enunciado até mesmo um romance inteiro (COUTINHO, 2004 apud MARCUSCHI, 2010, p. 84). Seu estudo enquanto fenômeno puramente linguístico, isto é, como uma unidade coerente de signos, é dotado de elementos

repetíveis e reproduzíveis. E tudo que está no âmbito do repetível vem a ser material e meio.

O texto analisado na sua integridade concreta e viva, ou seja, considerando seus aspectos sociais como constitutivos do seu sentido, faz-se enunciado. Como enunciado o texto é prenhe de ideologia, precisado por um autor, por seu projeto discursivo e pelo modo da sua produção. Produção essa que se realiza vinculada ao entorno social que tanto o limita como o determina, assim consideradas as coerções implicadas na situação de interação social que o envolvem bem como a sua relação com outros enunciados, o manuseio da língua-sistema no que tange à organização textual, o gênero escolhido, o estilo utilizado. Dinâmica essa que o dota de singularidade e unicidade, pois o texto na qualidade de enunciado é irrepetível. Não pode ser reproduzido, apenas, como já dito, pode ser citado.

A análise do texto como unidade de sentido ou unidade de interação é reflexo do conceito de língua que, ao mesmo tempo em que é um sistema simbólico constituído por um conjunto de signos ordenados no plano abstrato da perspectiva linguística, também é um “conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas³⁸” e “sensíveis à realidade sobre a qual atua”. É, pois, o texto uma unidade comunicativa (quer seja enquanto evento em um dado contexto situacional³⁹, quer seja na acepção da linguística de texto, que se refere às condições de textualidade como critérios de acesso à produção de sentido⁴⁰) e sua realização dá-se tanto no nível do uso quanto no nível do sistema linguístico (MARCUSCHI, 2010, p. 76).

A língua em uso é enunciado (forma de atividade social) e o texto que o materializa não é um fato da língua, e sim um fato discursivo produzido pelo

³⁸ Parafraseando Kant, diria, numa expressão um tanto desajeitada, que *a língua sem contexto é vazia e o contexto sem a língua é cego*. [...] Assim, chegamos às relações ditas contextuais. Estas relações se estabelecem entre o texto e sua situacionalidade ou inserção cultural, social, histórica e cognitiva (o que envolve conhecimentos individuais e coletivos). Não se pode produzir nem entender um texto considerando apenas a linguagem (MARCUSCHI, 2008, p. 87).

³⁹ 20. Quando se fala em contexto situacional, não se deve com isso entender a situação física ou o entorno físico, empírico e imediato, mas a contextualização cognitiva, os enquadres sociais, culturais, históricos e todos os demais que porventura possam entrar em questão num dado momento do processo discursivo (MARCUSCHI, 2008, p. 87: nota de rodapé)

⁴⁰ Não é gratuito, portanto, que Beaugrande & Dressler (1981) postulem a textualidade como um princípio organizacional e comunicativo do texto. Se, como escrevem, “a questão mais urgente é como os textos funcionam na interação humana” o “*status* do texto” só é alcançado mediante a satisfação de sete padrões para seu funcionamento, os padrões da textualidade: (i) coesão, (ii) coerência, estes dois centrados no texto, (iii) intencionalidade, (iv) informatividade, (v) aceitabilidade, (vi) situacionalidade, (vii) intertextualidade, centrados nos interactantes. Contemplados como uma totalidade, os sete padrões aliam a organização interna a uma função comunicativa do texto (BENTES; RESENDE, 2008, p. 28).

ativismo⁴¹ dos interlocutores (falante e respondente, sejam eles singulares ou plurais, individuais ou coletividade, reais ou virtuais) de forma dialógica (cuja participação pode ocorrer de forma explícita ou, não, verbalizada ou não, com responsividade imediata ou retardada) em conformidade com o entorno discursivo (isto é, com o seu contexto, o que engloba sujeitos históricos, sociais, integrados numa cultura, numa forma de vida, e que atuam em campos de atividades específicos de dada esfera social), permitindo-lhes condição de processabilidade cognitiva e a produção de sentido [é o contorno axiológico dado a um objeto (conteúdo objetual-semântico) de que todo e qualquer discurso é dotado] por meio de um evento comunicativo⁴². Em suma, “o sentido de um texto é construído na interação textos-sujeitos (ou texto-coenunciadores) e não é algo que preexista a essa interação” (KOCH, 2009, p. 17).

⁴¹ Há outra categoria muito freqüente no pensamento bakhtiniano: *aktivnost*. Derivado do latim *activus* esse termo tem sido traduzido muito amiúde como “atividade”. Ora, atividade, *deiátelnost*, em russo, aparece muito em Bakhtin, como o exercício de alguma ação, o desempenho de uma função – atividade estética, por exemplo, sem a ideia de intensidade. Já o termo *aktivnost* significa atividade enérgica, ação intensa do sujeito sobre o objeto. Por essa razão usei para *aktivnost* o termo “ativismo”, por considerá-lo o efetivamente apropriado (PAULO BEZERRA, Introdução da Estética da criação verbal, XII, 2010).

⁴² Sem querer (e sem poder) estabelecer uma definição fechada do que seria essa análise/teoria dialógica do discurso, uma vez que esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre língua, linguagem, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimentos submetidos a teoria e metodologias dominantes em determinadas épocas. Mais ainda, esse embasamento constitutivo diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados. Iniciar a apresentação da análise/teoria dialógica do discurso dessa maneira significa, de imediato, conceber *estudos da linguagem* como formulações em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos e, ao mesmo tempo, reconhecer que essas atividades intelectuais e/ou acadêmicas são atravessadas por idiosincrasias institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem, e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primeiro (BRAIT, 2010, p. 10).

Capítulo 4 – O Superior Tribunal de Justiça e seu domínio discursivo

4.1 O Superior Tribunal de Justiça — STJ

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, cabia ao Supremo Tribunal Federal — STF, ser a instância judiciária máxima para a qual afluíam todos os recursos judiciais interpostos no País à busca de uma decisão definitiva para as demandas que envolviam controvérsias tanto de normas constitucionais quanto de normas federais, estas mais comumente designadas como normas infraconstitucionais. Contudo, uma crise atingia o STF, que não mais comportava o volume dos processos que se multiplicavam em proporção geométrica. Com a então conhecida crise do recurso extraordinário, iniciaram-se as discussões que culminaram na criação do Superior Tribunal de Justiça — STJ, pela Constituição Federal de 1988, com o escopo maior de ser o órgão uniformizador da aplicação do direito federal. Houve assim o constituinte originário atribuir-lhe parcela da competência jurisdicional que anteriormente cabia ao STF.

Em um panorama geral, o STJ é composto por trinta e três ministros. O Tribunal funciona em Plenário; em um órgão especial denominado Corte Especial; em três Seções especializadas por matéria, cada uma delas integrada pelos componentes das Turmas da respectiva área de especialização, estas compostas com cinco ministros. As Seções especializadas dividem-se em:

Direito Público - Primeira Seção: Primeira Turma e Segunda Turma;

Direito Privado – Segunda Seção: Terceira Turma e Quarta Turma;

Direito Penal – Terceira Seção: Quinta Turma e Sexta Turma.

Somem-se o Presidente, o Vice-Presidente do STJ e o Coordenador-geral da Justiça Federal que integram apenas o Plenário (juntamente com todos os ministros do Tribunal) e a Corte Especial (composta pelos quinze ministros mais antigos).

As competências do STJ estão descritas no art. 105 da Constituição Federal. A mais emblemática delas é a que reside no artigo 105, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, onde se registra a sua função uniformizadora na interpretação do direito federal pelo julgamento dos recursos especiais.

Mendes, Coelho e Branco (2008, 972) pontuam que o julgamento de recurso especial contra decisão judicial de única ou última instância compõe o próprio *ethos* do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a missão que a Constituição lhe conferiu como órgão de uniformização da interpretação do direito federal ordinário.

O dispositivo constitucional citado dispõe:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

O Boletim Estatístico⁴³ do ano de 2010 divulgado no sítio eletrônico da instituição mostra uma realidade do “Tribunal da Cidadania” em que se constata a existência de sobrecarga de processos para julgar; um número que vem ascendendo vertiginosamente desde a sua criação. O relatório apresenta gráfico onde se registra que no ano de 1989, bem no início de suas atividades, foram distribuídos 6.103 (seis mil e cento e três) processos; no ano de 2010, 228.981 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e oitenta e um) processos, tendo chegado, no ano de 2007, a 313.364, totalizando ao longo desses 21 anos a quantidade de 3.102.847 (três milhões e cento e dois mil e oitocentos e quarenta e sete).

Números que refletem a construção ideológica própria de um estado democrático de direito, onde o corpo social, cada vez mais senhor de sua cidadania, procura o Poder Judiciário para a estabilização dos conflitos sociais que surgem entre particulares ou entre estes e o próprio Estado, seja para a defesa de direitos, seja para a cobrança de deveres, ao amparo da nova ordem jurídica que passou a vigor com a Constituição de 1988.

⁴³ Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/verpagina.asp?vPag=1&vSeq=168>> Acesso em: 3 de maio de 2011.

4.2 O discurso jurídico-social atribuído ao STJ pelo art. 105, III, “a”, “b”, e “c”, da Constituição Federal: sua competência recursal

A competência recursal do STJ definida pela Constituição Federal é descrita nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, que delimita sua atuação jurisdicional, na esfera recursal, para solucionar demandas que envolvam contrariedade ou negativa de vigência à norma federal, pois a função precípua do STJ é a uniformização do entendimento e da aplicação das normas infraconstitucionais, não lhe cabendo apreciar, em sede de recurso especial, alegações de violação de norma constitucional, cuja análise compete ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Restringe-se, em razão de sua natureza e em correspondência ao estudo desta monografia, ao que enuncia o *caput* do inciso III e a alínea “a” do dispositivo constitucional:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência.

A Constituição Federal, ao dispor que o STJ somente pode julgar recurso especial, cuja demanda nele insere se refere à causa decidida em única ou última instância nos Tribunais Regionais ou tribunais locais, proibiu o recorrente de:

- i) buscar o STJ para discutir matéria que não foi apreciada pelos tribunais;
- ii) interpor recurso especial sem antes haverem sido esgotadas todas as instâncias ordinárias de julgamento para o debate da causa. O esgotamento das instâncias de julgamento refere-se à matéria que o recorrente busca pronunciamento do STJ a respeito. Tal implica entender que a interposição de especial sem atenção para o esgotamento das instâncias quanto à questão controvertida não atende à condição constitucional imposta para a configuração de causa decidida em única ou última instância nos tribunais inferiores.

A grande repercussão jurídica gerada compreende a noção de prequestionamento.

4.2.1 Prequestionamento

Requisito indispensável para que o ministro-relator adentre a análise do mérito da questão controvertida alegada nas razões do recurso especial.

Prequestionar ou prequestionamento não é questionar ou questionamento. As questões a serem dirimidas pelo Judiciário são os pontos controvertidos, não questões no sentido de perguntas, de dúvidas. Prequestionar é quando o Tribunal inferior se manifesta sobre dada norma de forma valorada (pois “decidir” inexoravelmente importa assumir uma posição ideologicamente conformada), que pode ser feita explicitamente, quando então são deduzidos claramente os dispositivos legais respectivos; ou implicitamente, quando, a despeito de não estar pontuado expressamente o artigo de lei, a norma (conteúdo ideológico) nele inserta foi debatida, de forma que permita ao STJ identificar seu “prequestionamento”. O juízo de valor exarado é o vetor que caracteriza a existência do prequestionamento, *status* esse não alcançado quando o artigo de lei compõe o texto “decisional” com caráter meramente citatório.

Assim, se não houve o prequestionamento pelo órgão judicante inferior da norma alegada violada no recurso especial, o STJ sobre ela não pode se manifestar, porque o requisito constitucional condicionante à admissão do recurso não foi suprido, qual seja, tratar-se de causa decidida em única ou última instância pelos tribunais inferiores. Afinal de contas, como seria possível acusar a ocorrência de contrariedade ou negativa de vigência a qualquer dispositivo legal pelo Tribunal, se ele não o apreciou ou mesmo não o considerou para formar seu convencimento, preferindo firmar a fundamentação da sua decisão com base em outras normas? Sim, porque, detalhe: o Tribunal tem liberdade para dar a solução que entender de direito à controvérsia a si apresentada, contanto que de forma fundamentada (princípio da motivação das decisões judiciais), não sendo obrigado a se ater às teses que a parte direcionou para sua manifestação.

A situação, em uma abordagem simplista, mas didática, é a seguinte: a parte pede que a demanda deva ser decidida conforme o disposto no artigo x da Lei

Y, e o magistrado a soluciona com a aplicação do artigo w da Lei K, adotando norma outra que julga ser a adequada ao caso, pois entende que a parte defendeu uma interpretação jurídica ou uma solução jurídica que não se revelava pertinente ou adequada ao deslinde da demanda.

Em se sentido insatisfeita com a decisão, pode a parte opor um recurso denominado “embargos de declaração” pedindo que o magistrado se manifeste sobre o artigo que ela queria que fosse o norteador jurídico de sua preferência para o julgamento da demanda. Em nova decisão, o magistrado: i. pode se manifestar de forma valorada sobre o dispositivo legal; contudo ii. pode acerca dele não se pronunciar se entender que os fundamentos jurídicos adotados para motivar sua decisão foram os corretos para o caso.

Agora, se a parte quiser interpor recurso especial, com base na negativa de vigência do artigo x da Lei Y pelo órgão judicante inferior, dispositivo esse claramente não prequestionado (exigência constitucional para viabilizar sua entrada no STJ), o que é que se faz?

4.2.2 O discurso do art. 535 do CPC

O Código de Processo Civil traz em seu artigo 535 do CPC algumas hipóteses consideradas vícios: omissão, contradição ou obscuridade, que podem ser alegadas pela parte para exigir que o magistrado a respeito se manifeste e proceda ao seu saneamento, perfectibilizando a primeira decisão, considerada principal.

Na práxis jurídica, o art. 535 do CPC circula de duas maneiras:

4.2.2.1 Gênero discursivo “recursal”

O recurso dos embargos de declaração é a prática social normatizada para a parte que se sentir lesada em seus direitos, em razão da configuração de algum dos vícios descritos na norma, exigir sua reparação.

4.2.2.2 Discurso temático

A parte-recorrente argúi, nas razões do especial, que o tribunal regional ou local, ao não sanear o vício alegado, incorreu em negativa de vigência ao disposto na norma, e com esse argumento pede a anulação do julgamento.

A essência discursiva da norma é a mesma, seja ela na forma de gênero, seja ela na forma de discurso pontual, mas o alcance de seu sentido submete o projeto discursivo da embargante aos seus princípios, construto hermenêutico que exige atenção por quem quer lançar mão desse recurso, que, antes de tudo, é discurso, é norma, e não um simples instrumento processual.

4.3 Enunciados sumulares ou simplesmente súmulas

Um enunciado sumular é um discurso temático pontual e constitui, de forma sólida, um entendimento construído pela jurisprudência ao longo de inúmeros julgamentos, cuja controvérsia tenha recebido decisões com solução idêntica. Assim, sempre que a controvérsia a ser dirimida conferir com a hipótese jurídica de dada súmula, aplica-se-lhe o entendimento para decidi-la sem maiores delongas.

As súmulas podem dizer especificamente uma compreensão acerca de alguma norma, seja esta concernente a direito material ou a direito processual. São dotadas de grande força vinculante, pois, mesmo aquelas que não sejam enquadradas como “súmulas vinculantes”, é previsível que todos os órgãos judicantes do território nacional a adotem de forma a uniformizar a solução de demandas.

Apresentam-se quatro enunciados sumulares de grande relevância ao universo dos recursos judiciais no STJ:

4.3.1 Súmula 7/STJ

“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

A alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal estabelece hipótese discursivo-jurídica para a interposição do recurso especial, qual seja: quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhe vigência. O efeito direto desse enunciado é de que o STJ somente analisa questões de direito que não impliquem a necessidade de reexaminar fatos ou provas (cuja análise é competência própria dos órgãos judicantes da Primeira Instância e da Segunda Instância), a fim de verificar se a decisão aplicada fora a mais correta ou não. Isso quer dizer que, se um recurso especial for interposto sob a alegação de que o

acórdão não analisou como deveria as provas ou os fatos, pois acabou condenando o recorrente a indenizar o recorrido, é bem provável que a decisão desse recurso seja a aplicação do entendimento da Súmula 7/STJ.

4.3.2 Súmula 182/STJ

“É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.”

Enunciado destinado ao agravo regimental interposto no âmbito do STJ também é aplicado por analogia ao agravo de instrumento do art. 544 do CPC. O discurso consolidado nesse enunciado sumular informa à parte que ela deve, ao interpor recurso de agravo regimental ou de agravo de instrumento, apresentar as razões jurídicas na tentativa de impugnar os fundamentos adotados pela decisão que se agrava. Quem interpõe um agravo, regimental ou de instrumento, visa a modificar o resultado de uma decisão que lhe fora desfavorável, e, como nem sempre uma decisão comporta um único fundamento, porque em geral também a parte não se limitou a apresentar apenas uma alegação, deve ela impugnar tantos quantos forem os fundamentos adotados pela decisão que pretende reformar.

4.3.3 Súmula 211/STJ

“Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.”

É o drama do prequestionamento. O prequestionamento e a alegação de omissão do art. 535, II, do CPC geralmente são questões que andam em parceria, o discurso de um conduz ao discurso do outro. A compreensão da dialogia desses discursos é essencial para saber lidar com eles.

Ocorre que, tendo o relator formado sua convicção quanto à solução jurídica a ser dada à controvérsia e apresentando os fundamentos que motivaram sua decisão, a prestação jurisdicional terá sido feita. O fato de não haver adotado a tese jurídica da parte não significa que tenha incorrido no vício da omissão. Mas se a parte inconformada assim não entender, oporá recurso dos embargos de declaração sob a alegação de omissão. Das duas uma: ou o relator admite a omissão e

promove o saneamento do acórdão embargado ou consigna não existir o vício da omissão, o que não a fará satisfeita. Partirá então para a interposição do recurso especial e, se, em suas razões, alegar que o acórdão recorrido negou vigência ao art. x da Lei Y, em vez de alegar contrariedade ou negativa de vigência ao art. 535 do CPC no “acórdão recorrido” pelo fato de o tribunal não haver se manifestado sobre a norma do art. x da Lei Y, e o relator apurar a falta do prequestionamento do citado dispositivo legal, a decisão receberá o entendimento da Súmula 211/STJ.

O ministro Luis Felipe Salomão detalha a questão do prequestionamento na decisão monocrática do Ag 924.002/SP, publicada no DJe em 5.5.2011:

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Esta Corte Superior, já proclamou, didaticamente, que o prequestionamento, como requisito de admissibilidade do recurso especial, somente se configura nas seguintes hipóteses: (a) ter sido a causa decidida com base na legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto; (b) implicitamente, quando demonstrada a apreciação da causa à luz da legislação federal tida por violada, embora não haja menção expressa do dispositivo legal; (c) se a questão federal surgir durante o julgamento proferido pelo Tribunal de origem, deve a parte opor embargos declaratórios, visando ao pronunciamento judicial sobre o tema; (d) se ainda assim o Tribunal omitir-se na análise da questão, deve o recorrente interpor o recurso especial fundamentando-se em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. (REsp 648.997/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 26.9.2005, p. 315)

Na hipótese de a parte interpor diretamente o recurso especial alegando em suas razões a violação do mesmo art. x da Lei Y, sem haver oposto os embargos de declaração junto ao tribunal para que ele pudesse se manifestar a respeito desse dispositivo legal, e o relator apurar se tratar de norma que não sofreu o prequestionamento daquela instância judicante, a decisão receberá a aplicação da **Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal, que enuncia: “É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”**

Agora, se a parte interpõe o recurso especial alegando “violação” do art. 535 do CPC, tendo opostos os embargos de declaração para que o tribunal inferior se manifestasse a respeito da dada norma jurídica, o STJ não decide com base nos

enunciados sumulares apresentados (211 do STJ e 282 do STF), ele analisa se houve ou não negativa de vigência ao disposto art. 535 do CPC para decidir.

4.3.4 Súmula 284/STF

“É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”

O discurso inserto neste enunciado sumular é o anúncio claro de que a alegação apresentada nas razões do recurso comporta uma deficiência em sua tessitura jurídico-discursiva insanável. É comum sua aplicação quando: i) o arrazoado do recurso está desassociado dos fundamentos da decisão que deveria infirmar; ii) alega negativa de vigência ao art. 535, II, do CPC aduzindo omissão sem apontar em que ponto a decisão embargada foi omissa, ou sem demonstrar a relevância jurídica da norma dita omissa para o direito pleiteado; iii) faz alegações genéricas de violação de lei federal sem falar quais são essas leis federais; iv) elabora uma petição de recurso onde se reporta a dispositivos legais de forma prolixa, desenvolvendo uma estrutura textual como se estivesse escrevendo uma doutrina ou uma dissertação de prova escolar, sem a objetividade exigida e necessária para que o relator saiba qual é a norma que quer alegar violada.

4.4 A dinâmica dialógica das relações processuais no STJ

Na esfera judiciária, encontram-se os seguintes gêneros, entre outros: petição inicial, peça recursal (apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo regimental, recurso especial, recurso extraordinário, recurso de revista, embargos infringentes), despachos ordinatórios, sentenças (*lato sensu*) – decisões e acórdãos (*stricto sensu*) etc. Em particular, registre-se que os despachos ordinatórios, a despeito de terem a função de determinar procedimentos administrativos, e não serem dotados propriamente de um conteúdo jurídico de cunho decisório, participam do sistema de atividades⁴⁴ que são desenvolvidas em um processo judicial e podem produzir efeitos jurídicos aos litigantes.

⁴⁴ Charles Bazerman, ao analisar toda uma sequência de atividades que se realizam por meio de textos no seio de uma universidade (boletim, programa de disciplina, diplomas, requerimentos, matrículas, editais, informativos, pesquisas científicas etc), filtra o seguinte entendimento: “Nessa sequência de eventos, muitos textos são produzidos. E o que é mais significativo, diversos fatos sociais são produzidos. Esses fatos não poderiam existir se as pessoas não os realizassem por meio da criação

O diálogo que se instaura com a relação de alternância dos sujeitos é uma ação histórica compartilhada socialmente, e por isso, entende-se que o interlocutor tenha um conhecimento enciclopédico, um conhecimento de mundo, ou técnico se for o caso, que lhe propicie uma compreensão do enunciado feito pelo locutor para atuar com responsabilidade ativa e dele externar uma apreciação valorativa.

A alternância dos sujeitos da relação dialógica constituída entre recorrente (embargante, agravante) e o STJ (ministro singular, órgão colegiado) impõe uma reflexão quanto ao elemento tema dos gêneros discursivos “recursos judiciais”. Enquanto os recursos judiciais são os gêneros discursivos praticados pelo recorrente para buscar, anular ou modificar o resultado de alguma decisão a fim de alcançar o provimento do seu pleito, o pronunciamento judicial é a prática sócio-discursiva que permite ao magistrado prestar a jurisdição que a parte veio buscar, dando por meio de uma decisão judicial a solução jurídica à controvérsia apresentada. Esses discursos dialogam, contrapõem-se, de forma rigorosamente ordenada, cada qual em seu momento próprio, uma arquitetônica complexa que se desenvolve em um contexto social histórico-discursivo, em que são muito poucos os extravios tolerados.

Há um determinado momento no curso processual em que uma das partes, insatisfeita com o resultado judicial obtido em tribunal de segunda instância, resolve levar a discussão para o Superior Tribunal de Justiça sob a alegação de violação de lei federal ou dissídio interpretativo. E assim o faz mediante a interposição do recurso especial. Contudo, a petição do especial passa pelo crivo de admissibilidade de um órgão específico do tribunal estadual ou tribunal regional em que a demanda tramita. Neste momento processual, o especial, se admitido, segue para o STJ. Na hipótese de não o ser, a parte, se ainda quiser recorrer, pode interpor, nos próprios autos do recurso especial, recurso de agravo de instrumento,

de textos [...]. Nesse ciclo de textos e atividades, vemos sistemas organizacionais bem articulados dentro dos quais tipos específicos de textos circulam por caminhos previsíveis, com consequências familiares e de fácil compreensão (pelo menos para aqueles familiarizados com a vida universitária). Temos gêneros altamente tipificados de documentos e estruturas sociais altamente tipificadas nas quais esses documentos criam fatos sociais que afetam as ações, direitos e deveres das pessoas. [...] Compreender esses gêneros e seu funcionamento dentro dos sistemas e nas circunstâncias para as quais são desenhados pode ajudar você, como escritor, a satisfazer as necessidades da situação, de forma que esses gêneros sejam compreensíveis e correspondam às expectativas dos outros. Compreender os atos e fatos criados pelos textos pode ajudá-lo também a compreender quando textos, aparentemente bem produzidos, não funcionam, quando não fazem aquilo que precisam fazer. Tal compreensão pode diagnosticar e redefinir sistemas de atividades comunicativas [...](BAZERMANN, 2009, p. 21-22).

cuja finalidade é demonstrar que a decisão que inadmitiu o “apelo nobre” não prospera, e, assim, ver aceito pelo STJ o recurso especial para ser analisado.

Um recurso de agravo de instrumento recebe sempre uma decisão monocrática, conforme disposição regimental. Na hipótese de o agravo de instrumento ultrapassar seus requisitos de admissibilidade, o relator julga o recurso especial.

No STJ, seja o recurso especial ou o agravo de instrumento, conforme a linguagem jurídica, conhecido ou não, provido ou não, haverá novamente alguém insatisfeito, que poderá, então, interpor outro recurso para tentar modificar o que foi decidido ou sanar algum vício (omissão, obscuridade ou contradição) a fim de perfectibilizar a decisão principal. Para isso, a norma jurídica dá ao insurgente a possibilidade de interpor um recurso de agravo interno, conhecido como agravo regimental (se a decisão tiver sido proferida monocraticamente) ou um de embargos de declaração (possível em decisões monocráticas e colegiadas).

Quando se julga um recurso especial, este pode ser decidido monocraticamente pelo relator, quando a controvérsia respeita matéria cujo entendimento se encontra consolidado, ou levar para o órgão colegiado competente para julgar o recurso, sendo prolatado um acórdão. Se a decisão do recurso especial sair por acórdão, a parte não satisfeita não pode interpor agravo regimental, somente embargos de declaração, se for o caso.

De uma decisão monocrática, pode-se interpor agravo regimental para impugnar os fundamentos desse julgado e buscar sua reforma. Neste momento o julgamento do regimental obrigatoriamente se dará de forma colegiada na hipótese de o relator manter a decisão monocrática; mas, se eventualmente for exercer juízo de retratação, será monocrática. Neste último caso, se ainda houver alguma parte insatisfeita, outro agravo regimental poderá ser interposto, o qual então será levado para apreciação do órgão colegiado.

Já os embargos de declaração podem ser opostos tanto em face de um acórdão como de uma decisão singular. Se de um acórdão, os embargos serão remetidos para o órgão colegiado; se de uma decisão, o relator voltará a apreciar seus motivos singularmente. Isso ocorre porque os embargos declaratórios, também chamados aclaratórios ou recurso integrativo, no jargão jurídico, visam a atender à

parte que entendeu existirem vícios na decisão principal, permitindo a seu julgador tal reparação, os quais se ocorrentes, para a perfeita prestação jurisdicional, devem ser sanados. A decisão de embargos tem natureza integrativa, não podendo o recurso ser articulado para fins infringentes, o que não impede que haja reforma do julgado conforme o vício existente. Mas aqui a reforma ocorre por consequência inevitável.

Capítulo 5 – O domínio de sentido dos gêneros discursivos recursais

5.1 Tema do gênero: modelo de compreensão desse constituinte

Há gêneros tão maleáveis que permitem sua prática para uma diversidade enorme de conteúdos temáticos, bem como há aqueles gêneros que em razão de sua formalidade social têm sua prática restrita a determinado conteúdo temático ou a abordagens institucionalizadas mesmo existindo diversidade temática.

Mas antes de partir para as comparações, reprisem-se os fatores que implicam o tema de um enunciado: i) situação histórica concreta (ou seja: os elementos extra-verbais próprios do contexto de produção do enunciado, isto é, os elementos que integram a situação de produção, de recepção e de circulação (CEREJA, 2010, p. 203); ii) sujeitos do discurso situados em processo de interação verbal; iii) correspondências com as necessidades discursivas típicas dos contextos históricos de dado enunciado; portanto, há um uso convencionado e reiterado em dada esfera discursiva; iv) valoração sócio-ideológica (expressividade histórico-social); v) acento apreciativo (expressividade particularizada pelo enunciador em razão de seu propósito comunicativo).

A noção do “tema” na dimensão de elemento constituinte do gênero do discurso impõe algumas adaptações interpretativas. Sendo os gêneros práticas sócio-discursivas, portanto sistemas históricos de dizer, refratar e constituir as realidades sociais e os sujeitos discursivos, a despeito de sua grande adaptabilidade em face do surgimento de novas necessidades comunicativas, são enunciados concretos de relativa estabilidade. O que permite inferir que o tema de dado gênero não está sujeito a aleatoriamente sofrer alterações na sua substância. Mas isso retiraria sua propriedade de “irrepetível” e o reduziria à condição de “significado”, isto é, em elemento repetível por ausência de acento valorativo, de carga ideológica?

O tema é um construto de sentido e está diretamente relacionado às condições de produção enunciativa, à ideologia conformada de dada esfera discursiva, às atividades humanas que se entabulam nos variados contextos discursivos dos seus campos ideológicos e à previsão dos sujeitos do discurso nessas interações dialógicas.

Bakhtin fala que é pressuposto de condição para a realização de um projeto discursivo que o falante antes defina a escolha do gênero de discurso. Se o enunciado a ser produzido pelo falante é dotado de tema, no caso, um conteúdo temático que é o seu “objeto de dizer”, como entender o tema do gênero para a realização do projeto discursivo? Seriam equivalentes as noções o conteúdo temático do objeto de dizer do falante e o tema do gênero discursivo?

No artigo “O conteúdo temático no gênero discursivo tiras em quadrinhos” (MONTENARI; MENEGASSI, 2010, p. 225-232) concluiu-se que as possibilidades de tema são inúmeras e variam de acordo com o propósito do autor, que definirá um tema conforme a finalidade e os objetivos que deseja alcançar e quais os destinatários previstos.

Contudo, o que se declinou como tema do gênero discursivo citado foi sim o conteúdo temático dos enunciados textualizados e não do gênero discursivo.

A construção do raciocínio para tal assertiva dá-se em razão de tentar entender o sentido de “finalidade”. Quem tem finalidade a atingir é o autor, emergindo uma correspondente vontade discursiva, que se realiza antecipadamente por meio de dada prática social por ele escolhida, isto é, o gênero do discurso.

Ao decidir realizar um trabalho científico em nível de especialização, qualquer que seja o conteúdo temático escolhido pelo autor entre tantas esferas do saber, seu projeto discursivo terá de atender às especificações do gênero discursivo convencionado para a concretização de seu propósito comunicativo. Esse projeto discursivo deve ser construído com atenção obediente a todos os elementos que compõem o gênero “monografia”. Haja vista a imensa diversidade temática (conteúdo objeto-semântico) à disposição dos especializandos para pesquisa científica, em regra, todas essas ideias encontram espaço amparado dentro de uma monografia, se a intenção for a elaboração de um texto de cunho científico. Então, o que constituiria o tema do gênero discursivo monografia? A finalidade [aqui percebida em seu aspecto objetivo, porque outras motivações podem compor a finalidade buscada pelo autor, mas que respeitam a subjetividade e a intimidade própria de cada um (ver a respeito “ato ético”), o que implicaria divagações nada produtivas para a consecução deste trabalho] é do autor que deseja, ao realizar seu projeto discursivo, validar junto à comunidade científica seu trabalho e com isso

obter o título de especialista. Como entender então a afirmação de Bakhtin que uma vontade discursiva antes se realiza com a escolha do gênero?

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. (BAKHTIN, 2010, 282).

Como assinalado, existem gêneros discursivos mais flexíveis e outros mais formais. A flexibilidade do gênero visa a atender as mais variadas necessidades discursivas dos autores que se valem dessas práticas sociais discursivas para atingir seus propósitos comunicativos. Necessidades essas que se realizam mediante a prática de sistemas histórico-sociais que permitem a consecução de uma vontade discursiva orientando seu autor na execução de um projeto discursivo com maior ou menor autonomia criativa (dependendo do gênero do discurso escolhido) a ser materializado em dado enunciado.

No caso dos gêneros discursivos “tiras em quadrinhos”, autores que optam por esses gêneros conseguem, com legitimidade social, realizar projetos discursivos com muita liberdade em seu conteúdo temático, na sua composição textual e no estilo desenvolvido.

As tirinhas como as de Mafalda, Snoopy, Garfield, Ed Morte, Calvin e Haroldo, *Grump*, Piratas do Tietê, entre outros, revelam a diversidade do conteúdo temático explorado por seus autores. Cada um deles emblemáticos ao seu autor que assinala sua preferência discursiva (conteúdo objetual-semântico), sua textualização, o acento valorativo dado aos enunciados que em cada um deles adota. Onde está então o tema do gênero diante de tanta liberdade, em face das incalculáveis possibilidades criativas? Em se considerando que a vontade discursiva se realiza antes com a escolha de um gênero discursivo; que o gênero é a prática social constituída para atender a dada vontade discursiva do autor; que o gênero confere “predizibilidade” social a essa vontade discursiva; que o gênero do discurso é um enunciado concreto relativamente estável: há concluir que existe em seu elemento tema certa estabilidade ideológica que o faz ser a prática social escolhida por tantos artistas.

As tiras em quadrinhos, ao mesmo tempo em que servem para a produção de enunciados tão próprios ao entretenimento infantil (Turma da Mônica,

Gasparzinho e sua turma, Tio patinhas, entre outros) também são apropriadas para produções “carnavalizadas”, como paródias, críticas, sarcasmo, produções discursivas essas que encontraram nos gêneros das tiras em quadrinhos, como as charges e as tiras seriadas cômicas, o ambiente temático propício ao objeto de dizer do seu autor.

Fiorin (2008, p. 89), quanto ao conceito de carnavalização de Bakhtin, ensina que:

Ao esforço centrípeto dos discursos de autoridade opõe-se o riso, que leva a uma aguda percepção da existência discursiva centrífuga. Ela dessacraliza e relativiza o discurso do poder, mostrando-o como um entre muitos e, assim, demole o unilinguismo fechado e impermeável dos discursos que erigem como valores a seriedade e a imutabilidade, os discursos oficiais, da ordem e da hierarquia.

A carnavalização é a transposição do espírito carnavalesco para a arte. [...] O carnaval é a esfera da liberdade utópica, em que uma cosmovisão alternativa se mostra.

Um discurso carnavalizado se ocupa do presente, não se apoia na tradição, mas na crítica e se constrói por ele uma pluralidade de estilos e vozes (FIORIN, 2008, p. 90).

Corre a internet um episódio⁴⁵ muito interessante sobre tiras em quadrinhos. Trata-se de uma petição judicial feita no formato desse gênero discursivo:

⁴⁵ http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2009/03/303_1240peticao%20em%20quadrinhos.pdf

CÓPIA

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DO XXI JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

PROCESSO Nº 2005.800.081463-6

ABAETÉ DE PAULA MESQUITA, nos autos do processo em referência, que move em face de **AMERICANAS.COM COMÉRCIO ELETRÔNICO**, vem perante Vossa Excelência, respeitosamente, expor e requerer o seguinte:

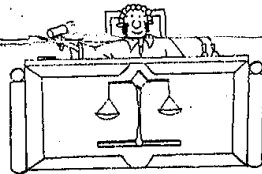
O Autor comprou ovos de chocolate na Páscoa de 2005, para presentear sua família, aproveitando promoção do site Americanas.com...

AMERICANAS.COM

Infelizmente, os produtos não foram entregues na data aprazada, o que estragou a celebração familiar e causou constrangimentos e frustrações.



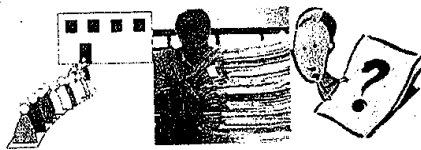
A Ré foi condenada por este juízo a pagar indenização por danos morais ao Autor.



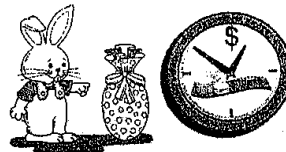
A Ré efetuou o pagamento da indenização devida regularmente, pedindo a expedição do mandado de pagamento em favor do Autor e a extinção do feito, reiteradas vezes.



Desde então, aguarda a expedição do mandado de pagamento, já tendo inclusive dado quitação nos próprios autos para facilitar.



No próximo dia 14/04, o Autor irá comemorar mais uma Páscoa, e continua aguardando ser ressarcido dos prejuízos da páscoa anterior...



Diante disso, é a presente para reiterar a Vossa Excelência o pedido de expedição do competente mandado de pagamento em favor do Autor, a fim de que seja definitivamente encerrado o presente feito.

**FIM**

Rio, 21 de março de 2006.

ABAETÉ DE PAULA MESQUITA

Resultado: Parece que deu certo.

TJ/RJ - 24/04/2011 11:47:31⁴⁶

Processo Nº 0292008-34.2005.8.19.0001
2005.800.081463-6

Comarca da Capital **Jec21 - Cartório do 21º Juizado Especial Cível**

Endereço: Erasmo Braga 115 Lamina II - 113

Bairro: Castelo

Cidade: Rio de Janeiro

Ofício de Registro: 1º Ofício de Registro de Distribuição

Ação: Indenizatória

Assunto: Responsabilidade Civil; Responsabilidade do Fornecedor

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário

Aviso ao advogado: **MANDADOS ENTREGUE AO BB EM 20/04**

Advogado(s): RJ129572 - ERIKA GONÇALVES DE SOUZA MESQUITA
RJ089949 - MARIO FERNANDO VALENTE COLOMBO

Tipo do Movimento: **Arquivamento**

Data de arquivamento: 15/09/2006

Tipo de arquivamento: definitivo

Maço: 1027

Local de arquivamento: Arquivo Geral - Rio de Janeiro

Localização na serventia: ,

Autos eliminados pelo Arquivo em 29/03/2007

A despeito de o gênero tiras em quadrinho não ser a prática social que se espera para redigir uma petição judicial, o contexto sócio-histórico peculiar ao caso abriu uma porta inusitada ao propósito comunicativo do seu autor. O acento de chacota à morosidade do Poder Judiciário, graça típica das tiras, como se constata nas charges e nas tiras seriadas cômicas, iria chamar a atenção para sua causa e ao mesmo tempo dar um puxão de orelha na instituição. Parece que deu certo. Aí encontramos o tema desses tipos de gênero das tiras em quadrinhos, um sistema facilmente reconhecível por sua composição textual, em que tema e estilo favorecem sua prática a variadas carnavalizações, como são as paródias, que deixam o sujeito

⁴⁶ Disponível em: <http://srv85.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaProc.do?v=2&FLAGNOME=&back=1&tipoConsulta=pública&numProcesso=2005.800.081463-6> Acesso em: 24 de abril de 2011.

discursivo carnavalizado juntamente com o objeto-referente parodiado “sem defesa a altura”.

Outro exemplo, observe-se um gênero discursivo extremamente formal, por exemplo, um requerimento de matrícula. Toda escola, seja de que tipo for, exige do futuro aluno o preenchimento de um documento de matrícula. Seu formato textual e estilo podem sofrer algumas variações de instituição para instituição, mas ele comporta elementos textuais e estilísticos que o identificam imediatamente. Poder-se-ia supor, então, que o tema do “requerimento” é a matrícula do aluno e seu tema realmente conferiria um caráter finalístico ao gênero discursivo? Mas, se a finalidade é própria do falante, nessa hipótese o aluno, não é dele a vontade de se matricular no curso da instituição? Com efeito, se a finalidade é própria do autor e a escolha do gênero é condição para a realização da sua vontade discursiva, seriam esses valores os elementos que constituiriam o tema do gênero?

Postula-se neste trabalho uma diferença: o gênero é a prática social que permite a realização de dada finalidade, essa sim própria do sujeito do discurso, que faz emergir uma vontade discursiva correspondente. Nesse sentido, o requerimento de matrícula é a prática social institucionalizada que o futuro aluno exercita para realizar sua vontade discursiva e, assim, alcançar sua finalidade, que, em princípio, apesar de ser a de aspecto mais superficial, é o a de frequentar determinado curso, sem a qual outros objetivos não seriam alcançados sem a aquisição daquele saber específico.

Em outra abordagem, no campo midiático televisivo, depreende-se do gênero telejornal, que o seu autor é o próprio canal televisivo (pessoa jurídica constituída, em geral, de direito privado, de cuja atividade empresarial afere seus lucros) e seu destinatário, o corpo social por ele previsto. Pode-se depreender, de forma não especializada, que a finalidade da emissora é a de manter a audiência de determinado público com a transmissão das notícias, sendo o gênero telejornal a prática midiática que faz parte de suas atividades empresariais adequadas a seu intento com base nos vários elementos do contexto de produção. A escolha desse gênero leva em conta o horário em que é televisionado; o prévio conhecimento dos seus telespectadores em potencial e das expectativas discursivas desse público. Esses elementos a orientam na elaboração do seu projeto discursivo norteando a

expressividade na abordagem discursiva, o qual se torna elemento intrínseco próprio da natureza daquele telejornal. Isso permite compreender as diferenças que caracterizam as várias produções jornalísticas mesmo sendo de uma mesma emissora, como, por exemplo, o Jornal Nacional, o Jornal Hoje, o Bom Dia Brasil, todos, no caso, da Rede Globo.

Agora, quando se adentra comparação entre essas produções da Rede Globo e as da Rede Record, comparando os gêneros discursivos entre si em sua similaridade temporal (os jornais da noite (o jornal das 7h, o das 9h, o das 10h, os da manhã, os da tarde (início da tarde, final da tarde), quais sejam as produções jornalísticas exibidas em horários próximos, quase concomitantes umas com as outras, é possível ainda abstrair características que identificam quando dada produção é de uma emissora ou de outra emissora, pois cada uma delas é um sujeito do discurso com uma expressividade típica e portam um estilo que as define discursivamente.

Assinale-se que o gênero telejornal atende a um propósito comunicativo do seu autor-discursivo (emissora de TV) que o gênero telenovela e o gênero documentário a tanto não se prestam, porque o público telespectador destes gêneros, até pode ser o mesmo do telejornal, mas, ao assistir a uma telenovela altera sua orientação discursiva e se dispõe a interagir em um domínio de sentido diferente das interações discursivas estabelecidas com o domínio de sentido do jornal das oito. Então não se trata só de um público destinatário próprio para cada gênero, mas das diversas expectativas discursivas que esse mesmo corpo social assume diante de diferentes gêneros discursivos que o particularizam como destinatário. Esse mesmo público que ora assiste ao telejornal, ora à telenovela, também pode acompanhar um documentário. A parcela do corpo social que se posiciona como destinatário do gênero documentário tem suas expectativas discursivas já previstas pelos produtores desse gênero e que o definem como público alvo.

A diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles são diferentes em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação. (BAKHTIN, 2010, p. 283)

A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que

determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais. (BAKHTIN, 2010, p. 289)

Segundo Bakhtin, todo enunciado ocupa uma posição definida em dada esfera da comunicação, em dada questão, em dado assunto, em face de sua correlação com outras posições enunciativas. Isso faz com que cada enunciado seja capaz de gerar variadas atitudes responsivas na sua interação com outros enunciados. O gênero, enquanto enunciado concreto, é uma entidade social, pleno de atitude responsiva. Esse raciocínio ajudaria a definir um método para tecer os contornos do tema de um gênero discursivo que em síntese seria o de produzir um sentido capaz de gerar uma atitude responsiva ativa de seu destinatário?

Em artigo publicado intitulado “A noção de ‘tema do gênero’ na obra do Círculo de Bakhtin”, Grillo (2006), com base em obra ainda não traduzida para o português “*The formal method in literary scholarship*”, de 1928, analisa a questão e lança luz a assunto sempre tão polêmico como é o tema do gênero. Nessa publicação, Grillo traz a seguinte questão: como entender a natureza regular do tema como elemento do gênero sem reduzi-lo à reiterabilidade da significação das formas linguísticas? Em sua investigação, pontua existir dois níveis de refração da realidade ínsitos em um tema. O primeiro nível de refração de um tema ocorre no enunciado. O segundo nível acontece no gênero do discurso. Reportando-se à obra citada, Grillo (2006) cita que Bakhtin/Medvedev “referem-se ao gênero como um enunciado completo ‘um modo especial de construir condicionalmente e composicionalmente’” (1928/1991, p. 130), e traz em suas considerações:

Percebe-se que os autores utilizam a função construtiva dos formalistas para explicar o conteúdo temático dos gêneros, os quais se constituem por uma dupla orientação na realidade: primeira, ele é orientado em relação ao interlocutor, determinado por condições definidas de desempenho e percepção; segunda, ele é orientado na vida pelo seu conteúdo temático: **“Cada gênero somente é capaz de controlar certos aspectos definidos da realidade. Cada gênero possui princípios definidos de seleção, formas definidas para ver e conceber a realidade, alcance e profundidade de penetração definidos.”** (1928/1991, p. 131) (grifo nosso)

Acrescenta ainda mais dois elementos constitutivos do tema de um gênero: avaliação social (ausência de neutralidade entre o gênero e o referente) e a relação com o todo concreto do enunciado, e frisa que é a avaliação social que define “todos os aspectos do enunciado, isto é, determina a escolha do conteúdo e da forma, e estabelece a relação entre eles”.

A ideia da função construtiva ou da refração do campo em razão do aporte ideológico do tema do enunciado o constitui como primeiro nível de refração da realidade, um modo particular de orientação e controle dos aspectos dos discursos externos que dialogam com o discurso de dado campo ideológico⁴⁷.

No segundo nível de refração, na condição de elemento do gênero, o tema bem como os demais aspectos a que se associa de forma intrínseca para a formação de um gênero, composição textual e estilo, estão vinculados a dado campo ideológico, e se relacionam de forma construtiva e reflexiva com o referente e com os outros campos ideológicos, não sendo eles reduzíveis às formas linguísticas, a despeito de serem estas os elementos operacionais de significado, são aqueles, os elementos do gênero, a inerente orientação para o interlocutor na construção do seu enunciado.

Marcuschi (2010) aborda os gêneros do discurso na perspectiva de gêneros textuais, os quais são dotados de forma e função. A estrutura textual é a forma do gênero e o seu tema é a função que define sua prática social. Se um artigo de opinião for escrito em forma de poesia, ainda assim não seria uma poesia, pois sua função (o tema) serve para o autor transmitir seu acento valorativo quanto a determinado referente, o objeto do discurso. Nessa mesma linha, uma poesia elaborada como se fosse uma receita culinária não deixaria de ser uma poesia só porque manifestada textualmente como receita.

Em retomando a petição em tiras de quadrinhos, seria ela, então, a despeito da forma do gênero tirinha, o gênero discursivo petição judicial, por funcionar como tal? Mas teria ela realmente funcionado como petição judicial para o magistrado que a atendeu? Seria então possível ter a liberdade de confeccionar petições judiciais desprezando as formalidades requeridas pela esfera jurídica para sua prática, sem que isso implicasse prejuízo ao propósito discursivo do autor? Se a escolha de dado gênero pelo falante confere “predizibilidade” social à sua vontade discursiva, como afirmar que a vontade discursiva da parte não era aquela própria que se realiza com a prática das “tiras em quadrinhos”? Será que o seu destinatário, um órgão judicante, se constituiria elemento extra-verbal por si só suficiente a determinar para “nós” o entendimento de que a vontade discursiva do falante era

⁴⁷ “Trata-se, portanto, de conceber o campo enquanto um espaço de reflexão e de refração das influências externas” (GRILLO, 2006).

uma petição judicial e não uma expressão crítica carnavalizada? A despeito de a forma composicional ser uma tira, pode-se afirmar que o projeto discursivo elaborado atendia ao domínio de sentido de um gênero “petição judicial”? Ou, ainda, teriam sido os princípios jurídicos que norteiam a prestação jurisdicional a ser feita, entendidos como construto jurídico-ideológico conformador e definidor de produção de sentidos que submetem a compreensão responsiva ativa do julgador que, diante das especificidades da situação e do contexto sócio-jurídico ínsito ao evento comunicativo, favoreceram o sucesso da “tira-petição”?

Bem, a despeito de a parte-autora haver sido bem sucedida em seu empreendimento discursivo, o raciocínio forma-função, por sua simplicidade, apresenta fácil resposta; mas, o raciocínio quanto ao tema do ponto de vista de gênero do discurso e não gênero textual redundava mais complexo, e esse caso, em particular, revela-se um bom exercício discursivo a esse respeito⁴⁸.

Sendo o gênero uma prática social, é possível reconhecer, em razão de dada forma composicional, da expressividade estilística e do conteúdo objetual-semântico do enunciado, o campo social a que pertence e que atividades humanas se realizam mediante sua prática⁴⁹. Contudo, seu alcance discursivo, o domínio do sentido de qualquer gênero, entende-se, por este estudo, ser de responsabilidade precípua do tema, elemento este orientador para a estruturação do projeto discursivo do falante no gênero por ele escolhido para a realização de sua vontade discursiva.

Adota-se como conceito “provisório” do elemento tema dos gêneros discursivos “recursos judiciais” aqui trabalhados o seguinte: “Construto hermenêutico-jurídico de dada norma do ordenamento para definir o domínio de sentido do gênero do discurso (conjugação da função discursiva e do “objeto de dizer” do gênero) por ela instituído”.

⁴⁸ Ver mais adiante a sub-seção 5.4

⁴⁹ As práticas sociais de que participamos determinam a existência de gêneros de discurso, com forma composicional, conteúdo temático, estilo, circunstâncias de uso e propósito comunicativo próprio (Bahktin, 1953; Swales, 1990; Bhatia, 1997, entre outros). Os exemplares de cada gênero, evidentemente, mantêm entre si relações intertextuais no que diz respeito à forma composicional, ao conteúdo temático e ao estilo, permitindo ao falante, devido à familiaridade com elas, construir na memória um *modelo cognitivo de contexto* (Van Dijk, 1994; 1997), que lhe faculte reconhecê-los e saber quando recorrer a cada um deles, usando-os de maneira adequada. É o que se tem denominado competência metagenérica (MARCUSCHI, 2010).

5.2 Modelo de compreensão para definir o tema dos gêneros do discurso “recursos judiciais” no âmbito do Superior Tribunal de Justiça: parâmetros metodológicos

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa. Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um “exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em sua, o sentido. (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p. 132)

Ousa-se, neste ponto, empreender uma elaboração conceitual abstrata dos temas dos vários gêneros discursivos “recursos judiciais” escolhidos. Tenta-se teorizar um conteúdo de materialidade discursiva genérica, um ato de caráter especial, do qual seja possível um enquadre de repetibilidade, em face do perfil de ato-ação de que se reveste um gênero discursivo ao ser praticado em dada ambiência discursiva existente no mundo da vida real, em uma experiência vivida de forma única e irrepetível. Constrói-se um ato teorizado tendo como base um *corpus* de decisões judiciais, que em si são atos éticos materializados em enunciados concretos, e representam o momento em que houve a “comunhão” do repetível e do irrepetível pelo julgador-STJ no exercício da prestação jurisdicional por meio do gênero do discurso⁵⁰ “decisão judicial”, que vem a ser sua prática social de dizer. É da manifestação de sentido criada por esse ato ético [enunciado da decisão (discurso) textualizado por intermédio de uma prática social discursiva (decisão judicial) realizada no plano concreto da vida], do qual se parte para delimitar a face teórica do constituinte tema dos gêneros discursivos “recursos judiciais”.

Até então, foram vistas, em várias citações, as expressões conteúdo objetual-semântico, conteúdo temático e tema com sentidos equivalentes. A mesma sensação pode ter-se dado com as expressões vontade discursiva, projeto discursivo e propósito comunicativo. A partir de agora, faz-se entre elas uma

⁵⁰ O gênero é dotado de uma lógica orgânica dada sua ação generificante, e não de uma lógica abstrata, porque se manifesta em cada variedade nova, em cada obra, não sendo rígido em sua normatividade, mas dinâmico e concreto. O gênero traz o novo (a singularidade, a impermanência) articulado ao *mesmo* (a generalidade, a permanência), porque não é uma abstração normativa, mas um vir-a-ser concreto cujas regras supõem uma dada regularidade e não uma fixidez. (SOBRAL, 2009, p.117-118).

distinção em decorrência da forma em que está organizada a técnica metodológica adotada para a análise do tema dos gêneros. Com essa previsão, procurou-se construir, desde o início deste capítulo, enunciados adequados à orientação que ora se apresenta.

Ao se falar em “tema” referir-se-á com exclusividade ao elemento de constituição do gênero. Conteúdo temático ou conteúdo objetual-semântico ficam reservados para referência ao objeto discursivo de um enunciado. Isso porque a partir de agora não se trabalha mais com estruturas enunciativas simples, mas com enunciados mais complexos. A força do sentido do tema de um gênero submete os enunciados a serem construídos na ambiência discursiva dessa prática sócio-jurídica.

Outrossim, a matriz ideológica atinente ao campo social da atividade praticada por esse gênero, ou ainda à da esfera discursiva regente, é enunciado conformador para a atuação dos sujeitos discursivos em seus diversos campos mediante os gêneros praticados, mesmo que o tema específico de alguns gêneros não concerna pontualmente aos sentidos dos enunciados provenientes do campo social ou da esfera discursiva, em razão de sua especialização para a prática social de dada atividade. Isso porque o menor não pode ou não consegue sobrepujar a força discursiva do ente maior dirigente.

A vontade discursiva é expressão que se utiliza ao próprio discurso em estado de latência na consciência do sujeito e que é real apenas na subjetividade do falante. A vontade discursiva é o discurso *in natura* do falante, é seu “objeto de dizer” (para não falar “seu querer dizer”). Imprescindível à realização da vontade discursiva é a escolha do gênero discursivo pelo falante. O gênero traz em si a previsão de uma “vontade discursiva” que induz o destinatário a interpretar que a “vontade discursiva” que ele reconhece no gênero, aí incluída a expressividade desse mesmo gênero, seja a própria “vontade discursiva” do falante. O falante, ao elaborar seu enunciado, tira seu “objeto de dizer” da abstração e realiza um projeto discursivo, que nada mais é do que conformar seu “objeto de dizer” ao domínio de sentido do elemento tema da prática social escolhida, isto é, do gênero do discurso.

O propósito comunicativo é entendido sinonimamente como a vontade discursiva do falante, seu “objeto de dizer”. À finalidade que o falante quer atingir há

uma vontade discursiva correspondente, que, para se realizar, repita-se, depende de uma prática social adequada. Novamente: escolhido o gênero, o falante deve construir um projeto discursivo, isto é, deve estruturar o seu enunciado em atenção ao domínio de sentido do gênero.

A diferença que se coloca entre vontade discursiva e projeto discursivo é que a primeira é mais livre, a expressividade pessoal é mais autônoma e o posicionamento ideológico do falante existe de forma mais plena e independente. Já o projeto discursivo, não. Escolhido o gênero, deve se fazer um projeto discursivo conformando a vontade discursiva ao domínio de sentido do gênero, a expressividade individual recebe o norte da expressividade típica do gênero. O resultado do projeto discursivo é o próprio enunciado materializado em texto.

Finalizados esses delineamentos, apresentam-se os parâmetros metodológicos adotados para a construção do tema dos gêneros discursivos “recursos judiciais”, espécies agravo de instrumento, agravo regimental, embargos de declaração e recurso especial:

1. Campo ideológico;
2. Norma jurídica instituidora do gênero;
3. Contexto sócio-discursivo e sua relação com o todo concreto do enunciado;
4. Interlocutores;
5. Vontade discursiva do recorrente/finalidade;
6. Tema do gênero;
7. Projeto discursivo.

Da análise desses dados, infere-se o projeto discursivo que deve ser produzido em atenção ao tema do gênero para sua legitimação no campo ideológico em que circula.

Como campo ideológico tome-se para todos os gêneros analisados a atuação do STJ no julgamento dos recursos judiciais nos termos de sua competência delineada no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal.

Nesta primeira análise pormenorizam-se os parâmetros metodológicos que norteiam a compreensão teórica do tema do gênero. Nas demais análises, a atenção visa às particularidades do gênero tratado para o entendimento do tema respectivo.

5.2.1 Análise temática de alguns “gêneros recursais” que circulam no âmbito do STJ

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de dado gênero, que existe em razão da especificidade de uma atividade humana que acontece em um campo social de dada esfera discursiva, considerando-se a situação concreta da comunicação discursiva e a composição dos interlocutores da relação discursiva. O gênero atua orientando o sujeito-enunciador⁵¹ no sentido da posição ativa mais apropriada (construção do projeto discursivo) a fim de estimular uma atitude compreensiva responsiva em seu destinatário (um respondente determinado ou determinável, singular ou coletivo, físico ou virtual).

Os gêneros do discurso da esfera discursiva jurídica, como os apresentados neste trabalho, são os gêneros secundários, o que impõe uma investigação acerca do tema quanto aos valores sociais regentes e, por isso, exercem nas produções discursivas uma força coercitiva mais intimidadora, algo que não faz parte, ou pelo menos não de forma tão expressiva, das interações discursivas atinentes aos gêneros primários. Com certeza, quando uma criança chora porque se machucou ou porque está com fome ou doente, ela não tem que refletir sobre seu discurso. Ela quer alcançar a atenção de seu interlocutor, sua mãe, para que responda às suas.

⁵¹ [...] aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor - isto é, sua finalidade, mas também e principalmente na apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos -, e, a partir dessa análise, buscarão as marcas linguísticas (formas de texto/enunciado e da língua - composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação. [...] Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica. Será sempre um estilo de trabalho mais “top-down” e de idas e vindas da situação ao texto e nunca um estilo “bottom-up” de descrição exhaustiva e paralela de textos, para depois, colocá-los em relação com aspectos da situação social ou de enunciação (ROJO, 2005, p. 199).].

5.2.1.1 Recurso de agravo de instrumento em recurso especial

- norma jurídica – Código de Processo Civil

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias. (Redação dada pela Lei n. 12.322, de 2010)

- contexto jurídico

Na hipótese de um recurso especial não ser admitido, o recorrente, se inconformado com o resultado, pode interpor o recurso “agravo de instrumento”, que configura a prática social, ou na linguagem jurídica, o instrumento processual para acessar o Superior Tribunal de Justiça, a fim de convencer o ministro-relator a receber seu recurso especial para análise e julgamento.

- interlocutores

- Autor – parte insatisfeita denominada agravante.
- Interlocutor previsto (a quem se destina seu recurso) – Ministro do STJ que atuará como relator no processo.

- vontade discursiva/finalidade

Em síntese: i) finalidade objetiva: ver seu pleito julgado pelo Superior Tribunal de Justiça alcançando, com isso, o provimento do seu recurso; ii) vontade discursiva: convencer o relator do seu ponto de vista.

- tema.

O agravante, ao interpor o recurso de agravo de instrumento, porque assim permite o art. 544 do CPC, aceita se submeter às diretrizes constituintes desse gênero discursivo quanto à sua função discursiva e ao “objeto de dizer” que lhe é peculiar, sob pena de não ultrapassar os requisitos intrínsecos básicos para seu conhecimento pelo STJ e, por conseguinte, não obter o julgamento do mérito do recurso.

A função discursiva de um gênero respeita entender para o que ele serve. A norma jurídica, ao constituir dado gênero “recursal”, informa sua natureza funcional discursiva e vincula a vontade discursiva do recorrente, isto é, seu “objeto de dizer”. Mas o sentido completo de um gênero não se reduz ao que objetivamente a norma dita em sua literalidade. O gênero traz em sua constituição também um “objeto de dizer”, que lhe é peculiar, e que orienta o autor (agravante), quanto à elaboração do seu projeto discursivo para que ele expresse o seu propósito comunicativo e alcance a finalidade jurídico-discursiva perseguida. Pode se dizer que o “objeto de dizer” do gênero é o signo ideológico e a norma jurídica (que determina o desempenho social do gênero) o signo linguístico, e juntos constituem o tema do gênero, contemplando o domínio de sentido abarcado.

No caso do agravo de instrumento, o “objeto de dizer” ínsito à natureza funcional desse gênero brada: “por mim você pode chegar ao STJ para requerer que o recurso especial inadmitido pela instância inferior seja recebido pelo relator para análise e julgamento (função discursiva) se ... (aqui entra a face ideológica)”.

Neste ponto, há retomar o motivo pelo qual a norma jurídica instituiu o recurso de agravo de instrumento. Deve se atentar que o “agravo de instrumento” cuida ser um recurso que busca a admissão de um outro (o recurso especial) que já recebera uma recusa. Esta é a situação concreta que caracteriza o contexto jurídico próprio para a prática do agravo de instrumento do art. 544 do CPC e que particulariza seu “objeto de dizer” no sentido de que “sou o caminho para chegar ao STJ, mas por ser um recurso normatizado para “destrancar” o especial, você deve dizer o porquê, as razões pelas quais deve o STJ aceitar e julgar o recurso inadmitido pela instância inferior”. Ora, isso vincula o projeto discursivo do falante ao “objeto de dizer” do recurso, impondo-lhe uma condição discursiva indispensável, qual seja: deve o agravante apresentar as razões jurídicas com a finalidade de infirmar os fundamentos da decisão agravada, demonstrando seus equívocos jurídicos.

A função discursiva do gênero recurso de agravo de instrumento é proporcionar à parte inconformada pela inadmissão do seu recurso especial uma prática social convencionada por uma norma jurídica (instrumento processual na terminologia jurídica) para que o agravante possa expressar sua vontade discursiva,

em razão do momento processual pela qual passa a demanda: que é a de levar seu processo ao Superior Tribunal de Justiça a fim de convencer o ministro-relator a receber o recurso inadmitido para análise e julgamento. A vontade discursiva do agravante (seu “objeto de dizer”) revela afinidade com o desempenho discursivo do gênero, mas, por razões da situação social, ideológica e histórica que perfaz o contexto de produção, combinada com previsão de um novo interlocutor a que se dirige (o STJ e, por consequência, o campo ideológico próprio quando atua a prestação jurisdicional em sede de recurso), o “objeto de dizer” do gênero a compor o todo do seu sentido se complexa e subjuga o projeto discursivo do agravante aos seus parâmetros.

Então, enquanto a função desempenhada pelo gênero vincula o “objeto de dizer” do agravante em virtude da afinidade discursiva existente entre eles, o que se dá em razão da previsão normativa⁵²; o “objeto de dizer” do gênero é um construto da hermenêutica jurídica em que para seu todo concorrem aspectos sociais, históricos, discursivos e os sujeitos participantes do processo dialógico, o que condiciona o projeto discursivo do agravante, que se concretiza na forma de enunciados em dada estrutura textual, compondo o gênero discursivo “petição recursal de agravo de instrumento”.

Esse, o percurso metodológico desenvolvido neste trabalho para chegar ao tema do gênero discursivo “recurso de agravo de instrumento”.

- projeto discursivo

A parte-agravante, em seu projeto discursivo, em obediência ao “objeto de dizer” do recurso agravo de instrumento deve em seu enunciado organizar seu arrazoado de forma impugnativa aos fundamentos da decisão que inadmitiu o seu recurso especial e não simplesmente reprisar o enunciado do recurso especial como se não existisse já um enunciado judicial emanado por um tribunal inadmitindo-o.

5.2.1.2 Recurso de embargos de declaração

⁵² A despeito de a norma ter sido estabelecida em razão do momento social e histórico por que passa a demanda, o gênero por ela definido o foi de forma objetiva definindo a função a ser desempenhada em dada situação contextual prevista. Não deixa de ser um construto legislativo, que ao ser positivado em uma norma jurídica traz em si uma literalidade, cuja natureza é neutra. O acento valorativo que vai particularizá-la como construto ideológico é fruto da hermenêutica jurídica.

- norma jurídica – Código de Processo Civil

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

Art. 536. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, não estando sujeitos a preparo. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

- contexto jurídico

Prolatada uma decisão, monocrática ou colegiada, se uma das partes do recurso entender que houve na decisão ou no acórdão um vício de julgamento, dentro das hipóteses ditadas pela norma do atual Código de Processo Civil, art. 535, I e II, do CPC, que são omissão, obscuridade ou contradição, motivo pelo qual devem ser saneadas, opõe o recurso de embargos de declaração a fim de que se perfectibilize a decisão principal.

- interlocutores

- Autor – parte que se considera lesada denominada embargante
- Interlocutor previsto (a quem se destina o recurso). Pode ser:
 - Ministro relator – se os embargos de declaração são opostos a uma decisão monocrática.
 - Órgão colegiado julgador – se os embargos de declaração são opostos a um acórdão.

- vontade discursiva/finalidade

Em síntese: o saneamento da decisão principal. A despeito de não ser da natureza jurídica do gênero “embargos de declaração”, seu projeto discursivo, muitas vezes, revela uma vontade discursiva com finalidade infringente por parte do embargante.

- tema

É um gênero com uma função discursiva extremamente específica no campo judicial, com atuação severamente delimitada pelas hipóteses da norma jurídica. O recurso de embargos de declaração é a prática social normatizada (instrumento processual na linguagem jurídica) cujo escopo é atender a uma vontade discursiva da parte-embargante, que é a de demonstrar ao órgão prolator a necessidade de saneamento de dada decisão em face de nela existir algum (ou alguns) dos vícios descritos no art. 535 do CPC. Aqui a vontade discursiva do embargante deve ter afinidade com o que se encontra objetivamente disposto na norma jurídica quanto ao desempenho discursivo do gênero. Assim, a finalidade do embargante é buscar uma prestação jurisdicional, a qual concerne ao saneamento do vício apontado, de modo que se perfectibilize a decisão principal. Em virtude da função discursiva que desempenha no âmbito processual-recursal, a natureza jurídica dos embargos de declaração é integrativa, não tendo sido prevista sua prática para fins de modificação do seu resultado. Contudo, excepcionalmente, este poderá ocorrer se a própria correção do vício implicar, para o saneamento da decisão embargada, alteração no julgado. Essa possível alteração é chamada de efeitos modificativos ou efeitos infringentes, e sua ocorrência é excepcional, e se dá por consequência da função saneadora do recurso. A simples alegação de existência de vício do art. 535 do CPC até atende à função discursiva do gênero, conforme dispõe a norma, mas não é suficiente para sua validação social, isto é, para o seu conhecimento. O art. 536 do CPC sinaliza o “objeto de dizer” do gênero discursivo “recurso de embargos de declaração”, pois impõe ao embargante que seu projeto discursivo realize um enunciado pontuando em que parte a decisão embargada incorrera no vício do art. 535 do CPC alegado para que possa ser conhecido. Se o embargante, em seu projeto discursivo, constrói um enunciado associando a existência do vício à ocorrência, por consequência, de algum prejuízo em seu direito, fica caracterizada a finalidade infringente do embargante. Nesta situação, a força do “objeto de dizer” do gênero, por ser um construto ideológico da hermenêutica jurídica, impõe ao embargante um acréscimo condicional para que o órgão prolator analise sua alegação, qual seja, além de ter de indicar a parte da decisão que esteja eivada do alegado vício, deve tecer, em seu enunciado, as razões jurídicas que entende a fim de demonstrar o prejuízo jurídico.

- projeto discursivo

A parte-embargante deve organizar seu arrazoadado de forma pontual e clara especificando o ponto da decisão em que incorreu o alegado vício (omissão, contradição ou obscuridade) e tecer os argumentos jurídicos demonstrando, se for o caso, o prejuízo sofrido em seu direito decorrente da existência e a persistência de tal vício.

5.2.1.3 Recurso agravo interno ou agravo regimental

- normas jurídicas – Código de Processo Civil

Art. 545. Da decisão do relator que não conhecer do agravo, negar-lhe provimento ou decidir, desde logo, o recurso não admitido na origem, caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 557. (Redação dada pela Lei n. 12.322, de 2010)

[...]

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 1.12.1998)

§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso. (Incluído pela Lei n. 9.756, de 17.12.1998)

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento. (Incluído pela Lei n. 9.756, de 17.12.1998)

§ 2º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor. (Incluído pela Lei n. 9.756, de 17.12.1998)

- contexto jurídico

Prolatada uma decisão monocrática, a parte que se sente prejudicada pode interpor o recurso agravo regimental a fim de alterar o resultado do julgado que lhe fora desfavorável.

- interlocutores

- Autor – parte inconformada denominada agravante
- Interlocutor previsto (a quem se destina o recurso). Pode ser:

- Ministro relator – decisão monocrática se for exercer juízo de retratação.
- Órgão colegiado julgador – se o relator mantiver a decisão singular, é o órgão colegiado o destinatário do recurso para solução da controvérsia.

- vontade discursiva/finalidade

A vontade discursiva do agravante é demonstrar que a decisão contra a qual interpõe o agravo regimental deve ser reformada a fim de, com isso, alterar o resultado do julgado no sentido por ele buscado.

- tema

O agravo regimental é a prática social convencionalizada pela norma jurídica para atender a vontade discursiva do recorrente quando esta for a de alterar o resultado de uma decisão monocrática. Em razão da função discursiva que o agravo regimental desempenha no âmbito processual-recursal, ele se revela o gênero discursivo apropriado para buscar a modificação do resultado de um julgado (frise-se: monocrático). A decisão de um agravo regimental pode se dar novamente de forma monocrática, na hipótese de o relator exercer juízo de retratação, ou vir a ser acordada pelo órgão colegiado julgador competente se o relator mantiver os fundamentos da decisão então agravada. O “objeto de dizer” do gênero discursivo “recurso agravo regimental” impõe ao agravante, em face de ser um recurso que tenta alterar o resultado de um julgamento já realizado, que ele discorra em seu enunciado as razões jurídicas que entende serem apropriadas a fim de impugnar os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, demonstrando com isso a procedência de seu pleito quanto à alteração que requer no resultado decisório. A não conformação do projeto discursivo ao “objeto de dizer” do gênero acarreta ao agravante o não conhecimento do seu recurso, porque o atendimento ao “objeto de dizer” do gênero é requisito intrínseco para sua admissibilidade.

- projeto discursivo

A parte-agravante, em seu projeto discursivo, deve organizar em seu enunciado as razões jurídicas de forma impugnativa aos fundamentos da decisão que lhe fora desfavorável.

5.2.1.4 Recurso especial

- norma jurídica – Constituição Federal

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

[...]

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a)** contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b)** julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- c)** der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal

- contexto jurídico

Há um determinado momento no curso processual em que uma das partes, insatisfeita com o resultado de uma sentença judicial, recorre à segunda instância judiciária, na intenção de que o tribunal estadual ou o tribunal regional federal (conforme o caso) modifique a sentença e lhe dê a tutela jurisdicional buscada. Contudo, se em uma dessas instâncias julgadoras o resultado alcançado não atender ao que queria conseguir ou se reverter contra a outra parte (então vitoriosa na primeira instância judicante), a Constituição, em seu artigo 105, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” normatiza a prática social para que a parte inconformada, em verificando que houve o tribunal da segunda instância incorrido em alguma das hipóteses descritas no dispositivo mencionado, possa lançar mão do gênero discursivo “recurso especial” para, mediante alegação de existência no acórdão recorrido de contrariedade à lei federal, divergência jurisprudencial ou de ato de governo local considerado válido em face de lei federal, consiga levar a discussão para o Superior Tribunal de Justiça, e aí ter a possibilidade de alcançar uma decisão favorável ao seu pleito.

- interlocutores

- Autor – parte inconformada que deseja recorrer da decisão do Tribunal de segunda instância: é o recorrente.
- Interlocutor previsto para prolatar a decisão Pode ser:
 - Ministro relator – decisão monocrática
 - Órgão colegiado julgador – se o relator apresentar o julgamento do recurso ao órgão colegiado competente haverá um acórdão.

- vontade discursiva/finalidade

Em síntese: ver seu recurso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, com base em alguma (ou algumas) das hipóteses descritas nas alíneas do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, com a finalidade de modificar o resultado das decisões até então prolatadas, ou, alternativamente (o que é comum), alegar que o Tribunal inferior incorreu em contrariedade ao art. 535 do CPC (o que por si constitui a hipótese da alínea “a”), e que por causa do vício que persiste no acórdão recorrido, este deve ser anulado pelo STJ e devolvido àquele tribunal para que proceda a novo julgamento.

- tema

O recurso especial é a prática social prevista pela Constituição Federal para que se a parte, ao entender existir, conforme o jargão jurídico, “violação de norma federal” ou “divergência jurisprudencial” requeira que o STJ se manifeste a respeito e dirima a controvérsia reportada. A função discursiva do gênero “recurso especial” prescrita pela norma constitucional é a uniformização do entendimento e da aplicação das normas federais em todo o país. Existindo a alegação de possível contrariedade aos seus ditames, o STJ, ao ser provocado à prestação jurisdicional, pelo recurso especial, firmará uma posição jurisprudencial quanto à questão apresentada. No que respeita ao “objeto de dizer” do recurso especial, sua complexidade impõe ao projeto discursivo do recorrente vários condicionamentos, mas os básicos a serem pontuados e que dimensionam a sua força ideológica, são três: i) como, em sede de recurso especial, não é possível analisar arguições que dependam da reapreciação do acervo fático-probatório, a alegação do enunciado para ser examinada não pode ter a necessidade desse tipo de investigação por

parte do STJ; ii) como o STJ somente pode se manifestar sobre alegação de contrariedade de normas federais que tenham sido debatidas de forma definitiva na última instância judiciária que o precede, o recorrente não pode em suas alegações recursais trazer discussão jurídica que não tenha recebido um juízo de valor, o denominado prequestionamento, seja este implícito ou explícito; iii) a função institucional do STJ, em sua atuação recursal, é a uniformização da aplicação das normas federais, o que exclui de sua competência a apreciação de alegação de infringência a normas de cunho constitucional e a normas estaduais e municipais.

- projeto discursivo

A parte-recorrente, em seu projeto discursivo, deve elaborar seu enunciado atendo-se às hipóteses previstas no dispositivo constitucional, não buscando, em termos gerais: i) a reapreciação de provas, ii) discutir temas não prequestionados; iii) alegar divergência jurisprudencial que não consegue demonstrar similitude fática; iv) utilizar como razão jurídica entendimentos jurisprudenciais ultrapassados, que não espelham mais o atual posicionamento do STJ; v) requerer a anulação do acórdão recorrido mediante a alegação de violação do art. 535 do CPC, sem atentar às condições exigidas para o projeto discursivo em face do que impõe o “objeto de dizer” do art. 535 do CPC; vi) alegar violação de normas que não se enquadrem no espectro da legislação federal. E, finalizando, ser claro e pontual na indicação da legislação pertinente, em suas alegações, permitindo que o relator apreenda com alguma serenidade quais os pontos jurídicos que, em conformidade com a dicção constitucional, deva se manifestar, pois discorrer simples inconformismo sem a objetividade que requer o recurso especial, dada sua função discursiva, pode comprometer sua admissibilidade de forma irreversível.

5.3 A petição judicial em tiras de quadrinhos: retomando a discussão

Cabe mencionar a hibridização e a intercalação de gêneros. As construções híbridas caracterizam-se pela junção de duas linguagens, separadas social e/ou historicamente, no âmbito de um mesmo enunciado; trata-se de um procedimento para representar a linguagem de outrem, em vez de simplesmente dar uma amostra dela, e as duas linguagens representadas são postas em confronto a partir de um dado ponto de vista, o do autor/locutor. Há aí não só duas vozes e duas acentuações como também duas linguagens, ou seja, duas consciências sociolinguísticas individualizadas, em confronto e, ao mesmo tempo, fundidas num único

enunciado. Logo, não há aí uma apropriação do discurso do outro, mas a representação tensa de dois pontos de vista; as duas linguagens englobadas no enunciado não estão em relação de apropriação ou de subsunção. (SOBRAL, 2009, p. 123)

Acompanhando o raciocínio de Marcuschi quanto ao binômio forma/função do gênero, enquanto esse for abordado como gênero textual, não há o que ser contestado. Forma de um, função de outro. No fenômeno da intergenerecidade, também denominado hibridização de gêneros, o gênero é para Marcuschi determinado pela função e não pela forma. Nesse sentido, tem-se uma petição judicial.

A despeito de tratar de um gênero secundário, com grau mais acentuado de estabilidade e coação, cuja entonação expressiva do falante deveria se pautar de forma mais sóbria (própria dos discursos da esfera jurídica em seu todo), resolveu a parte empregar uma forma de gênero de “tiras em quadrinho” ao praticar o gênero “petição judicial” a fim de realizar uma atividade judicante. A formulação criativa realizada não importa concluir necessariamente se tratar de criação de novo gênero, assim já disse Bakhtin (2010, p. 284). Analise-se a questão então.

No caso da abordagem do gênero essencialmente como gênero discursivo, remoendo o elemento tema como tratado até agora, a análise se complexa.

Quanto à forma composicional, essa não merece delongas, pois está caracterizada a estrutura textual própria de gêneros tiras em quadrinhos. As tiras de quadrinhos, no caso das charges, *cartuns*, *comics*, tiras cômicas seriadas, entre outras, configuram a prática social preferida quando a vontade discursiva é realizar críticas mordazes, sátiras, paródias⁵³ de qualquer tema (conteúdo objetual-semântico) que o autor queira, com a graça própria que caracteriza o estilo desses tipos de gêneros discursivos, que compõem o universo das tiras. Aí vai se identificando a sua função discursiva.

⁵³ Segundo Bakhtin, o riso não recusa o sério, mas purifica-o e completa-o. [...] O riso impede que o sério se fixe e se isole da integridade inacabada da existência cotidiana. [...]

Em sentido amplo, carnavalização remete a todo processo que faz uma alegre inversão do estabelecido e, assim, dessacraliza e relativiza os discursos oficiais, os discursos de ordem e da hierarquia, os discursos do sério e do imutável; deixa clara a sua unilateralidade e seus limites, descentra-os. A *carnavalização* permite que a consciência socioideológica passe a perceber esses discursos como apenas um entre muitos e em suas relações tensas e contraditórias. (Dicionário de Linguística da Enunciação, p. 59-60)

Seu “objeto de dizer” se confunde com o acento apreciativo conferido pelo autor ao seu projeto discursivo, pois o gênero “tiras” confere extrema liberdade criativa ao seu praticante. Percebe-se que quanto mais maleável o gênero mais fluido seu “objeto de dizer”, que necessita impor muito pouco ao projeto discursivo do seu autor. Em contrapartida, quanto mais formal for o gênero discursivo mais repressivo ideologicamente será seu “objeto de dizer”.

Neste caso, se se entender que se tem um gênero por outro, o “objeto de dizer” a se sobrepujar será o das tiras, ou seja, a função discursiva da carnavalização, a paródia ao sistema judiciário. Se o entendimento for de que há um em outro, então, o “objeto de dizer” do gênero petição é que vai se destacar.

À primeira vista, a petição em quadrinhos apresenta correspondência, ou uma pseudo-correspondência, entre o projeto discursivo elaborado com a função discursiva que caracteriza o gênero: a crítica carnavalizada trabalhada com a graça típica dos seus recursos composicionais.

Escancaradamente, desassemelha-se ao rigor de uma petição judicial, distanciando-se da expressividade particularmente sóbria do estilo jurídico ínsito ao gênero do discurso “petição judicial”; contudo, o objeto de dizer de uma petição é um pedido dirigido ao juiz, e tal é feito, inexistindo essa característica no objeto de dizer das tiras.

Constata-se: 1. o projeto discursivo do falante “parece estar consentâneo” à função discursiva de um gênero “tiras em quadrinho”; que é a carnavalização de uma situação social histórica, real e concreta e de seus personagens; 2. o projeto discursivo elaborado, em parte, não atende ao rigor formal do gênero “petição recursal”, pois se utiliza dos recursos próprios das tiras cômicas para chamar a atenção ao seu pedido; mas 3. a vontade discursiva coaduna-se com a função discursiva de uma petição judicial, que é o de pedir ao juiz diligenciar sobre algo e, neste aspecto, seu projeto discursivo atende ao objeto de dizer do gênero “petição judicial”.

Parodiou-se, mas foi feito pedido. A situação tragicômica retratada não feriu os princípios de comunicação que tradicionalmente regem as comunicações entre a parte e o juiz. Houve respeito, humildade, sinceridade, boa-fé e responsabilidade no agir. Subverteu-se a linguagem, mas não a hierarquia. Dirigiu-

se o autor ao juiz com a reverência de praxe, identificou as partes, expôs os fatos e fez o pedido.

A finalidade do autor era efetivamente solver a pendência da liberação de certo valor depositado em uma instituição financeira nem se para isso tivesse que subverter estilisticamente seu projeto com o enfronhamento das características de outro. O seu direito material, motivo pelo qual havia ajuizado a ação judicial já fora decidido, e a seu favor (a causa já estava “ganha”). Não havia, portanto, mais uma situação jurídica material a ser juridicamente tutelada. O que se buscou e efetivamente (frise-se: conseguiu) foi atrair a atenção do seu destinatário para uma situação, na visão do “peticionário-artista”, absurda e “inindizível”, mediante uma prática discursiva judicial elaborada de maneira inusitada, já que as realizadas de forma convencional para se dirigir ao magistrado até então tinham sido inócuas. Endereçou-se, por opção, uma petição configurada em tira, cujo discurso carnavalizado, da graça de acento mordaz, despertou a atenção do juiz, o que combina bem com o poder de atração da expressividade de um gênero discursivo “tiras de quadrinho”, coisa que talvez outra petição convencional não conseguiria tão rapidamente.

Acrescentem-se, quanto à subversão exposta, apontamentos feitos por Bakhtin⁵⁴, que mostram o poder do discurso da carnavalização ao tratar do riso:

A inadmissibilidade da monotonalidade (séria). A cultura da pluritonalidade. Os campos do tom sério. [...] Só as culturas dogmáticas e autoritárias são unilateralmente sérias. A violência desconhece o riso. A análise de uma pessoa séria (medo ou ameaça). A análise de uma pessoa que ri. [...] A seriedade amontoa as situações de impasse, o riso se coloca sobre elas, liberta delas. O riso não coíbe o homem, liberta-o.

[...] A indignação, a ira, a revolta são sempre unilateral: excluem o fato de se indignarem com alguém, etc., provocam uma ira responsiva. Elas se dividem, ao passo que o riso só unifica, não pode dividir. [...] O riso e o reino dos fins. (Já os meios são sérios). Tudo autenticamente grande deve incorporar o elemento do riso. Caso contrário, torna-se ameaçador, terrificante ou empolado; quando menos limitado. O riso abre cancelas, torna o caminho livre.

[...]

Na cultura de múltiplos tons até os tons sérios soam de outro modo: sobre ele recaem os reflexos dos tons cômicos; eles não perdem a sua

⁵⁴ **Carnavalização** - Bakhtin é um dos mais importantes teóricos do riso. Destaca seu caráter universal (está presente em todas as culturas) e ambivalente (o discurso cômico não é niilista: destrói para reconstruir, ridiculariza para renovar). [...] Segundo Bakhtin, o riso não recusa o sério, mas purifica-o e completa-o. Purifica-o do dogmatismo, do caráter unilateral, da esclerose, do fanatismo e do espírito categórico, dos elementos de medo ou intimidação, do didatismo, da ingenuidade e das ilusões, de uma nefasta fixação sobre um plano único. O riso impede que o sério se fixe e se isole da integridade inacabada da existência cotidiana. [...] Bakhtin não se limita a discutir o carnaval como uma festa popular, mas o caracteriza em sentido amplo como uma concepção do mundo estabelecido: suspende-se a estrutura hierárquica, ridiculariza-se o sério e o oficial, anulam-se as barreiras entre o alto e o baixo, o sagrado e o profano, o grande e o insignificante. [...] Carnavalizar é, portanto, indispensável para vivificar e transformar a vida cultural. (Dicionário de Linguística da Enunciação, p. 59).

exclusividade e singularidade, são completados pelo aspecto do riso. (BAKHTIN, 2010, p. 370)

A existência de pedido para a expedição do mandado confere acabamento e conclusibilidade discursiva ao enunciado e permite uma atitude responsiva ativa de seu destinatário.

Entende-se assim pela análise do elemento tema: o que foi ajuizado junto ao Poder Judiciário foi realmente uma petição judicial. A finalidade do autor era o de levantar o valor depositado a que tem direito, que é representada pela vontade discursiva do autor (seu “objeto de dizer”: que o juiz atenda à sua petição determinando a liberação do dinheiro depositado), o que deve bater com a função discursiva do gênero “petição judicial”, que informa para que serve sua prática no âmbito social das atividades judiciais, qual seja, “existo para você pedir algo no âmbito das atividades judiciais”, e impõe, portanto, que seu autor peça algo, o que foi feito.

Nossa atenção volta-se agora para o momento em que a vontade discursiva do autor se concretiza no projeto discursivo apresentado na forma das tiras, porque é primordial para a produção do sentido discursivo, que o enunciado materializado atenda ao “objeto de dizer” (elemento tema) do gênero escolhido. Aqui se analisa uma petição judicial que não se refere a atos processuais de grande especialidade nem de rigor técnico ou discursivo mais opressor, como são os gêneros discursivos “recursais” objeto do estudo deste trabalho. Assim, preenchidos os requisitos essenciais como identificação, apresentação dos fatos (no caso, não são mais necessários os “fundamentos de direito”) e o pedido, houve-se atender ao “objeto de dizer” desse gênero. É um gênero discursivo do mundo jurídico de grande plasticidade, o que permitiu ao autor, sem ferir a produção dos sentidos, utilizar-se da linguagem debochada de um gênero das “tiras em quadrinhos” para expressar com mais liberdade sua entonação avaliativa de uma situação jurídico-social concreta, vivenciada, que para si perdurava de forma inadequada.

Assim, diante da particular situação que afligia a parte, somado o contexto próprio do processo, a despeito da crítica carnavalizada (mas dela tendo o autor se aproveitado), a interação dialógica entre parte e juiz se processou, ocorrendo a compreensão plena do enunciado e produzindo-se o sentido almejado, o que é

verificável com a atitude do magistrado ao expedir o mandado que lhe fora solicitado.

Em termos da linguagem jurídica, pode-se dizer que o princípio da prestação jurisdicional prevaleceu como orientação maior e humildemente o Poder Judiciário cumpriu seu papel. Por interessante, cita-se de um dos compêndios doutrinários de direito processual civil, como juridicamente é tratada a questão:

A validade do ato processual não requer forma determinada, a não ser quando a lei expressamente o exigir (art. 154). Conquanto a linguagem seja inadequada, até desrespeitosa para com as partes, válida é a sentença grafada em versos.

Em raríssimos casos o CPC prescreve a forma como requisito de validade do ato processual. (DONIZETTI, p. 310).

[...]

O erro da forma acarreta a anulação somente dos atos que não possam ser aproveitados (art. 250 [Código de Processo Civil]). Assim, desde que não haja prejuízo para a defesa, a regra é aproveitar todos os atos processuais. (DONIZETTI, p. 337)

Capítulo 6 — O discurso jurisprudencial: análise no *corpus*

Bakhtin caracteriza as ciências humanas pelo que elas têm a fazer com textos, e não com objetos. Isso implica *reduplicação*, todo discurso remete a outros discursos.

Bakhtin afirma que a especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou o discurso) (1992, p.31). Em outras palavras, as ciências humanas voltam-se para o *homem*, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. Dessa concepção decorre que o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudo nos textos ou por meio deles, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas, biológicas, que examinam o homem “fora do texto” (BARROS, 2007, p. 25-36).

6.1 As ementas de acórdãos e as decisões monocráticas – apresentação da forma composicional do *corpus*

O inteiro teor de um acórdão é um documento tripartido em relatório, ementa com voto mais o acórdão. Também é normal o relator produzir um conjunto com relatório e voto mais o acórdão. De qualquer forma, como no texto do acórdão é obrigatória a ementa (ementa do acórdão), mesmo quem não a traz integrada ao voto compõe uma para o acórdão do julgado. Faz-se a opção de, quando o objeto de análise for um acórdão transpor apenas sua ementa. Na ementa estão sintetizados controvérsia, contexto jurídico recursal, os fundamentos que o relator traçou no corpo do voto, e, por fim, o dispositivo com o resultado do julgamento. Em seu cabeçalho são dispostas palavras-chaves e nos itens o assunto dessas palavras-chaves é detalhado. As ementas proporcionam entender de forma rápida o conteúdo do voto, sem a necessidade de se deter em sua leitura.

Quanto à apresentação textual, a forma composicional das ementas sofre a variação natural do estilo de seu relator, mas todas preenchem requisitos textuais e discursivos que a tornam inconfundíveis. Podem ser encontradas ementas com fontes *times new Roman* e *arial*, tamanho 12 (doze); geralmente o espaçamento é simples; seu recuo, em geral, é de um centímetro e meio ou dois centímetros da margem esquerda; seu cabeçalho (*caput*) comumente é em caixa alta, podendo estar em negrito ou não; abaixo seguem-se itens numerados que também podem estar negritados ou não, com espaçamento simples entre um e outro ou não; no

último item pontua-se o resultado do julgado. Em face das formas variadas, as ementas são todas citadas dentro de uma dessas formas composicionais escolhida, mas mantendo, para conhecimento do leitor, a forma composicional das decisões monocráticas e as formas de citação legitimadas dentro do discurso jurídico.

As decisões monocráticas são peças mais enxutas e estão transpostas em sua integralidade e formatação primitiva. Uma decisão monocrática também contém relatório e decisão (não voto, que é próprio nas decisões colegiadas) num todo compacto, e a passagem de um para outro recebe a menção do relator (“É o relatório. Decido”), cujo enunciado sofre as variações de estilo adotado por cada ministro. Algumas podem ter ementas semelhantes às confeccionadas para os acórdãos ou simplesmente por *caputs*.

Podem estar textualizadas em fonte *times new Roman* ou arial, tamanho 12 (doze); recuo de um centímetro de meio da margem esquerda, espaçamento simples ou diferenciado, mas não chegando a espaçamento de um e meio centímetro (este espaçamento é característica dos votos), podendo existir espaçamento ou não entre os parágrafos. Há relatores que numeram parágrafos ou os assuntos tratados, outros não. Finalizam-se com a decisão do relator seguida por enunciados ordenatórios (“Publique-se. Intimem-se”).

6.2 Análise no *Corpus*: a compreensão e o sentido das marcas discursivas das decisões judiciais – um diálogo entre discursos

Três pontos devem ser esclarecidos em primeiro lugar é preciso observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o “outro” são, para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados; o segundo esclarecimento é o de que o dialogismo tal como foi acima concebido define o texto como um “tecido de muitas vozes” ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam entre si no *interior* do texto; a terceira e última observação é sobre o caráter ideológico assim definidos (BARROS, 2007, p. 32).

6.2.1 Súmula 182/STJ

“É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”.

O enunciado da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça explica que o agravante não atende ao objeto de dizer do gênero agravo, na medida em que o seu projeto discursivo, materializado no enunciado da petição recursal, não exauriu todos os pontos que compõem o conteúdo objetual-semântico da decisão agravada. Isso acarreta falta de acabamento no enunciado, não dá conclusibilidade ao seu discurso e prejudica a compreensão por parte do julgador, que analisa a petição pelos olhos do gênero discursivo praticado. E por quê?

O “objeto de dizer” do gênero discursivo “recurso agravo regimental” impõe ao agravante, em face de ser um recurso que tenta alterar o resultado de um julgamento já realizado, que ele discorra em seu enunciado as razões jurídicas, que entende serem apropriadas a fim de impugnar os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, demonstrando com isso a procedência de seu pleito quanto à alteração que requer no resultado decisório. A não conformação do projeto discursivo ao “objeto de dizer” do gênero acarreta ao agravante o não conhecimento do seu recurso, porque o atendimento ao “objeto de dizer” do gênero é requisito intrínseco para sua admissibilidade. A parte-agravante, em seu projeto discursivo, deve organizar em seu enunciado as razões jurídicas de forma impugnativa a todos os fundamentos da decisão que lhe fora desfavorável. Em não o fazendo, o acórdão vai imputar-lhe o enunciado sumular 182/STJ. Esse entendimento aplica-se integralmente ao agravo de instrumento.

A linguagem jurídica explica esse fenômeno jurídico com o seguinte enunciado: o recurso não atendeu a requisito básico para sua admissibilidade e, por isso, não se analisa seu mérito.

Na perspectiva da análise do gênero discursivo, o fenômeno constatado recebe o seguinte parecer: a despeito de a vontade discursiva do agravante ser a modificação do resultado de uma decisão que não lhe fora favorável, não elaborou seu projeto discursivo com atenção ao “objeto de dizer” do recurso escolhido. A inabilidade no trato do gênero discursivo escolhido (prática social escolhida para a realização de sua vontade discursiva) prejudica a compreensão plena do enunciado do falante bem como corre o risco de não ser legitimado dentro do campo sócio-discursivo que lhe é próprio.

AgRg no Ag 1.362.896/MG

A ementa deste julgado demonstra que, por duas vezes, tanto no agravo de instrumento (decidido monocraticamente) como no agravo regimental, decidido por acórdão, o agravante elaborou seu projeto discursivo sem atender ao imperativo do tema dos dois gêneros discursivos praticados. Consequência: Súmula 182/STJ.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPENSA DE SERVIDOR CONTRATADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO. INADMISSIBILIDADE DO DEFERIMENTO DE FGTS. RAZÕES RECURSAIS NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182/STJ.

1. Agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu do agravo de instrumento em face da incidência da Súmula 182 do STJ.

2. É condição básica à admissibilidade de qualquer recurso que o recorrente apresente os argumentos jurídicos para a reforma da decisão atacada. No caso de agravo de instrumento previsto no art. 544 do CPC, o agravante deve infirmar os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial, o que não ocorreu na hipótese em questão.

3. No caso dos autos, o apelo especial foi inadmitido aos seguintes fundamentos: a) a via especial não é adequada para análise de ofensa a dispositivos constitucionais, norma de direito local e súmula jurisprudencial; b) não houve indicação do dispositivo de lei federal violado, o que enseja a aplicação da Súmula 284/STF; e c) incidência da Súmula 13/STJ.

4. Na petição do agravo de instrumento, o agravante limitou-se a renovar os argumentos jurídicos apresentados no recurso especial, acrescentando, tão somente, que não buscava reapreciação de provas, mas sim, demonstrar a ofensa aos dispositivos de lei. Deixou, portanto, de impugnar os fundamentos que foram óbice para a admissão do apelo nobre.

5. Nesse contexto, é inarredável a incidência da Súmula 182 do STJ, pois é dever da parte atacar todos os fundamentos da decisão agravada, fato que não ocorreu no caso em apreço.

6. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1.362.896/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 14/4/2011, DJe 19/4/2011, grifos nossos)

AgRg no Ag 1.169.734/RJ

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AFRONTA À SÚMULA DO TCU. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO-CONHECIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Súmula 182/STJ).
2. Por ofensa a súmula de jurisprudência não cabe recurso especial, porquanto não se subsume no conceito de lei federal ou tratado. Precedente do STJ.
3. Agravo regimental não-conhecido. (AgRg no Ag 1.169.734/RJ, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 3/11/2009, DJe 30/11/2009, grifo nosso)

AgRg no Ag 1.359.806/SP

Aqui além da incidência da Súmula 182/STJ, a não elaboração do projeto discursivo de forma a atender o tema do gênero saiu mais gravosa, porque sofreu a aplicação de multa. Com efeito, a falta da competência metagenérica pode acarretar a aplicação de multa, pois, quando o projeto discursivo não se coaduna com a exigência temática do gênero praticado, todo o enunciado construído não se legitima dentro do campo social em que circula, tomando uma feição de invalidade em que a norma jurídica até autoriza o julgador aplicar multa.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OBJETIVA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA 182/STJ CORRETAMENTE APLICADA PELA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO.

1. O não perfazimento da regularidade formal, pela ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada enseja o improvimento do agravo de instrumento.
2. Esta colenda Quarta Turma já firmou entendimento no sentido de que a decisão de admissibilidade deve ser rebatida em sua totalidade, pois, consoante consignado no voto do em. Min. Aldir Passarinho Júnior, no julgamento do AgRg no Ag 682965/DF "[...] o recurso especial ataca vários pontos. Conseqüentemente, o despacho é de admissibilidade do recurso especial por inteiro. De modo que ficaria difícil considerarmos como suficiente o agravo de instrumento do despacho de inadmissibilidade do recurso especial, que é por inteiro, apenas no ponto em que é suficiente para impugnar um ou outro aspecto daquela decisão de inadmissibilidade. Vejo com muita dificuldade como poder-se-ia dissociar ou se fracionar o despacho de admissibilidade em vários pedaços, uma vez que ele é do próprio recurso especial por inteiro." (AgRg no Ag 682965/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 23/03/2009).
3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no Ag 1.359.806/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 12/4/2011, grifo nosso)

AgRg no Ag 445.731/RJ

FGTS - DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO – INSUFICIÊNCIA NO PAGAMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO – DESERÇÃO DO RECURSO ESPECIAL – DECISÃO DO AGRAVO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 511 DO CPC – **FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL – INCIDÊNCIA DO RACIOCÍNIO SEDIMENTADO POR MEIO DO ENUNCIADO 182 DA SÚMULA DO STJ - PRECEDENTES.**

1. A decisão recorrida negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que a decisão que não admitiu o recurso especial baseou-se no entendimento pacificado deste Tribunal, consagrado na Súmula 187, que reproduz a exigência do artigo 511 do Código de Processo Civil.

Restou consignado mais adiante que a agravante, embora tenha sido intimada, permaneceu inerte em efetuar o recolhimento do restante devido.

2. O agravo regimental que não impugna, especificamente, seus fundamentos não merece seguimento ante o óbice imposto pelo enunciado 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sob exame, conforme pacífico entendimento desta Corte (É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.) Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 445.731/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 14/12/2007, p. 381, grifo nosso)

AgRg no Ag 716.054/RS

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. **AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECISUM AGRAVADO.** INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR Nº 182 DO STJ.

1. O acórdão local segundo o qual: "Havendo adesão ao PAES e pedido de desistência da ação, os honorários advocatícios devem ser fixados em 1% do valor do débito, tendo em vista o parâmetro da disposição legal contida no art. 4º da Lei nº 10.684/03."

2. Com previsão contida no art. 544 do CPC, o agravo de instrumento tem por escopo desconstituir decisão denegatória de seguimento dos recursos excepcionais, devendo, pois, impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada a fim de demonstrar o total atendimento dos pressupostos de admissibilidade recursal exigidos pelo ordenamento jurídico.

3. Decisão agravada mantida. Incidência do enunciado Sumular nº 182 deste Tribunal ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").

4. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag 716.054/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006, p. 203)

6.2.2 Súmula 211/STJ

“Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.”

O enunciado sumular 211 do Superior Tribunal de Justiça marca a falta da exauribilidade do conteúdo objetual-semântico em decorrência da ausência de prequestionamento do ponto trazido nas alegações do recurso especial. A exauribilidade implicada na Súmula 211/STJ é decorrente do objeto de dizer do enunciado constitucional art. 105, III, “a”, CF, o que o faz observância obrigatória em todas as produções discursivas que se enunciam nos recursos judiciais interpostos junto ao STJ. É a refração do campo social no tema de dado enunciado.

O tema do gênero norma constitucional é o objeto de dizer que vincula o projeto discursivo do julgador-STJ. O art. 105, III, “a”, da CF constitui o discurso ideológico do campo social (STJ) regente das atividades humanas que nele se desenvolvem mediante as práticas sociais convencionadas para o Tribunal (decisão e acórdão, cuja atuação na interação dialógica é de responsividade ativa) para a realização de seu propósito comunicativo precípua no âmbito recursal: uniformizar o entendimento e a aplicação do direito federal ordinário.

O projeto discursivo do julgador-STJ deve guardar atenção ao tema da norma constitucional. Ao analisar uma petição recursal em que se verifica falta de prequestionamento de dada norma federal, constata-se que o projeto discursivo elaborado não exauriu o conteúdo semântico-objetual daquela norma, o que implica falta de acabamento no enunciado recursal. O fato de não poder se pronunciar sobre controvérsia de direito que não recebeu juízo de valor definitivo nas instâncias ordinárias dá-se em virtude de que seu projeto discursivo é vinculado ao tema da norma constitucional. O não prequestionamento dota a questão de uma “invalidade discursiva” para o julgador-STJ, que se vê impedido de analisar seu mérito, pois os termos do normativo constitucional (art. 105, III, “a”, CF) impõe diretiva rigorosa à competência concedida ao STJ em suas atividades judicantes.

O projeto discursivo dos enunciados do STJ subordina-se ao tema do gênero norma constitucional e é com olhos ao seu domínio de sentido que se analisam os enunciados que integram as razões recursais. Nesse sentido, percebe-se que a causa de insucesso aqui não se refere especificamente ao não atendimento do projeto discursivo ao tema de dado gênero discursivo pelo recorrente. Isso porque o conteúdo da Súmula 211 do STJ não se vincula ao domínio de sentido de um gênero recursal, mas sim ao domínio de sentido maior que o tema da norma constitucional condiciona todos os discursos entabulados em sede recursal no STJ. A inabilidade no trato do gênero aqui foi o fato de não se observar o tema do gênero discursivo a que o julgador-STJ deve obediência.

Um enunciado para a eficácia do propósito comunicativo do falante exige dele uma posição ativa para ser bem sucedido. Não se constrói um enunciado para se falar o que quer, constrói-se um enunciado tendo em vista um objetivo discursivo, que, para ter chance de ser alcançado, deve produzir sentido no universo de compreensão do destinatário (compreensão essa que, no caso do STJ, respeita saber qual o juízo de valor que foi atribuído a dada norma federal pelos tribunais inferiores em única ou última instância julgadora).

O recorrente retira dele mesmo a possibilidade de ser bem sucedido, se oferece um enunciado sem acabamento, com um conteúdo objetual-semântico não exaurido na perspectiva do seu destinatário (que deve se guiar conforme determinação prevista na norma constitucional), o que retira a possibilidade de o julgador-STJ atuar de forma responsiva ativa na perspectiva desejada pelo recorrente. Entretanto, dentro de seu “inacabamento” consegue uma conclusibilidade ao seu enunciado e tem de volta uma atitude responsiva pelo STJ, porque outra compreensão toma lugar daquela que não se efetivou. Não uma que atenda ao propósito comunicativo do recorrente, mas uma que atenda ao domínio de sentido do tema da norma constitucional, cuja conformação ideológica submete o projeto discursivo do julgador-STJ, que produz um enunciado-responsivo com inegável conclusibilidade discursiva, o enunciado da Súmula 211 do STJ.

Como previu Bakhtin, todo enunciado ocupa uma posição definida em determinada esfera da comunicação, em dada questão, em certo assunto, em face de sua correlação com outras posições enunciativas. Isso faz com que cada

enunciado possa ser alvo de variadas atitudes responsivas na sua interação com outros enunciados.

Tudo isso para explicar que a aplicação da Súmula 211/STJ, na linguagem jurídica, é traduzida no seguinte enunciado geral: a norma federal alegada contrariada (a despeito da oposição dos embargos de declaração) não sofreu o necessário prequestionamento pelo Tribunal de origem, o que inviabiliza a análise do seu mérito no recurso especial.

Ag 924.002/SP – decisão monocrática de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 5/5/2011, GRIFO NOSSO

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Santander Noroeste Leasing Arrendamento Mercantil S/A, em face de decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" ad Constituição Federal.

Nas razões do recurso especial (fls. 103-111), alega o recorrente violação aos artigos 221 e 427 do Código Civil; 4º, inciso IX da Lei nº 4.595/64; às súmulas 294 e 296 do STJ. Sustenta que os valores consignados deveriam ter abarcado a cobrança da comissão de permanência, pois devidamente pactuada.

É o relatório.

Decido.

2. Não é cabível recurso especial com fulcro na alínea "a" do permissivo legal quando a decisão recorrida contrariar ou negar vigência a enunciado sumular.

3. Incide no presente caso o enunciado da Súmula 211 desta Corte diante da ausência de prequestionamento aos artigos 221 e 427 do Código Civil e 4º, inciso IX da Lei nº 4.595/64, uma vez que a tese defendida no recurso especial, envolvendo os dispositivos legais supostamente violados, apesar de opostos embargos de declaração, não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou não a sua aplicabilidade ao caso concreto pelo tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Esta Corte Superior, já proclamou, didaticamente, **que o prequestionamento, como requisito de admissibilidade do recurso especial, somente se configura nas seguintes hipóteses: (a) ter sido a causa decidida com base na legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao**

caso concreto; (b) implicitamente, quando demonstrada a apreciação da causa à luz da legislação federal tida por violada, embora não haja menção expressa do dispositivo legal; (c) se a questão federal surgir durante o julgamento proferido pelo Tribunal de origem, deve a parte opor embargos declaratórios, visando ao pronunciamento judicial sobre o tema; (d) se ainda assim o Tribunal omitir-se na análise da questão, deve o recorrente interpor o recurso especial fundamentando-se em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. (REsp 648.997/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 26.9.2005, p. 315)

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

"SFH. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO CUMULADA COM DECLARATÓRIA DE REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES DE ACORDO COM O PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL (PES) - COEFICIENTE DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL (CES). ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 6º CAPUT E § 3º DA LICC E 2º DO CPC - PREQUESTIONAMENTO - AUSÊNCIA - SÚMULA 211/STJ. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 292, I, DO CPC - CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. POSSIBILIDADE.

- Se o Tribunal 'a quo', mesmo após a oposição dos aclaratórios deixa de apreciar questões suscitadas, deve o recorrente, ao manifestar este apelo especial, alegar violação ao art. 535 do CPC, sob pena de aplicação das Súmulas 282 STF e **211** STJ. (...)

- Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 587.635/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 28.2.2005)

Verifica-se que o recorrente, em suas razões de recurso especial, não apontou a ocorrência de violação ao artigo 535 do CPC, motivo pelo qual não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional em razão da ausência de prequestionamento.

4. Mesmo que assim não fosse, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo, e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

A subsistência de fundamentos inatacados aptos a manterem a conclusão do aresto impugnado, quais sejam, a falta de provas pelo credor quanto à existência de cláusula contratual permitindo a cobrança de quantia superior àquela depositada, a preclusão na formulação de tal prova e a inexistência de demonstração de que o depósito efetuado fosse integral, impõem o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

AgRg no REsp 506.979/SC

O próximo acórdão reúne em sua ementa o discurso da ausência do prequestionamento da Súmula 211/STJ, quanto a dadas normas (itens 1 e 2), e o

discurso veiculado pela Súmula 7/STJ a outras alegações formuladas pela parte (itens 3 e 4).

RECURSO ESPECIAL – FGTS – SUPOSTA OFENSA AOS ARTIGOS 131 E 335 DO CPC – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO – SÚMULA 211/STJ – ALEGAÇÕES RECURSAIS QUE DEPENDEM DE REAPRECIÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS – SÚMULA 07/STJ – INCIDÊNCIA.

1. Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial, por ausência de prequestionamento, entendido este como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal, incidindo, no caso, o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A simples menção no acórdão de que não foram violados os dispositivos apontados pela recorrente, por si só, não tem o caráter de prequestionar a matéria suscitada. É necessário, pois, que a questão tenha sido objeto de debate, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação à cada caso concreto.

3. O Tribunal de origem manteve a conclusão da fiscalização que entendeu configurado o vínculo empregatício, ante a não produção de prova em contrário pela autora. Decisão confirmada em sede de embargos de divergência.

4. Rever essa particularidade significaria penetrar em matéria probatória, inviável na via estreita do recurso especial, incidindo a vedação do enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 506.979/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 14/12/2007, p. 382)

AgRg no Ag 938.571/SP

PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – RECURSO ESPECIAL – ADMISSIBILIDADE – AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO – ANULAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – CABIMENTO – FALTA DE PREQUESTIONAMENTO – REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA – APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 211 E 07/STJ.

1. Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido deliberação sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial,

abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

2. Havendo omissão, cabe à parte, no recurso especial, alegar ofensa ao art. 535, II do CPC, demonstrando, objetivamente, a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado.

3. Inviável o recurso especial articulado sob alegação de ofensa a dispositivos legais não prequestionados e quando o exame da questão suscitada exige revolvimento de aspectos fáticos-probatórios.

Aplicação das Súmulas 211 e 07/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 938.571/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 18/12/2007, p. 262)

6.2.3 Súmula 284/STF

“É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”

A Súmula 284/STF caracteriza algum tipo de deficiência de fundamentação na petição recursal que é considerada insanável. Ela representa o “inacabamento” do enunciado, e isso importa uma situação discursiva, na perspectiva do STJ, de um enunciado não atende à exigência de condição mínima para seu entendimento (matéria de direito a ser decidida). Compreendida como “fundamentação deficiente”, há uma atitude responsiva ativa correspondente materializada no enunciado sumular 284 do STF.

Uma das formas assim consideradas é das razões desassociadas, que vem a ser aquela em que o recorrente em suas razões do recurso especial delineia alegações de violação de normas, de um conteúdo jurídico que não fez parte do conteúdo decidido no acórdão recorrido. Essa hipótese é o próximo julgado.

Ag 1.388.759/RS – decisão monocrática do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 6/6/2011, grifo nosso.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial aos seguintes fundamentos: i) incidência da Súmula 282/STF; ii) o acórdão encontra-se consentâneo à orientação jurisprudencial do STJ a respeito.

O recorrente, nas razões do especial, alega contrariedade ao art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916; à Lei n. 8.177/91, precedida da MP n. 294 de 1991. Informa que no sistema de extratos do Banco Nossa Caixa não consta a existência de conta poupança da recorrida nos períodos dos planos econômicos pleiteados. Sustenta que o direito pleiteado na petição inicial encontra-se atingido pela prescrição, pois transcorrido lapso temporal disposto nas normas de regência tanto do Código Civil de 1916 (art. 178, § 10, III) quanto do Código Civil de 2002 (art. 203).

É o relatório.

DECIDO.

2. O acórdão recorrido, na apelação dirigida ao tribunal local, reformou sentença que havia indeferido a petição inicial da autora, ora recorrida, manifestando-se neste sentido (fls. 28-29):

Houve efetiva demonstração da existência da caderneta de poupança, através do documento de fls. 28, que se apresenta hábil e positivo, possibilitando, inclusive, distinguir o número da conta.

Na verdade, não se depara com a falta de documento indispensável, até porque a aprova da existência da conta pode ser feita pelos diversos meios possíveis, inclusive mediante confissão.

[...]

É oportuno acrescentar que os motivos que justificam o indeferimento liminar da petição inicial são aqueles que se apresentam manifestos, inquestionáveis. Não é essa, evidentemente, a situação espelhada nos autos.

Enfim, impõe-se afastar a extinção do processo e determinar o seu regular processamento.

Evidencia-se de forma indubitável que **as razões declinadas no recurso especial encontram-se completamente desassociadas dos fundamentos do acórdão recorrido. Enquanto o acórdão cuidou apenas de reformar a sentença para afastar a extinção do feito por inépcia da inicial e determinar o seu regular prosseguimento, o recorrente discorre no especial sobre questões às quais não foram apresentadas para o debate e, por consequência, delas não houve exaurimento das instâncias judicantes ordinárias necessárias para configurar seu prequestionamento.**

No caso, mais do que mera falta de prequestionamento, o que faria incidir a Súmula 282/STF (também aplicável) sobressai sim que o próprio arrazoadado declinado no apelo nobre configura deficiência insanável em sua fundamentação e atrai a inteligência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Isso posto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

AgRg no REsp 1.153.690/RS

A ementa de o acórdão a seguir, em seus itens 1 e 2, traz a aplicação dos enunciados da Súmula 211 do STJ e da Súmula 284 do STF. A particularidade que caracteriza “fundamentação deficiente” da Súmula 284 neste julgado são as alegações generalizadas. A falta de precisão quanto a quais seriam as normas federais consideradas contrariadas ou de vigência negada seguida obrigatoriamente de sua efetiva demonstração jurídica é compreendida como “fundamentação deficiente” e como atitude responsiva ativa aplica-se a Súmula 284 do STF.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 600, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EXCESSO DE EXECUÇÃO. TESE DO BALANCETE MENSAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. MUDANÇA JURISPRUDENCIAL. ALTERAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. DESCABIMENTO. RECUSO INFUNDADO. IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).
2. A alegação genérica de excesso de execução, sem correlação com as exatas disposições do título executivo e com as particularidades do caso concreto, atrai a incidência da Súmula 284/STF.
3. "A coisa julgada deve ser respeitada, ainda que posteriormente a jurisprudência confira à norma outro sentido do que originariamente aplicado na decisão transitada."
4. Aplica-se a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil, na hipótese de agravo regimental manifestamente inadmissível ou infundado, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recuso ao depósito do respectivo valor.
5. Agravo regimental desprovido, com imposição de multa. (AgRg no REsp 1.153.690/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 5/4/2011, DJe 11/4/2011, grifos nossos)

Ag 1.368.197//RS – decisão monocrática de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 22/2/2011

Também são “razões desassociadas” hipótese em que as razões do agravo de instrumento não mantêm relação ou quanto às alegações que o

recorrente mesmo havia deduzido nas razões do especial ou para com os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial ao fundamento de que a pretensão de revisão do *quantum* estabelecido para verba honorária enseja reexame de matéria fática, com óbice no enunciado sumular n. 7/STJ.

Nas razões do agravo de instrumento, sustenta divergência jurisprudencial com julgado de outro Tribunal, que consigna entendimento no sentido de que não é necessário que se esgote a via administrativa para ter acesso ao Judiciário. Requer a concessão da AJG.

DECIDO.

2. Inicialmente, observo que as instâncias ordinárias já concederam ao recorrente a Assistência Judiciária Gratuita (fl. 58 e-STJ).

3. Deve o agravante, nas razões despendidas no agravo de instrumento, impugnar os fundamentos da decisão agravada que obstou a admissão do seu apelo nobre.

Na petição do presente agravo alega-se dissídio jurisprudencial quanto ao entendimento expendido pelas instâncias ordinárias, que extinguiram o feito sem resolução de mérito, por não se encontrar exaurida a instância administrativa antes de o autor-recorrente demandar no Judiciário a ação cautelar de exibição de documentos. Contudo, este não cuida ser a insurgência trazida no corpo do especial, que declinou razões pugnando fosse minorada a verba honorária determinada.

Com efeito, **as razões do agravo apresentadas encontram-se desassociadas dos fundamentos da decisão agravada bem como do próprio arrazoado declinado no apelo nobre, o que configura deficiência de fundamentação e atrai a inteligência da Súmula 284/STF.**

3. Isso posto, não conheço do agravo de instrumento.

AgRg no REsp 1.102.687/RS

AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO VERÃO. ÍNDICE APLICADO. **DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.** ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ENUNCIADO 83/STJ.

1. **A falta de indicação do dispositivo de lei federal tido por violado, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido violado lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional.**

2. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência, mutatis mutandis, da Súmula 284-STF.
3. É devido o reajuste das contas de poupança no percentual de 42, 72%, no que se refere ao mês de janeiro de 1989, com base no IPC.
4. A orientação jurisprudencial consolidada na Súmula 83 desta Corte é aplicável também aos Recursos Especiais fundados na alínea a do art. 105, III da Constituição da República.
5. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1.102.687/RS, Rel. Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), Quarta Turma, julgado em 24/11/2009, DJe 7/12/2009, grifo nosso)

REsp 57.653/RS

PREVIDENCIARIO. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUM. 284/STF.

- E INADMISSIVEL O RECURSO QUANDO A DEFICIENCIA DE SUA FUNDAMENTAÇÃO NÃO PERMITIR A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVERSIA.

- **HIPOTESE EM QUE O RECORRENTE LIMITA-SE A TRANSCREVER OS ARTIGOS DE LEI QUE APONTA COMO VIOLADOS E ESGRIME ALEGAÇÕES GENERICAS, NÃO DEMONSTRANDO COMO O ACORDÃO RECORRIDO OFENDEU A LEGISLAÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DA SUM. 284/STF.**

- **RECURSO NÃO CONHECIDO.**

(REsp 57.653/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 8/4/1997, DJ 12/5/1997, p. 18.828, grifo nosso)

6.2.4 Artigo 535, II, do CPC – a alegação de omissão discursiva

O recurso de embargos de declaração é a prática social normatizada (instrumento processual na linguagem jurídica) que visa atender a uma vontade discursiva da parte-embargante que é a de demonstrar ao órgão julgador a necessidade de saneamento de dada decisão em face de nela existirem algum (ou alguns) dos vícios descritos no art. 535 do CPC. Aqui a vontade discursiva do embargante deve ter afinidade com o que se encontra objetivamente disposto na norma jurídica quanto ao desempenho discursivo do gênero. Assim, a finalidade do embargante é buscar uma prestação jurisdicional que concerna ao saneamento do vício apontado, de modo que se perfectibilize a decisão principal. Em virtude da função discursiva que desempenha no âmbito processual-recursal, a natureza jurídica dos embargos de declaração é integrativa, não tendo sido prevista sua

prática para fins de modificação do seu resultado. Contudo, excepcionalmente, este poderá ocorrer se a própria correção do vício implicar, para o saneamento da decisão embargada, alteração no julgado. Essa possível alteração é chamada de efeitos modificativos ou efeitos infringentes, e sua ocorrência é excepcional, e ocorre por uma consequência da função saneadora do recurso. A simples alegação de existência de vício do art. 535 do CPC até atende à função discursiva do gênero, conforme dispõe a norma, mas não é suficiente para sua validação social, isto é, para o seu conhecimento. Repetindo: se o embargante, em seu projeto discursivo constrói um enunciado associando a existência do vício à ocorrência, por consequência, de algum prejuízo em seu direito, fica caracterizada a finalidade infringente do embargante. Nesta situação, a força do “objeto de dizer” do gênero, por ser um construto ideológico da hermenêutica jurídica, impõe ao embargante um acréscimo condicional para que o órgão julgador analise sua alegação, qual seja, além de ter de indicar a parte da decisão que esteja eivada do alegado vício, teça, em seu enunciado, as razões jurídicas que entende a fim de demonstrar o prejuízo jurídico. O discurso do art. 535 do CPC é o mesmo esteja ele em sua forma de gênero discursivo, esteja ele como um ponto de alegação no recurso especial.

REsp 1.256.584/SC

A simples alegação de existência de vício do art. 535 do CPC não é suficiente para sua validação social, isto é, para o seu conhecimento, e é compreendida como “fundamentação deficiente”, com a aplicação do discurso da Súmula 284 do STF.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF, POR ANALOGIA. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. UNIFICAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 4º DO DECRETO 20.910/32. PRAZO INTERROMPIDO.

1. Não se pode conhecer da apontada violação ao art. 535 do CPC pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros ou sobre os quais tenha ocorrido erro material. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

2. Inegável a incidência do disposto no artigo 4º do Decreto n. 20.910/32 no caso, isso porque o prazo prescricional foi interrompido, diante do reconhecimento pela administração pública do pedido dos

autores, e não voltou a contar o lustro prescricional em razão da demora na análise e pagamento do montante devido.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.256.584/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 4/8/2011, DJe 15/8/2011)

REsp 984.954/RJ

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR-TSS. ACÓRDÃO RECORRIDO. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. ART. 535, II, DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF.

1. Não se conhece do recurso especial quando o aresto recorrido adota fundamentação constitucional para decidir a controvérsia em torno da constitucionalidade da Taxa de Saúde Suplementar-TSS prevista no art. 20, I, da Lei 9.961/00.

2. É deficiente a fundamentação do apelo quanto são genéricas as alegações de contrariedade ao disposto no art. 535, II, do CPC. Incidência da Súmula 284/STF.

3. Recurso especial não conhecido. (REsp 984.954/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, rel. p/ acórdão Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 15/6/2010, DJe 27/4/2011)

EDcl no AgRg no Ag 1.302.235/RJ

A ementa deste julgado tem-se uma situação que merece atenção. No item 2, o embargante pontua as três questões que entende estarem com o vício da omissão (item2). Nos itens 3 e 4, rechaça-se a alegação de omissão quanto à primeira questão [(i) necessidade de o Tribunal de origem apreciar as questões referentes à regularidade formal do agravo de instrumento (ofensa ao artigo 535 do CPC)]; No item 5, reconhece-se a existência de omissão em relação a dados dispositivos de lei no acórdão anteriormente prolatado. No item 6, manifesta-se a respeito com a aplicação da Súmula 282 do STF (outra súmula por falta de prequestionamento), em razão da falta de prequestionamento daquelas normas. Daí o resultado de acolhimento dos embargos, contudo, sem efeitos modificativos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PERANTE TRIBUNAL ESTADUAL (ART. 522 DO CPC) NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. SÚMULA 284/STF. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. RECONHECIMENTO

DE OMISSÃO QUANTO ÀS QUESTÕES DE MÉRITO VENTILADAS NO RECURSO ESPECIAL. DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade nos ditames do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.
2. A parte embargante aduz que o acórdão embargado é omissor, por deixado de se manifestar a respeito dos seguintes temas: (i) necessidade de o Tribunal de origem apreciar as questões referentes à regularidade formal do agravo de instrumento (ofensa ao artigo 535 do CPC); e (ii) desrespeito aos artigos 128, 460, 467, 475-G do CPC; bem como (iii) dissídio no tocante à interpretação do artigo 525, I, do CPC.
3. Não se configura a omissão apontada quanto à violação ao artigo 535 do CPC, pois o acórdão embargado apreciou expressamente tal alegação, concluindo pela impossibilidade de conhecimento do recurso especial nesse particular, em face da incidência da Súmula 284/STF.
4. Quanto ao ponto, não se verifica nenhum vício de integração, mas sim mero inconformismo da embargante, cuja real pretensão é o rejugamento do mérito recursal, procedimento vedado pela via estreita dos embargos de declaração.
5. No que tange às demais omissões, assiste razão à embargante, pois em face do não conhecimento do recurso especial por ofensa ao artigo 535 do CPC, cumpre a este colegiado apreciar as demais questões nele ventiladas.
6. Não merece conhecimento o apelo especial no que tange às alegações de violação aos artigos 128, 460, 467, 475-G do CPC, em razão da falta de prequestionamento, uma vez que o Tribunal de Origem se limitou a não conhecer do agravo de instrumento em razão da deficiência de sua formação, não tendo emitido nenhum juízo a respeito das questões de mérito ali discutidas. Incidência da Súmula 282/STF.
7. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do dispositivo constitucional quando não demonstrada a similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma.
8. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, tão somente para esclarecer o não conhecimento do recurso especial com relação às demais ofensas à legislação federal apontadas. (EDcl no AgRg no Ag 1.302.235/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 14/4/2011, DJe 19/4/2011, grifos nossos)

EDcl no AgRg no REsp 1.201.860/RJ

A jurisprudência entende que a oposição de embargos de declaração com o intuito de sanar erro material é cabível. Realmente, essa compreensão é bastante coerente, pois, essa hipótese para a prática dos embargos de declaração não

subverte o tema de seu gênero discursivo, bem como não imputa o peso de desobediência ao domínio de sentido da norma processual do art. 535 do CPC a que o projeto discursivo do julgador-STJ também se encontra vinculado.

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. **ERRO MATERIAL. CORREÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE.** EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Tendo o acórdão embargado se pronunciado de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não há falar na existência de omissão, não se devendo confundir "fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (REsp 763.983/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

2. Existindo erro material da decisão, é possível sua correção de ofício. Hipótese em que foi equivocadamente indicada no acórdão embargado a Súmula 283/STF, em vez da Súmula 182/STJ.

2. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, apenas para sanar erro material, sem efeitos infringentes. (EDcl no AgRg no REsp 1.201.860/RJ, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 27/4/2011, grifo nosso)

EDcl no AgRg no Ag 1.207.351/BA

Este caso em particular é um exemplo de julgado em que foi constatado o vício da omissão que trouxe efeitos modificativos em consequência do seu saneamento, alterando a decisão consignada no acórdão anteriormente prolatado.

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C DA LEI N. 8.036/90. OMISSÃO CARACTERIZADA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. Embargos de declaração nos quais se alega: (i) contradição, por entender que o entendimento externado no acórdão ora embargado é contrário à jurisprudência do STF; e (ii) omissão, por considerar que não foi observada a declaração de inconstitucionalidade pelo STF da MP n. 2.164-40/2001, que acrescentou o artigo 29-C à Lei n.8.036/1990.

2. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.

3. À luz do que vinha entendendo o STJ, a vedação de utilização de medida provisória para tratar de matéria atinente a direito processual civil, que está prevista no art. 62, § 1º, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal de 1988 e foi incluída no texto constitucional por meio da Emenda Constitucional n. 32/2001, somente deveria ser observada após o início da vigência da referida emenda constitucional (v.g.: EREsp 583.125/RS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 15/08/2005).

4. Porém, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Adi n. 2.736/DF, declarou, com eficácia *ex tunc*, a inconstitucionalidade do art. 9º da MP n. 2.164-41/2001, que introduziu o art. 29-C à Lei n. 8.036/1990, por concluir que não houve observância das condições constitucionais à edição de medidas provisórias (relevância e urgência).

5. Conforme entendimento da Suprema Corte, os acórdãos proferidos em sede de controle concentrado de constitucionalidade produzem efeitos a partir da publicação da ata de julgamento (v.g.: ADC 18 QO3-MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-110; Rcl 3632 AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 18-08-2006).

6. A ata de julgamento da Adi n. 2.736/DF (declaração de inconstitucionalidade do art. 9º da MP n. 2.164-41/2001) foi publicada em 16 de setembro de 2010, enquanto que o julgamento do agravo regimental, que originou o acórdão ora embargado, se deu em 28 de setembro de 2010. O caso, então, é de atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios.

7. Embargos de declaração acolhidos, com a atribuição de efeitos modificativos, para anular o acórdão que julgou o agravo regimental e conhecer do agravo de instrumento para dar provimento ao recurso especial, reconhecendo-se o cabimento da verba honorária advocatícia, a qual deverá ser fixada pelas instâncias ordinárias.

(EDcl no AgRg no Ag 1.207.351/BA, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16/8/2011, DJe 19/8/2011, grifo nosso)

6.2.5 Alegação de violação de normas constitucionais em “sede de especial”

O discurso social que motivou a criação do STJ pela Constituição Federal de 1988 foi justamente o de existir na hierarquia judiciária uma instância julgadora definitiva para a uniformização do direito federal ordinário, competência essa anteriormente exercida pelo STF. Nesse sentido, os recursos especiais interpostos junto ao STJ buscam solucionar controvérsias instauradas com base na contrariedade ou negativa de vigência de tratado ou lei federal conformadora (art. 105, III, “a”, da CF/88). Se a controvérsia se pautar em normas constitucionais cabe a interposição de recurso extraordinário para o STF.

A interposição de recurso especial com a alegação de “violação” (é essa a palavra de uso mais comum) de norma constitucional configura inabilidade no trato do gênero discursivo recurso especial, cujo tema tem na Constituição Federal sua fonte ideológica (art. 105, III, “a”, “b” e “c”, da CF/88). É vasta a jurisprudência alertando ao corpo social da esfera jurídica que exerce suas atividades no campo social do STJ de que o órgão judicante, em sede de recurso especial, não tem competência para analisar contrariedade à norma constitucional, bem como não pode atuar como instância prequestionadora de dispositivos constitucionais. É princípio informador de toda a estrutura ideológico-discursiva que norteia a atuação jurisdicional do STJ, em sede recursal, força axiológica essa que submete todos os enunciados produzidos nas petições recursais.

AgRg no Ag 1.102.726/PA

A ementa deste julgado traz vários dos fundamentos discursivos até então analisados. Escolhido por textualizar que o STJ não analisa alegação de contrariedade de normas federais em face do discurso regente que orienta a atuação do STJ no julgamento dos recursos judiciais do art. 105, III, “a”, da CF; ainda há o discurso do fundamento que não foi atacado da Súmula 283 do STF, não tratado nesta monografia; a aplicação da Súmula 284 do STF porque o recorrente incorreu em alegações genéricas de violação de normas infraconstitucionais; e a inteligência da Súmula 7 do STJ (e 5/STJ), por o recorrente trazer em suas razões alegação questão que necessita revisão do conteúdo fático-probatório, enunciado sumular cujo discurso encontra respaldo no art. 105, III, “a”, da CF.

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. Refoge à competência do Superior Tribunal de Justiça apreciar suposta ofensa a dispositivos constitucionais, sob pena de invasão da competência do Supremo Tribunal Federal.

3. É inadmissível o recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido apto, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte Estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).
4. A falta de indicação pelo recorrente de qual dispositivo legal teria sido violado implica deficiência na fundamentação do recurso especial, incidindo o teor da Súmula 284/STF.
5. Não cabe, no âmbito do recurso especial, rever a prova apreciada na instância de origem e nem discutir a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7).
6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1.102.726/PA, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 28/4/2011)

6.2.6 Súmula 7/STJ

“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

Este enunciado sumular refrata a identidade ideológica do STJ conformada na norma constitucional do art. 105, III, “a”, da CF e o princípio informador da própria criação desse tribunal superior. Na sua missão de uniformização do entendimento e da aplicação do direito federal, o STJ, ao analisar as alegações de contrariedade ou negativa de vigência de alguma norma infraconstitucional, verifica qual foi a interpretação que o tribunal inferior conferiu ao dispositivo federal. Contudo, se para avaliar a aplicação de dada norma federal o STJ entender que isso implica nova análise do conteúdo fático-probatório da demanda contido nos autos do processo, que já fora examinado pelas duas instâncias judicantes ordinárias e, em decorrência do juízo valorativo depreendido ao apreciarem tais documentos é que a lide foi solucionada, o STJ entende que não há nada a fazer (há algumas raras exceções que o STJ, em face de dada situação por si valorada, entende que se deve afastar o óbice da Súmula 7). Não se entra aqui na discussão sobre o que é passível de ser obstado pela Súmula 7 do STJ ou o que não é, o que deveria ou não ser considerado para sua aplicação, pois muitas são as vozes que se digladiam em torno desse tema. A análise que se faz aqui é em atenção ao conteúdo objetual-semântico implicado nesse enunciado sumular. Também ele, como a Súmula 211 do STJ, são expressões do tema da norma constitucional que condiciona o projeto discursivo do STJ e determina sua posição ativa como falante-respondente diante dos enunciados aos quais deve se manifestar por meios das decisões e acórdãos aos recursos interpostos.

Ag 1.300.457/MS – decisão monocrática do Ministro Massami Uyeda, publicada em 6/5/2011, grifo nosso.

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - BLOQUEIO DE VEÍCULOS NO DETRAN - NECESSIDADE - SÚMULA 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por SAFRAFORTE COMERCIAL DE AGROQUÍMICOS LTDA E OUTROS contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal em que se alega violação do artigo 615-A do CPC.

O v. acórdão recorrido está assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - POSSIBILIDADE DE A DECISÃO ACARRETAR DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - BLOQUEIO DE VEÍCULOS NO DETRAN - PENHORA QUE GARANTE A EXECUÇÃO - PROBABILIDADE DE O PRODUTO DA HASTA PÚBLICA SER INSUFICIENTE AO PAGAMENTO DOS CREDORES - EXISTÊNCIA DE OUTRAS EXECUÇÕES QUE RECAEM SOBRE OS AGRAVANTES - RECURSO NÃO PROVIDO.

A probabilidade de no futuro o produto da hasta pública ser inferior ao valor do bem avaliado e a existência de diversas execuções sobre os recorrentes são suficientes para a manutenção da decisão de bloqueio dos veículos do devedor, no DETRAN, até que ocorra o pagamento dos credores."

Sustentam os recorrentes, em síntese, que as averbações existentes sobre os veículos devem ser canceladas, porquanto a execução já está garantida com a penhora de outros bens.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito.

No tocante à necessidade da manutenção das averbações existentes sobre os veículos, a Corte estadual, após sopesar todo o acervo probatório carreado aos autos, assim consignou:

"De acordo com o que a magistrada disse em suas informações (f. 127-128), a dívida executada importava, em 4.2.2009, no valor de R\$ 723.975,32, e embora os veículos não tenham sido penhorados, mas bloqueados no DETRAN, referida medida foi determinada em razão de os bens imóveis não terem sido levados a hasta pública, inexistindo segurança quanto ao adimplemento da dívida.

A magistrada também informa que sobre os recorrentes pendem inúmeras execuções em andamento, nas comarcas de Sonora, Coxim e São Gabriel do Oeste, o que poderá levar a um concurso de credores, razão pela qual se mostra razoável e fundada a manutenção da medida de bloqueio dos veículos. A probabilidade de no futuro o produto da hasta pública ser inferior ao valor avaliado somada ao fato da existência de diversas execuções que recaem sobre os recorrentes, por si sós, são suficientes para a manutenção da decisão recorrida de bloqueio dos veículos até que ocorra o pagamento dos credores."

Rever tais considerações por meio das razões recursais é, por via transversa, revolver o conjunto fático-probatório dos autos, já bem examinado pelas Instâncias ordinárias. Providência inadmissível na via eleita, a teor da Súmula 7/STJ.

Nega-se, portanto, provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Ag 1.323.535/MG – decisão monocrática do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 22/2/2011, grifo nosso.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial em razão de a pretensão recursal esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ e por inexistir contrariedade ao art. 535, II, do CPC.

O recorrente aponta violação dos arts. 131 e 535, II, do CPC pugnando preliminar de nulidade; e, no mérito, contrariedade ao art. 273, § 6º, do CPC sustentando estarem presentes os requisitos necessários para o deferimento da tutela antecipada requerida.

DECIDO.

2. Rejeita-se a preliminar arguida. A uma, porque a fundamentação adotada mostra-se robusta quanto ao juízo depreendido dos fatos e provas carreados aos autos. A duas, porque inconformismo com o resultado da decisão não configura o vício de omissão do art. 535, II, do CPC.

O acórdão tratou de forma clara a controvérsia apresentada, apenas não foi ao encontro da pretensão maior da recorrente, o que está longe de significar negativa de prestação jurisdicional.

A par disso, não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

3. Quanto ao mérito, melhor sorte não socorre o agravante. Isso porque a análise dos requisitos autorizativos da concessão de antecipação da

tutela previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil implica revolvimento do espectro fático-probatório dos autos, o que significa exceder o âmbito de cognição conferido ao recurso especial pela Constituição Federal, consoante adverte a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Isso posto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

REsp 1.035.864/MG – decisão monocrática do Ministro José Delgado, publicada em 20/6/2008

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DEMORA INJUSTIFICADA DA ADMINISTRAÇÃO. ACÓRDÃO DE SEGUNDO FUNDAMENTADO NO EXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

1. O Tribunal de origem apoiou-se no exame dos elementos fático-probatórios que permeiam os autos para adotar a sua conclusão. Reavaliar as suas premissas, em sede de recurso especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Recurso especial não-conhecido.

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BUSSCAR ÔNIBUS S/A (fls. 145/158), fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado (fl. 130):

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITOS PRESUMIDOS. PEDIDO DE RESSARCIMENTO. DEMORA NA APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO FORMULADO NA VIA ADMINISTRATIVA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO IMPEDIMENTO INJUSTIFICADO. ART. 49 DA LEI Nº 9.784/99

1. Ainda que se trate de créditos escriturais, a jurisprudência encontra-se pacificada quanto ao cabimento da atualização monetária dos valores envolvidos nas situações em que a fruição do direito tenha sido obstada por atuação injustificada da Administração. A medida justifica-se em casos específicos, para evitar o enriquecimento sem causa do devedor e concretizar o princípio da não-cumulatividade constitucionalmente assegurado.

2. Não se enquadra na hipótese excepcional a simples demora na apreciação do requerimento administrativo de restituição ou compensação de valores, sobretudo quando não há prova da existência de impedimento injustificado ao aproveitamento dos créditos titularizados pelo contribuinte.

3. Embora se possa argumentar que a demora na apreciação do pedido formulado na via administrativa configura por si só conduta "ilegal" quando extrapolado o prazo estabelecido no art. 49 da Lei nº 9.784/99 (trinta dias prorrogáveis por mais trinta dias) - cuja aplicação é amplamente admitida no âmbito do processo administrativo-fiscal -, para o pronunciamento da Administração, é relevante notar que o prazo legal só tem início com o encerramento da instrução do processo administrativo. Além disto, é insuprimível o requisito "resistência ilegítima ao pleito do contribuinte" para o surgimento do direito à atualização dos créditos escriturais.

Embargos de declaração foram opostos e da seguinte forma julgados (fl. 142):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR DA CAUSA.

1. Havendo manifestação expressa a respeito da questão proposta em sede de apelação, é incabível a oposição de embargos visando à modificação do julgado.
2. Acolhida a pretensão de prequestionamento, apenas para evitar que a falta de menção expressa aos dispositivos legais pertinentes à solução da lide não obste à eventual admissão de recursos a serem manejados nas instâncias superiores.
3. Ante à inexistência de condenação (art. 20, § 4º, do CPC), os honorários advocatícios devem incidir sobre o valor dado à causa.

Nas razões do especial aponta-se a infringência do art. 49 da Lei 9.784/99 (*"Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada"*). Alega a recorrente, em suma, que *"a prova do impedimento injustificado é justamente a demora do fisco em ressarcir os valores, o que é facilmente comprovado entre as datas dos protocolos dos pedidos de ressarcimentos e seus respectivos ressarcimentos"* (fl. 151).

Contra-razões da Fazenda à fl. 163.

Decisão positiva de admissibilidade (fl. 165).

Relatados, decido.

O exame do julgamento de segundo grau conduz à conclusão de que não há condições de se emprestar seguimento ao presente apelo excepcional.

O Tribunal de origem apoiou-se no exame dos elementos fático-probatórios que permeiam os autos para concluir pela impossibilidade de incluir correção monetária nos créditos da contribuinte. Confira-se excerto do voto condutor do julgamento (fls. 128/128-verso):

No presente caso, a autora traz aos autos cópia de pedidos administrativos de ressarcimento protocolizados em 27.03.2001 e decididos em 20.12.2002, pedido protocolizado em 24.07.2001 decidido em 31.01.2003, outro, de 07.08.2001, com decisão em 31.01.2003, e pedido de 07.12.2001, com decisão em 31.01.2003. Anoto, porém, que tal documentação é insuficiente a comprovar a ocorrência de atraso injustificado na apreciação dos pedidos. Não basta o confronto entre as datas de protocolo e as datas das decisões para constituir-se certeza acerca da demora e de seu caráter injustificado. Observe-se que todas as decisões administrativas fazem referência à necessidade de que o contribuinte solucione irregularidades apontadas em termo de verificação fiscal, *"de forma a compatibilizar sua escrita fiscal com o determinado pela legislação tributária aplicável"*.

A inércia da administração fiscal no interregno entre cada pedido e sua decisão deveria ter sido comprovada pela autora, o que deveria ser feito pela juntada da íntegra dos processos administrativos, com o que se poderia verificar se tal lapso foi ou não utilizado na instrução dos feitos, necessária à futura decisão. Não cabe, como já afirmamos, o mero confronto entre as datas dos pedidos e de suas respectivas decisões para concluir-se que tenha havido uma demora injustificada a ensejar a incidência de correção monetária sobre os valores ressarcidos.

Deste modo, merece provimento o apelo da União, pois não está demonstrado o fundamento da incidência da correção monetária como consequência de conduta ilegal da autoridade administrativa. Em consequência disto, inverte-se o ônus da sucumbência.

Reavaliar tais premissas encontra óbice na Súmula 7/STJ, razão pela qual NÃO CONHEÇO do presente recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

REsp 1.239.650/RJ – decisão monocrática do Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), publicada em 25/8/2011

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7-STJ. PRECEDENTES.

1. É vedado o reexame do conjunto fático-probatório em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7-STJ.
2. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. LEI Nº 11.343/06. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONCEDERAM A ORDEM."

Sustenta a parte recorrente violação aos artigos 44 da Lei nº 11.343/06; 312 do CPP, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que estariam presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva, devendo ser restabelecido o decreto prisional.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 81/83).

Decisão de admissibilidade (fls. 86/93).

Parecer do Ministério Público Federal (fls. 105/111).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o exame dos argumentos de existência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP demandaria a análise da matéria fático-probatória contida nos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante disposto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

6.2.7 Princípio da fungibilidade recursal

Em qualquer situação de comunicação, seja ela uma réplica de conversas do cotidiano, seja uma obra completa, artística ou científica, a intenção discursiva ou a vontade discursiva do falante, que se depreende do enunciado formulado determina o seu todo, seu volume e suas fronteiras. Dessa ideia verbalizada é possível identificar o objeto discursivo, seus limites e a conclusibilidade do enunciado. Pela vontade discursiva, o falante define o gênero que melhor atende ao seu propósito discursivo, pelo qual construirá seu enunciado.

A fungibilidade recursal consiste em admitir um recurso por outro, contanto que, no entendimento do julgador, o equívoco não configure erro grosseiro. Souza (2007, 117) esclarece que “o escopo do instituto da fungibilidade recursal é evitar o perecimento do direito do recorrente, por vezes ameaçado por lacunas, contradições ou impropriedades existentes na legislação ou perpetradas pelo prolator da decisão”. Em particular, observa-se que, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal está precipuamente associada à função discursiva do sujeito discursivo STJ, que é cumprir seu compromisso de prestação jurisdicional.

Na hipótese de se opor um recurso de embargos de declaração no agravo de instrumento no qual o recorrente estrutura um projeto discursivo que, a despeito de no início da petição justificar sua oposição com base no art. 535, II, do CPC em face de omissão, elabora um projeto discursivo impugnativo aos fundamentos da decisão que embargou, não conseguindo desenvolver com razoabilidade jurídica a suposta alegação de omissão. Em situações semelhantes, o relator recebe os embargos de declaração como agravo regimental e julga como se regimental fosse.

Como a noção de tema do gênero discursivo desenvolvido (e sob sua perspectiva teórica) justifica a aplicação do princípio da fungibilidade recursal na situação hipotética descrita?

Adotou-se, neste trabalho, o entendimento de que a função desempenhada pelo gênero vincula o “objeto de dizer” do agravante, sua vontade discursiva, em virtude da afinidade discursiva existente entre eles, o que se dá em razão da previsão normativa; o “objeto de dizer” do gênero é um construto da hermenêutica jurídica em que para seu todo concorrem aspectos sociais, históricos, discursivos, sujeitos-discursivos participantes do processo dialógico em foco, o que fixa seu domínio de sentido e condiciona o projeto discursivo do agravante ao elaborar seu enunciado.

Depreende-se da situação hipotética apresentada que: i. a vontade discursiva do recorrente revelada em seu projeto discursivo era o de impugnar os fundamentos da decisão embargada, o que confere afinidade com a função discursiva do agravo regimental e não com a função peculiar dos embargos de declaração; ii. o projeto discursivo elaborado atendia ao “objeto de dizer” do agravo regimental e não ao dos embargos de declaração.

Realmente, foi interposto um agravo regimental e não embargos de declaração, a despeito de terem sido estes a prática sócio-discursiva exteriorizada.

A seguir, apresentam-se ementas de acórdãos em que o princípio da fungibilidade recursal foi aplicado:

EDcl no REsp 1.012.886/PR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DEPÓSITO JUDICIAL COM O OBJETIVO DE GARANTIR O JUÍZO PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A QUANTIA DEPOSITADA. RESPONSABILIDADE DO BANCO DEPOSITÁRIO. CONFUSÃO ENTRE DEVEDOR E DEPOSITÁRIO. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A contradição ensejadora dos embargos declaratórios é aquela que se verifica entre as proposições desenvolvidas no corpo da fundamentação e as conclusões delas decorrentes. No caso, busca-se a modificação da decisão de forma que, em atenção ao princípio da fungibilidade, os embargos declaratórios são recebidos como agravo regimental.

2. A assertiva de que o devedor e o banco depositário se confundem e que assim, são devidos os juros de mora e correção monetária do

depósito efetuado, foi suscitada apenas em sede de embargos de declaração, caracterizando inovação recursal.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

(EDcl no REsp 1.012.886/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 9/8/2011, DJe 16/8/2011, grifo nosso)

RCDESP no Ag 133.9467/RS

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. ECONOMIA PROCESSUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA.

1. Em razão dos princípios da fungibilidade recursal, da economia processual e da instrumentalidade das formas, o pedido de reconsideração de decisão singular pode ser recebido como agravo regimental, levando-se em consideração a natureza de seus fundamentos e o pedido formulado.

2. Transitada em julgado a decisão condenatória, as questões ali definidas não comportam novas discussões na fase de execução, sob pena de ofensa ao instituto da coisa julgada.

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, a que se dá provimento. (RCDESP no Ag 133.9467/RS, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 19/4/2011, grifo nosso)

EDcl no Ag 1.382.069/SC

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM. ANÁLISE OBSTADA PELAS SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. **A recorrente não indica qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, pretendendo, na realidade, a reforma do decidido. Assim, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, recebo os embargos de declaração como agravo regimental.**

2. Revela-se inviável a pretensão da agravante no sentido de que se verifique a ilegitimidade passiva da agravante. Tal providência demandaria, necessariamente, o revolvimento do complexo fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusula contratual, o que encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. (EDcl no Ag 1.382.069/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 12/4/2011, DJe 18/4/2011, grifo nosso)

EDcl no AgRg no Ag 1.135.339/SP

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ÍNDICES DE OUTUBRO E DEZEMBRO DE 1994. APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 12.397/97. OFENSA À COISA JULGADA.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, em atenção aos princípios da fungibilidade recursal e da instrumentalidade das formas, admite a conversão de embargos de declaração em agravo regimental.
2. Incorre em ofensa à coisa julgada a aplicação retroativa, pelo juízo da execução, da Lei Municipal nº 12.397/97, não prevista no título executivo, no cálculo do percentual dos meses de outubro e dezembro de 1994. Precedentes.
3. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no AgRg no Ag 1.135.339/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 5/4/2011, DJe 19/4/2011, grifo nosso)

Parte III

Conclusão

A pesquisa “dialogicizada” aqui praticada até a delimitação de cada tema dos gêneros discursivos, para então “dialogicizá-lo” com as marcas discursivas no momento da análise no *corpus* a que se procedeu, permite constatar que parcela do insucesso de vários recursos deve-se à inabilidade no trato do gênero praticado pelo recorrente e que comumente vem associada à outra inabilidade discursiva, a de não entender que o discurso do seu destinatário, o STJ, nas atividades judicantes de decidir um recurso judicial, também está vinculado a um domínio ideológico-discursivo maior ao seu campo social, cuja expressividade discursiva é dirigente quanto à sua atuação social e conforma seu projeto discursivo tanto quanto o domínio de sentido dos gêneros “recursais” praticados pelos recorrentes conforma os destes.

Isso se faz claro pela incidência de alguns enunciados sumulares (182/STJ, 211/STJ, 284/STF, 7/STJ) que, neste estudo, são entendidos como discursos temáticos capazes de demonstrar que o projeto discursivo realizado no enunciado da petição recursal não atendeu ou ao domínio de sentido do gênero discursivo praticado pelo recorrente ou ao domínio de sentido da norma constitucional que constitui o STJ como sujeito de discurso na esfera jurídica, e cuja força axiológica limita e orienta a direção a atuação ideológico-discursiva desse tribunal superior ao decidir os recursos.

Todo esse raciocínio desenvolvido foi possível em razão da orientação epistêmica adotada, a da linguagem como discurso e as noções de compreensão, atitude responsiva e domínio de sentido deles decorrentes e que estão implicados no tema de dado gênero de discurso escolhido para ser a prática social de dizer “a si” e de dizer a realidade, isto é, prática pela qual um sujeito é reconhecido com legitimidade em seu ambiente social e pela qual se validam as atividades que desenvolve mediante interações discursivas com aquele outro que se posiciona como respondente em dada interação dialógica, esta sim constituidora do mundo em que se vive e no qual se valoriza como real, dialogia essa que confere existência discursiva a um alguém.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin outros conceitos-chave*. 1. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Mikhail Mikhailovitch. O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Mikhail Mikhailovitch. A reformulação do livro de Dostoiévski. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Mikhail Mikhailovitch. Apontamentos de 1970-1971. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Mikhail Mikhailovitch. (sem data) *Para uma Filosofia do Ato*. Texto completo da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. (Austin: Universitu os Texas Press, 1993) traduzido por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico .

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud & Yara Fratesch Vieira. 12 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. 201 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. rev. atual. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BARROS Diana Luz Pessoa de, Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistema de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel e Ana Regina Vieira. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Org.). *Gêneros textuais, tipificação e interação Charles Bazerman*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BENTES, A. C.; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [com]textuais. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso. Investigações sobre a língua[gem] situada*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin outros conceitos-chave*. 1. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

CEREJA, William. Significação e Tema. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin conceitos-chave*. 4. ed. 3 reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008. 144p.

_____. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin outros conceitos-chave*. 1. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANÇOIS, Frédéric. Dialogismo” e romance ou Bakhtin visto através de Dostoiévski. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Irene A. Os gêneros e o corpo no acabamento estético. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

MACHADO, Irene. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção de textos, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola editorial, 2008. 296 p.

_____. Gêneros textuais, definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M. A.; DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDES, G.F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MOTERANI, Natália Gonçalves; MENEGASSI, Renilson José. O conteúdo temático no gênero discursivo tiras em quadrinhos. *Acta Scientiarum, Language and Culture*. Maringá, v. 32, n. 2, p. 225-232, 2010. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/9536/9536> >. Acesso em: 9 mar. 2011, 22:13.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A noção de 'tema do gênero' na obra do Círculo de Bakhtin. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 1, p. 1.825-1.834, 2005. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/sheila_nocao_tema.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011, 20:30.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Coordenação de tradução: Valdemir Miotello. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Org.). *Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Org.). *Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

SOBRAL, Adail Ubirajara. *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a "fase parasitária" de uma vertente do gênero de auto-ajuda*. 2006. 325 f. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

SOBRAL, Adail Ubirajara. Estética da criação verbal. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória*. 4 ed. atual. São Paulo: Saraiva. 2007. 563p.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível no sítio eletrônico da Casa Civil: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

BRASIL. Código de Processo Civil. Disponível no sítio eletrônico da Casa Civil: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5869.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento n. 924.002/SP. Decisão monocrática de relatoria do senhor ministro Luis Felipe Salomão, publicada no DJe em 5.5.2011. Disponível no sítio eletrônico do STJ no link "Jurisprudência": <<http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>>. Acesso em: 30 abr. 2011